

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MOBILIDADE E TRABALHO EM MACAÉ/ RJ, A “CAPITAL DO PETRÓLEO”

FABER PAGANOTO

ORIENTADORA: OLGA MARIA SCHILD BECKER

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS (M. Sc.)

RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO - 2008

FICHA CATALOGRÁFICA

PAGANOTO, Faber

Título / Faber Paganoto - Rio de Janeiro, UFRJ, 2008, 110 pp.

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2008.

Bibliografia: 96-100.

Assunto: 1 – mobilidade espacial ; 2 – trabalho ; 3 – pendularidade; 4 – Macaé/RJ
I – UFRJ/PPGG. II - Mobilidade e Trabalho em Macaé/ RJ, a “Capital do Petróleo”.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MOBILIDADE E TRABALHO EM MACAÉ/ RJ, A “CAPITAL DO PETRÓLEO”

FABER PAGANOTO

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO
PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS (M. Sc.)

APROVADA POR:

PROF. DR^a. OLGA M^a SCHILD BECKER (ORIENTADORA) _____

PROF. DR^a. JÚLIA ADÃO BERNARDES _____

PROF. DR. RALFO EDMUNDO DA SILVA MATOS _____

RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO – 2008

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa foi vencida. A vida está cheia delas, e algumas pessoas tornam mais fácil superar as dificuldades, vencer os obstáculos, para então concluir tarefas e iniciar novas etapas.

Agradeço à professora Olga Becker, companheira desde o início da graduação, pela dedicação, confiança, amizade e, sobretudo, por conseguir, com alguns minutos de conversa, mostrar caminhos, sugerir atalhos, construir pontes e dar novo ânimo a cada momento de hesitação que tive.

Agradeço aos professores integrantes da banca avaliadora, a professora Júlia Adão Bernardes, a quem tive o prazer de conhecer ainda na graduação, e o professor Ralfo Matos, a quem pude acompanhar através de artigos, livros e apresentações nos quase familiares congressos e encontros da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

Agradeço à professora Mônica Marçal, que durante um despretenso almoço no “Vermelhinho”, há cerca de quatro anos, convenceu-me que Macaé “dava caldo”, e à professora Gisela Pires do Rio, pelas importantes considerações feitas durante a defesa de qualificação do projeto desta dissertação.

Agradeço também à amiga Mariana, que, durante os trabalhos de campo, ao me oferecer hospedagem em Rio das Ostras, colocou a mim mesmo na posição de migrante pendular.

*À Professora Olga Becker,
por todos esses anos.*

RESUMO

PAGANOTO, Faber. *Mobilidade e Trabalho em Macaé/ RJ, a “Capital do Petróleo”*. Orientadora: Olga Maria Schild Becker. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia).

Macaé, a “Capital do Petróleo”: uma terra de oportunidades, onde o emprego é farto e os royalties do petróleo engordam os cofres públicos. É assim que o município de Macaé tem sido retratado pela mídia e foi com essa ilusão que milhares de migrantes escolheram a cidade como destino. Neste estudo investigou-se se os migrantes levam vantagem sobre os não-migrantes na disputa por uma vaga no seletivo mercado de trabalho macaense. E descobriu-se a existência de novas formas de mobilidade espacial da população tendo Macaé como pólo atrativo. Muito comum em realidades metropolitanas e associado a violência urbana e ao alto custo de vida, ganha força em Macaé o movimento pendular de trabalhadores residentes em municípios próximos, especialmente Rio das Ostras. Além dos deslocamentos diários tradicionais, detectou-se nesta pesquisa um outro tipo de pendularidade, estendida no espaço e no tempo, o “movimento pendular de longa distância”, associado, fundamentalmente, às características específicas do mercado de trabalho do setor de petróleo bem como a flexibilização das relações de trabalho neste setor, com as terceirizações e sub-contratações.

Palavras-chave: Mobilidade espacial, Trabalho, Pendularidade, Macaé/RJ.

ABSTRACT

Macaé, “Capital of Oil”: a land of chances, full of jobs and where royalties fattens the public coffers. It is thus that the city of Macaé has been portrayed for the media and was because of that illusion that thousands of people had chosen it as destination. In this study it was investigated if migrants take advantage on the non-migrants in the dispute for a vacant in the selective labour market at Macaé. Also, new forms of space mobility of the population had been uncovered, with Macaé as attractive polar region. Very common in metropolitans areas and associated with urban violence and to the high cost of living, gains force in Macaé the commuting of resident workers in nearby cities, especially Rio das Ostras. Beyond the traditional daily displacements, one another type of commuting, extended in the space and in time, was detected in this research: the "long distance commuting", associated, basically, to the specific characteristics of the labour market of the sector of oil as well as the flexibility of labour relations in this sector, with outsourcing practices.

Key-words: Spatial mobility, Labour, Commuting, Macaé/RJ.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 CONTEXTUALIZANDO MACAÉ NA DINÂMICA REGIONAL	08
1.1 A DINÂMICA DO NORTE FLUMINENSE PRÉ-1970	09
1.2 O CONTEXTO DOS ANOS 1970	11
1.3 A DÉCADA PERDIDA	15
1.4 NUM CONTEXTO DE CRISE, A ASCENSÃO DE UMA CIDADE	17
1.5 MACAÉ E A ECONOMIA DO PETRÓLEO	22
1.6 <i>ROYALTIES</i> E PODER LOCAL	24
1.7 DESIGUALDADES SOCIAIS NA REGIÃO	27
2 REVISITANDO OS CONCEITOS DE MOBILIDADE E TRABALHO	31
2.1 MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO	31
2.1.1 Os estudos clássicos em migração	33
2.1.2 Migração e redes	37
2.1.3 Pendularidade	40
2.2 TRABALHO	44
2.3 MIGRAÇÃO E TRABALHO	49
3 DINÂMICA POPULACIONAL E MERCADO DE TRABALHO EM MACAÉ	52
3.1 CRESCIMENTO E DINÂMICA POPULACIONAL EM MACAÉ	59
3.2 O MERCADO DE TRABALHO EM MACAÉ	64
3.3 OS MIGRANTES NÃO PÁRAM DE CHEGAR?	70
3.3.1 Migrantes transitórios	71
3.3.2 Migrantes pendulares	78
3.3.2.1 Migrantes pendulares clássicos	78
3.3.2.2 Migrantes pendulares de longa distância	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
BIBLIOGRAFIA	96
APÊNDICE METODOLÓGICO	100
ANEXOS	105

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1

- 1.1 Taxa de Crescimento da população total segundo estado, mesorregiões e municípios selecionados no estado do Rio de Janeiro. 1940-1970. 10
- 1.2 População Ocupada Por Período Segundo Setor de Atividade Econômica no estado do Rio de Janeiro, em Campos dos Goytacazes e em Macaé. 1970-1991. 21
- 1.3 Repasse de royalties segundo municípios da microrregião de Macaé.1999-2005 26

Capítulo 3

- 3.1 Taxa de crescimento da população residente nos municípios da Região Norte Fluminense. Período 1940-2000. 55
- 3.2 População total e população migrante no estado do Rio de Janeiro, na região Norte Fluminense e no município de Macaé em 2000. 60
- 3.3 População migrante por tempo de residência no município de Macaé em 2000. 60
- 3.4 Instrução da população total do estado do Rio de Janeiro, da região Norte Fluminense e do município de Macaé em 2000. 61
- 3.5 Instrução da população migrante do estado do Rio de Janeiro, da região Norte Fluminense e do município de Macaé em 2000. 62
- 3.6 Instrução da população não-migrante do estado do Rio de Janeiro, da região Norte Fluminense e do município de Macaé em 2000. 62
- 3.7 Estabelecimentos segundo atividade econômica na região Norte Fluminense e no município de Macaé em 2000 e 2005. 65
- 3.8 Empregados segundo atividade econômica na região Norte Fluminense e no município de Macaé em 2000 e 2005. 66
- 3.9 População ocupada, migrante e não-migrante, segundo setores de atividade econômica, em Macaé, 2000. 67
- 3.10 População ocupada, migrante e não-migrante, segundo faixas de rendimento, em Macaé, 2000. 67
- 3.11 Empregados segundo grau de instrução na região Norte Fluminense e no município de Macaé em 2000 e 2005. 69
- 3.12 Crescimento Populacional dos Municípios Limítrofes a Macaé, 2000-2007. 80

3.13 Migrantes pendulares de longa distância trabalhando em Macaé por setores de atividade econômica selecionados, segundo município de origem. 2000.	84
3.14 Migrantes pendulares de longa distância trabalhando em Macaé ocupados na indústria extrativa segundo municípios de residência. 2000	85
3.15 Migrantes pendulares de longa distância trabalhando em Macaé ocupados na indústria extrativa segundo município de residência. 2000.	86
3.16 Migrantes pendulares de longa distância trabalhando em Macaé ocupados no setor de serviços domésticos segundo município de residência. 2000.	87

LISTA DE GRÁFICOS

Capítulo 3

3.1 Quantitativo populacional em Macaé, 1970-2007	54
3.2 Ritmo de crescimento populacional em Macaé, 1970-2007	55
3.3 Migrantes segundo origem intraestadual, interestadual e internacional. Macaé, períodos 1991-1995 e 1996-2000.	77

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Capítulo 3

1 Entorno da Lagoa de Imboassica, 1980.	56
2 Orla de Cavaleiros, 1979.	56
3 Obras do complexo da Petrobras em Imbetiba, Macaé, 1978.	57
4 Verticalização no bairro Cavaleiros.	58

LISTA DE IMAGENS DE SATÉLITE

Capítulo 3

- 1 Crescimento urbano chega aos limites do Pq. Nacional da Restinga de Jurubatiba 59

LISTA DE QUADROS

Capítulo 1

- 1 Mudanças na estrutura econômica, no perfil da força de trabalho e nas formas de mobilidade espacial da população apresentadas na região Norte Fluminense e no município de Macaé. 1970-2008 29

LISTA DE MAPAS

Capítulo 3

- 3.1 População migrante nas microrregiões do estado do Rio de Janeiro. 1991. 72
- 3.2 População migrante nas microrregiões do estado do Rio de Janeiro. 2000. 72
- 3.3 Crescimento Populacional dos Municípios Limítrofes a Macaé no Período 2000-2007 79
- 3.4 Migrantes pendulares em Macaé com origem em municípios limítrofes a Macaé, 2000 81
- 3.5 Migrantes pendulares de longa distância residentes em municípios do Nordeste. 2000. 82
- 3.6 Migrantes pendulares de longa distância residentes em municípios do Sudeste. 2000. 82
- 3.7 Migrantes pendulares de longa distância residentes em municípios do Sul e Centro-Oeste. 2000. 83

INTRODUÇÃO

O município de Macaé, como tantos outros da região Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, tem sido beneficiado com grandes contribuições financeiras em função do pagamento de *royalties* pelas empresas petrolíferas. Entretanto, é possível considerar que o potencial de benefícios para o desenvolvimento local decorrente da exploração do petróleo em Macaé, após três décadas de atividades, ainda está por ser avaliado.

Profissionais das mais diversas áreas, de geólogos a geógrafos, passando por oceanógrafos, sociólogos, economistas e engenheiros, têm estudado o município de Macaé. As temáticas exploradas são, quase unanimemente, relacionadas ao petróleo. No entanto, a dinâmica populacional tem sido dedicada pouca atenção, especialmente no que se refere às diferentes formas de mobilidade espacial e suas articulações com o mercado de trabalho local.

Supõe-se que a dinâmica da redistribuição espacial da população nos municípios próximos à Bacia de Campos, observada a partir do final da década de 1970, seja efetuada segundo escalas geográficas variadas: fluxos tradicionais, como as migrações campo-cidade ou as migrações de origem e destino urbano em escala regional e interestadual; fluxos de profissionais de média qualificação em nível nacional de alta qualificação em níveis nacional e internacional. Neste sentido, ao debruçar-se sobre as questões que permeiam o crescente mercado de trabalho local e a complexa dinâmica demográfica recente, esta dissertação busca preencher uma lacuna existente em relação a estudos sobre a dinâmica populacional em Macaé e seu mercado de trabalho.

Assim, são colocadas duas questões que orientarão o desenvolvimento desta dissertação. Em primeiro lugar questiona-se se a população migrante leva vantagem sobre a população não-migrante na disputa pelas vagas do mercado de trabalho em expansão no município de Macaé. Em seguida, questiona-se por que a população local tem a impressão, reiterada pela mídia, de que não param de chegar migrantes a Macaé, ainda que o crescimento

relativo da população entre 2000 e 2007 tenha sido significativamente inferior ao apresentado entre 1991 e 2000.

Para cada um destes questionamentos levanta-se uma hipótese. No primeiro caso supõe-se que a exigência de graus mais elevados de qualificação do trabalhador mesmo para o desenvolvimento de atividades no setor de comércio e serviços não associados diretamente ao setor de petróleo estaria garantindo a população migrante melhores condições de disputar uma vaga no mercado de trabalho macaense com a população não-migrante. No segundo caso especula-se a existência de uma elevada transitoriedade dos migrantes em Macaé, o que resultaria na sensação de que existe um aporte migratório contínuo e cumulativo, quando, na verdade, os migrantes não fixariam residência definitiva em Macaé, sendo substituídos por novas levas de migrantes sendo substituídos por novas levas de migrantes.

Ao longo da dissertação pretende-se, ainda, estabelecer articulações entre as principais linhas teórico-metodológicas nos estudos de mobilidade espacial da população e a realidade local/regional. Os estudos da escola neoclássica, por exemplo, partiam do pressuposto de que os indivíduos migram para melhorar de vida, chegando ao destino em condições desfavoráveis quando comparados aos nativos, supostamente mais bem preparados. No entanto, consideravam, também, que, à medida que os migrantes enraizavam-se no local de destino, qualificam-se e progressivamente se aproximam das condições de vida da população local. Assim, as migrações seriam sempre exitosas. Em Macaé, supõe-se que, em função de um mercado de trabalho altamente seletivo, a qualificação de grande parte dos migrantes não dependeria do tempo de aprendizagem vivido no destino, mas da bagagem já trazida pelo migrante, sendo, a priori, o elemento diferenciador de sua entrada no mercado de trabalho.

Esta hipótese já havia sido levantada anteriormente por Martine & Peliano (1978) no contexto das Regiões Metropolitanas. Segundo os autores, se as pesquisas censitárias apresentam os migrantes urbanos, em geral, gozando de condições financeiras e qualificação

semelhantes ou superiores as da população não-migrante, isto estaria muito mais associado à seleção natural dos migrantes mais capacitados do que a uma evolução da qualidade dos migrantes depois de enraizados. Dessa forma, conclui-se que os migrantes menos qualificados continuariam migrando porque não foram absorvidos, o que se aproxima da hipótese de que existe, em Macaé, uma significativa transitoriedade dos migrantes.

Neste estudo, a investigação foi realizada a partir da avaliação da intensidade dos deslocamentos migratórios (dados censitários, 2000), da dinâmica recente do mercado de trabalho em Macaé¹ e da qualificação da população ocupada no município².

A cidade de Macaé vem sendo noticiada pela mídia em geral, já há alguns anos, como um pólo gerador de empregos e como uma ilha de prosperidade em meio a um mar de obsolescência no norte do estado do Rio de Janeiro. É bastante comum que as expressões “eldorado” e “capital do petróleo” venham associadas ao nome do município. Não é raro deparar-se com notícias como:

“A exploração do petróleo no Norte Fluminense proporcionou a Macaé um vigor econômico que contrasta com o momento que o Brasil atravessa. Os petrodólares não param de entrar. Além disso, a oferta de empregos aumenta 15% (1.500 vagas) a cada 12 meses”.

(Folha da Manhã, 29/07/2004)

“A capital nacional do petróleo. A trajetória de uma cidade que não pára de crescer”.

(Revista Macaé, 14/06/2005)

“Petróleo transformou a cidade de Macaé em um novo ‘eldorado’”

(Agência Brasil, 21/04/2006)

¹ Associando as informações obtidas a partir de entrevistas nas Secretarias Municipais de Planejamento, Trabalho e Renda e Indústria e Comércio de Macaé aos dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da RAIS procurou-se caracterizar a dinâmica recente do mercado de trabalho em Macaé.

² Através do Banco Multidimensional de Estatísticas, do IBGE, foi possível acessar os micro-dados do Censo Demográfico 2000 e buscou-se traçar o perfil educacional e ocupacional das populações migrante e não-migrante no município de Macaé.

“No Norte Fluminense, petróleo atrai R\$ 68,4 bilhões. Investimentos da Petrobras geram empregos e ‘royalties’ na região”.

(O Globo, 28/05/2006. Caderno Economia)

A consulta a alguns dados econômicos recentes reforça a idéia de eldorado. Macaé é um dos melhores municípios na relação postos de trabalho/população no estado do Rio de Janeiro, segundo Cruz (2003). Em 2000, apenas na Petrobras eram 6900 empregos diretos, além de 28 mil empregos gerados pelas prestadoras de serviço da empresa. Em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, em 2004, Macaé foi apresentada como a segunda melhor cidade para se trabalhar no Brasil. No ranking das melhores cidades brasileiras para negócios da revista Exame, Macaé avançou do 89º lugar, em 2000, para o 39º lugar em 2002.

A dinâmica empresarial macaense se reflete no aumento do número de estabelecimentos nos setores de construção civil, de transportes e de atividades imobiliárias (venda e aluguéis de imóveis). Segundo Faure (2002), a contribuição da construção civil na formação do PIB local ultrapassa o dobro da taxa de contribuição deste setor no PIB estadual.

O PIB municipal *per capita*, que em 1999 era de R\$ 7.588,00 chegou a impressionante marca de R\$ 25.921,00 em 2004, o quarto maior em todo o estado. Para efeitos de comparação, em 2004, o PIB *per capita* no Norte Fluminense foi de R\$ 10.746,00 e no estado do Rio de Janeiro de R\$ 16.689,00.

No que se referem aos aspectos sociais, os números também colocam Macaé numa posição confortável. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) no município era de 0.790, o maior na Região Norte Fluminense e o 17º maior do estado do Rio de Janeiro.

O pilar de sustentação de todo este dinamismo econômico começou a ser construído há cerca de três décadas, quando a Petrobras, estatal petrolífera brasileira, elegeu a cidade de Macaé como base operacional para as atividades de prospecção e de produção do petróleo da plataforma continental da Bacia de Campos.

Segundo Ribeiro (1996 *apud* NASCIMENTO, 1999), já em 1958 foi encontrado o primeiro poço de petróleo na região que seria denominada “Bacia de Campos”, embora somente dez anos após a descoberta tenham sido desenvolvidas as técnicas que permitissem a exploração de plataformas continentais. Com viabilidade técnica garantida, as explorações na Bacia de Campos se intensificaram a partir de 1972 e, dois anos depois, com a perfuração do poço 1-RJS-9A, descobriu-se o Campo de Garoupa.

Considerando a estrutura gerencial da Petrobras e visando a eficiência na gerência das operações, discutiu-se a necessidade de desvincular a nova Bacia do controle da Região de Produção da Bahia. Assim, constituiu-se uma comissão para definir a escolha de um novo local³. Analisaram-se localidades desde Vitória até Angra dos Reis. A de maior viabilidade técnica e econômica foi Macaé, pela proximidade com a Bacia de Campos, condições de mar favoráveis com águas abrigadas, local adequado para construção do porto anexo à administração e a proximidade com o grande centro do Rio de Janeiro.

A conjuntura regional era de estagnação econômica e de enxugamento do setor sucroalcooleiro, então o principal motor da economia do Norte Fluminense. Este quadro se refletia em alto grau de desemprego sazonal, determinando um processo de pauperização e de desterritorialização do trabalhador rural com seu deslocamento para a periferia das cidades da região. O anúncio da instalação da Petrobras em Macaé, em 1978, inaugurou um novo ciclo econômico regional, agora baseado direta e indiretamente nos recursos oriundos da extração petrolífera. Inaugurou, também, um período, ainda em curso, de forte atração de população migrante para o município.

Macaé, que ostenta atualmente um vigor econômico diretamente relacionado às atividades de extração, produção e logística do petróleo, convive, também, com heranças

³ Segundo Nascimento (1999), Macaé não foi a primeira escolha da Petrobras. Na ocasião da descoberta do campo de Garoupa já existia em São Mateus, no Espírito Santo, uma estrutura para exploração de petróleo em terra. Assim, a cidade de Vitória, capital com relativa proximidade à Bacia de Campos, foi a escolha natural para a nova base operacional. Foi descartada como opção, entretanto, em função de problemas políticos entre a direção da Petrobras e a prefeitura de Vitória durante as negociações sobre a modernização do porto da cidade.

negativas da economia de base petrolífera. O município apresenta sobrecarga nos serviços de utilidade pública, congestionamentos em horários de pico, falta d'água em bairros periféricos, enchentes constantes, escassez crescente de moradias, favelização acelerada e uso predatório do litoral, além de outras mazelas que uma ocupação industrial sem planejamento acarreta nos locais em que se fixa.

Embora se note, recentemente, um esforço no sentido de disciplinar seu crescimento urbano apoiando-se no recém-aprovado Plano Diretor do município, as ações parecem ainda pouco interferirem na melhoria das condições de vida da população, expandida pelo aporte significativo de migrantes das últimas décadas (35304 migrantes apenas na década de 1990, sendo 13600 entre 1998 e 2000).

Quando o campo já não consegue mais absorver o grande excedente gerado pela mecanização das lavouras e pela concentração fundiária, amplia-se a atratividade dos pólos industriais - sinônimos, para muitos, de emprego assalariado, acesso ao consumo, possibilidades de ascensão social e inserção na sociedade moderna. Este movimento de esvaziamento do campo é geralmente rápido e drena, para as cidades, mais trabalhadores do que a economia precisa, gerando formas de segregação sócio-espaciais comuns às realidades de crescimento urbano rápido e desordenado: favelização e periferização.

Aqueles migrantes com qualificação técnica para trabalhar no ramo do petróleo ou nas atividades diretamente ligadas a ele conseguem emprego com certa facilidade, recebem salários acima da média regional e estimulam um processo de especulação imobiliária no vetor de expansão sul do município. Ao mesmo tempo, os migrantes sem qualificação ou não conseguem empregos ou ficam subempregados, engrossando os bolsões de pobreza que crescem em ritmo acelerado, principalmente nas áreas ao norte do Rio Macaé e nas imediações do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. O crescimento da mancha urbana da cidade baseada na expansão destes dois vetores principais, ao sul- essencialmente

constituído por população de alta renda - e ao norte – de população majoritariamente de baixa renda -, mostra o aprofundamento de um nítido processo de segregação sócio-espacial. Configuram-se, nestas condições, enclaves de modernidade, a exemplo dos condomínios exclusivos e bairros nobres, conectados a sociedade local pela exploração de uma mão-de-obra numerosa e barata, que atua, por exemplo, nos serviços domésticos e nos da construção civil.

E o crescimento econômico e populacional começa a transbordar as fronteiras de Macaé, contribuindo para o crescimento acelerado da população de municípios vizinhos e para o deslocamento diário de parte desta população, que, embora não resida em Macaé, está lá empregada. A existência de movimentos pendulares diários e não-diários, de curta e longa distância, também será objeto de investigação desta dissertação.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro será traçada uma caracterização socioeconômica regional e municipal desde os anos 1970 até a atualidade, com o objetivo de reconstruir o cenário em que se observou o desenvolvimento da economia macaense.

No segundo capítulo serão abordados os aspectos teóricos que sustentarão as discussões apresentadas ao longo do estudo, buscando articular a teoria a realidade. Para tal, julgou-se fundamental revisar os conceitos de mobilidade espacial da população e de trabalho.

O terceiro capítulo abordará o crescimento urbano e a dinâmica da mobilidade espacial da população no município. Nele serão estabelecidas relações entre o crescimento da população e o crescimento econômico, a dinâmica recente do mercado de trabalho macaense, a absorção de mão-de-obra migrante e não-migrante e o conseqüente surgimento de diferentes padrões de mobilidade tendo por Macaé seu pólo atrativo.

1. CONTEXTUALIZANDO MACAÉ NA DINÂMICA REGIONAL

É comum considerar como Norte Fluminense, região onde se insere Macaé, nossa área de estudo, toda a porção norte do Estado do Rio de Janeiro, que, a partir de 1987, se desmembrou em duas meso-regiões: Norte Fluminense (NF) e Noroeste Fluminense (NOF), segundo a denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta identificação abrangente deve-se, em grande parte, ao fato de que essa região ficou conhecida em todo o país, particularmente a partir do século XIX, pela importância da sua pecuária, da sua produção de cana, de açúcar e de café, e, mais recentemente, a partir da década de 1980, pela sua produção de petróleo, correspondente, hoje, a mais de 80% do total nacional.

O atual quadro sócio-econômico do Norte Fluminense espelha um grande paradoxo. Por um lado, trata-se de uma região que foi beneficiada pelos recursos voltados para a modernização da agroindústria açucareira, principalmente a partir da década de 1950, bem como pelos recursos oriundos da extração do petróleo, a partir da década de 1980. Por outro, de uma região que chega ao século XXI reproduzindo e agravando sua herança histórica mais negativa, de pobreza, de exclusão e de desigualdades sócio-econômicas, que a mantém entre as regiões mais problemáticas em termos de desenvolvimento, no Brasil, embora apareça como uma das que detém maior volume de recursos públicos locais para superar esse quadro. Assim, o Norte Fluminense é frequentemente caracterizado como uma região-problema, pelas condições de trabalho e vida dos trabalhadores rurais da cana e pela situação de região estagnada e de baixo dinamismo, características que estão quase sempre associadas, segundo Cruz (2003), ao perfil produtivo monocultor e sazonal da cana, à erradicação dos cafezais na primeira metade do século XX, bem como ao não desenvolvimento de um parque industrial moderno na região.

Embora tenha ocorrido uma forte modernização do setor sucroalcooleiro, o processo de modernização não se estendeu aos demais setores da economia regional, que assistiu ao crescimento acentuado da urbanização sem que tenha ocorrido uma diversificação produtiva. Segundo Cruz (2003, p.75),

“a permanência da atividade sucro-alcooleira, em bases modernas, ao lado dos recursos herdados em função do exercício dessa atividade; o volume de capital fixo e de ambiente construído pela instalação do complexo extrativista do petróleo, pela sua produção e pelos negócios por ela desencadeados; e, a partir do final da década de 80, os *royalties* e as participações especiais pagos pela Petrobras aos governos municipais – não têm sido suficientes, por si sós, para alterar o quadro geral e essencial do desenvolvimento daquela região, caracterizado pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho e da economia em geral, em termos de atividades econômicas, geração de trabalho e distribuição de renda”.

1.1 A DINÂMICA DO NORTE FLUMINENSE PRÉ-1970

Embora as transformações estruturais mais profundas tenham sido desenvolvidas no Norte Fluminense apenas a partir da década de 1970, uma breve avaliação das décadas que precederam este período demonstra que algumas mudanças significativas na dinâmica produtiva e populacional da região já se faziam sentir mais cedo e, por isso, merecem destaque.

Especialmente a partir da década de 1950, observou-se uma forte redução em área, número de produtores e volume de produção das culturas de feijão, milho e mandioca, culturas de subsistência mas que também abasteciam as criações de aves e outros pequenos animais. Ao mesmo tempo percebeu-se a expansão da monocultura canavieira, como resultado da modernização do setor sucroalcooleiro bem como das condições favoráveis do mercado internacional na década de 1960, com a saída de Cuba como mercado preferencial norte-americano, em decorrência da revolução socialista. Entre 1950 e 1970, a região Norte

Fluminense apresentou um crescimento da área plantada de cana-de-açúcar de 47,29%, acompanhada por um crescimento do número de tratores utilizados de 818,5% (IBGE, in Neves, 1988).

Enquanto o Noroeste Fluminense apresentou, entre 1940 e 1970, três décadas seguidas de perda de população, indicando o tamanho do impacto decorrente da derrocada da cultura do café na região, completada na década de 1960, o Norte Fluminense apresentou crescimento populacional constante (Tabela 1.1). No entanto, este crescimento ficou bem abaixo do crescimento do estado do Rio de Janeiro, indicando que, ao mesmo tempo em que recebeu população da região vizinha, sofreu perda para o Grande Rio e Região dos Lagos (Baixadas Litorâneas, na atual regionalização do CIDE), tendo em vista a sazonalidade da sua principal atividade econômica. Assim, delinearam-se, neste período, dois fluxos migratórios na região Norte Fluminense: um, intra-regional, para a *região da cana*, polarizada por Campos dos Goytacazes, e outro, da região para o Grande Rio, fugindo à sazonalidade e à precariedade do emprego na atividade econômica dominante.

Tabela 1.1

Crescimento relativo da população total segundo estado, mesorregiões e municípios selecionados no estado do Rio de Janeiro (%). 1940-1970.

Unidades espaciais	Períodos		
	1940-1950	1950-1960	1960-1970
Estado do Rio de Janeiro	27,75	42,24	35,26
Norte Fluminense	4,64	17,89	4,74
Noroeste Fluminense*	-6,09	-2,83	-5,43
Campos dos Goytacazes	6,42	21,73	10,2
Macaé	-2,07	6,16	12,12

Fonte: IBGE/ CIDE.

* O Noroeste Fluminense foi criado apenas em 1987.

1.2 O CONTEXTO DOS ANOS 1970

Para melhor compreender a dinâmica econômica regional a partir da década de 1970 é fundamental considerar a existência de uma conjuntura internacional caracterizada por dois contextos principais:

a) O esforço dos países importadores de açúcar no sentido de incrementar a produção de substitutos para o açúcar da cana, tais como o açúcar de beterraba, na Europa, e o de milho, nos EUA, provocando forte queda nos preços do açúcar da cana nos países exportadores, como o Brasil.

b) A dependência brasileira da importação de petróleo (correspondendo a mais de 50% do consumo nacional), na ocasião do primeiro choque do petróleo, em 1973.

Enquanto os países capitalistas centrais diminuíram o ritmo da economia diante do primeiro choque do petróleo, em 1973, o governo brasileiro manteve a linha desenvolvimentista, investindo em grandes projetos de infra-estrutura e na complementação da matriz industrial brasileira, além de insistir na ampliação da fronteira agrícola e na modernização da agropecuária e agroindústria, deixando clara a opção pela manutenção do crescimento acelerado com financiamento e investimentos públicos nacionais e privados estrangeiros (CARNEIRO, 2002).

Paralelamente e de forma lenta, o governo brasileiro implantou um programa de reestruturação da matriz energética com ênfase no aumento da produção de petróleo nacional e na produção de álcool de cana-de-açúcar, como combustível alternativo, principalmente para o setor automotivo.

O pacote de ações do governo brasileiro nesta conjuntura teve, especialmente a partir da segunda metade da década de 1970, impactos profundos sobre o desenvolvimento regional e a configuração territorial do Norte Fluminense, no que se refere à natureza, ao volume, às potencialidades e à importância estratégica dos recursos canalizados para a região. Se por um lado, a partir do final da década de 1980, ocorreu a redução e o enxugamento do setor sucroalcooleiro na região⁴, por outro foi acelerada, em 1972, a exploração do petróleo no Norte Fluminense, que responde hoje por cerca de 80% da produção nacional.

Ao final da primeira metade da década de 1970, o governo brasileiro implementou um conjunto de ações para a redução da dependência externa de petróleo, dentre as quais se destaca o Programa Nacional do Álcool. Muito embora a criação do Proalcool esteja quase sempre associada à idéia da diversificação da matriz energética e ao problema da balança comercial, resultante da elevação dos preços do barril do petróleo no mercado internacional, alguns autores defendem que a natureza instável e cíclica do mercado internacional do açúcar constituiu a maior razão para a criação e sustentação do Programa (SANTOS, 1993).

A perspectiva de aumento da produção de álcool - recebida com preocupação pelos industriais do açúcar - foi saudada pelos proprietários de destilarias e pelos plantadores de cana, que viam nos benefícios para a expansão da lavoura a única saída para conciliar interesses ligados à exportação de açúcar com os vinculados ao aumento da produção de álcool.

O Proalcool voltou-se, inicialmente, à expansão da produção de álcool anidro, para mistura à gasolina. Mais tarde, após o segundo choque, em 1979, o Proalcool foi ampliado através de um ambicioso programa de produção de combustível alternativo para veículos automotores, o álcool hidratado, a partir da cana-de-açúcar (BRAY et alli, 2000).

⁴ Esta redução ocorreu em função, principalmente, da disseminação da área cultivada de cana pelo território nacional, incorporando áreas sem tradição no setor, mas beneficiadas pelos incentivos do Programa Nacional do Álcool.

O Proalcool, viria a redesenhar o mapa da produção canavieira no Brasil, pelo montante dos recursos que mobilizou e pela estratégia empregada. Foi um programa de implantação conturbada, em função de vícios de origem, da natureza da dinâmica do mercado açucareiro e dos problemas inerentes à regulação estatal do setor, com suas disputas internas entre capitais e oligarquias regionais, entre plantadores de cana e usineiros, entre produção de açúcar e de álcool, entre a Petrobras e o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), entre mercado externo e interno, dentre outros (SANTOS, 1993).

Paralelamente a implementação do Proalcool, intensificou-se a prospecção de petróleo, principalmente no fundo do mar, com o intuito de diminuir, no médio e longo prazos, a dependência externa do produto. Uma das áreas mais promissoras era o Norte Fluminense, onde, desde o final da década de 1950, a Petrobras já realizava sondagens que permitiam otimismo com relação ao potencial de produção comercial da denominada Bacia de Campos.

A perspectiva da descoberta de uma grande bacia petrolífera na região Norte Fluminense e a possibilidade de implantação física de um complexo de extração de petróleo, mobilizava interesses, recursos, atores e intervenções ditadas por uma nova dinâmica, que escapava totalmente às possibilidades de controle das forças sociais regionais, ligadas à agroindústria açucareira e começava a despertar o interesse da imprensa já nos primeiros anos da década de 1970, como se verifica no trecho a seguir:

“Ora! Estamos fazendo constantemente uma pergunta: se o petróleo jorrando a 43 km dentro do mar favorecerá ainda assim o NF. A resposta que estamos dando é afirmativa, pois tudo o que concorrer para o desenvolvimento do Brasil, beneficiará também esta região. Mas não é isso que as pessoas querem ouvir. Elas desejam saber se haverá vantagens diretas e imediatas...Há uma grande sofreguidão pelo crescimento econômico desse pedaço do estado do RJ, que não tendo a privilegiada situação geográfica do sul entre os maiores mercados do país, não está progredindo ainda em ritmo satisfatório. Esta sofreguidão é um bom sinal, revela um estado de espírito que pode ser aproveitado para grandes iniciativas. O homem do NF tem hoje motivos para não pensar como pensava há 10 anos atrás, isto é, que depois de viver 4 séculos do canavial e da usina, estamos começando a morrer asfixiados pela monocultura. Ele hoje está vendo mudar o cenário da agroindústria, havendo interesse de plantar mais e as usinas se modernizarem, se fundirem aumentando sempre a sua produção. Não há quem não reconheça que a economia açucareira é que tem de ser o suporte para a diversificação do que estamos começando a fazer e cujo primeiro passo já foi dado através da ampliação da bacia leiteira e da

COOPERLEITE. Não sabemos que destino terá o petróleo extraído da plataforma submarina, se a BR decidirá construir logo uma refinaria aqui na região... Mas é como dissemos, o poder de atração do petróleo é muito grande. Confirmando a sua existência ... logo haverá modificações na paisagem, aqui onde serão instalado os novos trabalhadores do mar e os técnicos do departamento da BR e as empresas que precisam de contato com ela... mas o importante mesmo será que haja perspectiva do Brasil tornar-se auto-suficiente dentro de um breve tempo ... É o homem do petróleo que ... no ano que vem, entra no Palácio do Planalto com uma credencial muito grande, por haver conseguido conservar o Brasil fora da crise mundial do petróleo...O general Ernesto Geisel já se entrevistou com quase todos os ministros, o que deixa admitir que muitos proventos, em relação ao próximo exercício, estão tendo a sua audiência. Inclusive a destinação de tamanhos recursos para a exploração do petróleo”.

(Jornal O Monitor Campista, 11/10/1973, editorial Comentários do dia: “Indagações sobre o petróleo”apud CRUZ, 2003, p.185)

Entre a década de 1970 e meados da década de 1980 a produção de açúcar no Norte Fluminense diminuiu, apesar de a produção de cana de açúcar ter sofrido um expressivo aumento. Segundo Bernardes (1993), a área colhida de cana na região apresentou aumento de 17,23% entre 1970 e 1980. Estes dados já refletiam os impactos do Proalcool mas não davam a dimensão do caráter periférico da expansão da economia sucroalcooleira no Norte Fluminense, que cresceu em ritmo muito inferior ao nacional e ao de outras áreas do país. Entre 1970 e 1985, a produção anual de cana no Brasil aumentou 239,26%, enquanto no Norte Fluminense cresceu apenas 57,61%.

Embora as áreas cultivada e colhida de cana tenham apresentado expressivo crescimento, o ritmo de crescimento do número de tratores caiu bastante na década de 1970, em relação às duas décadas anteriores (aumento de 76,62% entre 1970 e 1980 contra 212% entre 1950 e 1960 e 194% entre 1960 e 1970), indicando, por um lado, o marco da década de 1950 como início da mecanização intensiva da lavoura de cana, e, por outro, que a modernização técnica na lavoura, na década de 1970, não acompanhou o ritmo da modernização industrial. Embora a redução de unidades industriais na região de 936 usinas e destilarias em 1960 para 202 em 1980 (PAIXÃO, sd.) tenha seguido a tendência nacional do setor, o fato do volume e da área de produção de cana ter se reduzido, no final dos anos 80, demonstra que, embora tenha havido aumento de produtividade, no geral, a expressão e o

peso da agroindústria regional foram reduzidos, após o período de intervenção modernizadora. Ao mesmo tempo, é esse fenômeno, somado ao desmonte que a intervenção provocou na economia tradicional, agrícola e industrial, que responde pelo agravamento da questão social, núcleo do problema de desenvolvimento regional do Norte Fluminense.

Foi na década de 1970 que se completou na região o processo de transformação das relações de trabalho em tipicamente capitalistas, do ponto de vista da total expropriação do trabalhador do campo, expulso da moradia no meio rural, marginalizado dos direitos e dos vínculos legais e excluído do acesso à infra-estrutura urbana. Os fazendeiros e usineiros se aproveitavam da posição de monopólio da oferta de ocupações em que estavam colocados no mercado de trabalho regional para impor salários e condições de trabalho degradantes.

É importante assinalar que uma componente fundamental da reprodução do padrão de desenvolvimento e dominação era a manutenção das condições monopolistas do mercado de trabalho, para a qual a concentração e a polarização da monocultura da cana eram vitais. Essa situação foi agravada pelas condições de integração do Norte Fluminense no processo de modernização do setor açucareiro, que extinguiu o complexo industrial metal-mecânico regional e a indústria de doces e de aguardente, derivados da cana.

1.3 A DÉCADA PERDIDA

Na década de 1980 as contradições, os conflitos e os problemas do padrão de dominação e de desenvolvimento que sustentavam o regionalismo conservador dominante no Norte Fluminense, já se materializavam em efetivas manifestações sociais. O processo de urbanização, que fazia crescer em todo o país o confronto entre os movimentos sociais urbanos e os poderes públicos, foi particularmente cruel no Norte Fluminense, motivado

principalmente pela generalização do trabalho assalariado *puro* no campo, isto é, de produção do trabalhador totalmente despossuído, expropriado e desqualificado, que alocou na periferia urbana imensos contingentes de trabalhadores da noite para o dia, em favelas e loteamentos clandestinos, desprovidos de infra-estrutura adequada (CRUZ, 1992).

As elites da agroindústria ganharam recursos que beneficiaram as empresas e seus proprietários, mas a economia regional perdeu, com o padrão modernizador de submissão da agricultura e agroindústria aos oligopólios industriais de sementes, insumos, máquinas e equipamentos. Houve o fechamento do parque industrial complementar ao complexo sucroalcooleiro na região e o desaparecimento de culturas tradicionais, como já exposto anteriormente, com o conseqüente encolhimento do mercado de trabalho, particularmente no município de Campos dos Goytacazes e no seu entorno, que concentravam a economia açucareira. Em conseqüência, já no início da década de 80, “predominava o clima de *estagnação, esvaziamento e decadência*, como assim expressava a imprensa, sintetizado na expressão *um deserto de desenvolvimento*” (CRUZ, 2003, p.223).

O principal aspecto do problema social do Norte Fluminense era, então, a situação dos trabalhadores rurais bóias-frias, itinerantes, clandestinos, cuja arregimentação era promovida por empreiteiros ou pelas firmas empreiteiras, que intermediavam as relações de trabalho entre fazendeiros, usineiros e trabalhadores.

A consolidação da imagem da região como região pobre, a partir da realidade da questão social, centrada nos trabalhadores rurais e na periferia urbana, e, ao mesmo tempo, vinculada à história da monocultura canavieira, viria a determinar, em última instância, o tratamento que os Governos dariam à região nas décadas de 1980 e 1990. A região passaria a ser foco da nova tendência nacional da ação regional: a das políticas sociais. Uma vez que o Estado entrou em crise financeira e sua intervenção foi redefinida, essa região foi reconhecida como área prioritária das intervenções públicas de caráter social.

Um dos maiores exemplos desse tratamento viria a ser a implantação do Projeto Especial Cidades de Porte Médio (PECPM), financiado pelo Banco Mundial e pelo Governo Federal, dentro da estratégia do Banco Mundial para o terceiro mundo, de fortalecimento das cidades médias como diques de retenção das migrações para as metrópoles, após o surto metropolitano dos anos 1970, em grande parte devida à modernização da agricultura. Além disso, a região Norte Fluminense foi inserida no mapa da fome, do IPEA, como uma das áreas de maior índice de famílias indigentes, no estado do Rio de Janeiro.

1.4 NUM CONTEXTO DE CRISE, A ASCENSÃO DE UMA CIDADE

Segundo Cruz (2003), a literatura sobre o Rio de Janeiro identifica a reiteração de um discurso de crise, cujas raízes remeteriam à década de 1980, quando, na verdade, todo o país vivenciou um período de forte recessão econômica. De acordo com Natal (2001), entre a década de 1980 e os primeiros anos da década seguinte, o Rio de Janeiro se apresentou como “o Rio de todas as crises”, ou um conjunto superposto de crises, e identifica como aspectos mais críticos:

“i) a pronunciada decadência e a falta de competitividade da indústria fluminense (quando comparada com a paulista); ii) a efetiva redução do conjunto dos gastos do Governo Federal no estado, como também os impactos derivados dos anúncios da sua redução; iii) o dramático agravamento da chamada questão social; iv) os conflitos de natureza federativa, particularmente os estabelecidos entre os governos estadual e federal; e v) o inegável estiolamento ‘moral’ da população fluminense, em especial da carioca...” (NATAL, 2001:4)

Ainda segundo o autor, o operariado industrial nunca foi representativo e a indústria moderna nunca teve peso decisivo no mercado de trabalho estadual. A economia do estado do Rio de Janeiro sempre foi mais voltada para o mercado do Grande Rio, ou para a manutenção do aparato administrativo, ou em outras palavras, para o consumo do funcionalismo público e

do aparelho do Estado. Ao lado de uma massa de trabalhadores pauperizados oriundos do campo, onde se concentrou historicamente a economia do estado, com destaque para o complexo sucroalcooleiro e leiteiro do Norte e Noroeste Fluminenses, predominou a camada média dos funcionários públicos e profissionais liberais, estes também, em grande parte, sustentados pelo emprego público, como é o caso dos professores, profissionais de saúde e advogados, dentre outros.

É importante destacar, além disso, “a redução no nível de emprego industrial ocorrida no Rio de Janeiro na primeira metade da década dos 70 e sua modesta taxa de crescimento desde então, demonstração clara da continuação de seu processo de decadência econômica” (DINIZ & SANTOS, 1995, p.201). Tal decadência econômica é refletida na balança comercial do estado, que entra na década de 1980 com as importações superando as exportações. A situação se inverte apenas por volta de 1985, em função do peso das exportações de petróleo, apesar de a atração de investimentos para o estado ter continuado baixa, segundo Diniz & Santos (1995).

De forma resumida, o quadro em que o estado do Rio de Janeiro se apresentava na década de 1980 era composto pelo predomínio de um padrão econômico não-moderno, com baixo nível de integração do parque produtivo, com uma terceirização precária e com perda de posições nos setores tradicionais; pelo fechamento de setores estratégicos, como o financeiro e o naval, debilitando o parque industrial; e pela manutenção do cultivo da cana-de-açúcar em sua porção norte como atividade de maior expressão, produzindo abaixo da média nacional e enfrentando a forte concorrência paulista. É em meio a esta conjuntura de declínio que o município de Macaé ganhará expressão pela ascensão de sua economia e transformação completa do perfil de sua população, economia e paisagem.

Diante do quadro de crise social no Norte Fluminense, da confirmação do potencial comercial do petróleo da Bacia de Campos, e com a exploração comercial tendo início em

1977, diferentes segmentos sociais, principalmente empresários do comércio e da indústria, e o conjunto da sociedade dos demais municípios, representados pelas suas administrações municipais e entidades da agropecuária, comércio e indústria, se movimentavam em busca dos benefícios da implantação do complexo extrativista.

Além da luta pelo pólo petroquímico, particularmente levada pelas elites campistas, tomava corpo a luta por *royalties*, uma vez que aí abriam-se perspectivas de um conjunto maior de municípios serem beneficiados pelo petróleo regional. No plano difuso das reivindicações regionais, permaneciam na pauta a irrigação e a extensão dos benefícios fiscais ao Norte Fluminense. As elites aproveitavam cada oportunidade de intervenção estatal, como no caso do Proalcool e do Petróleo, para pendurar suas reivindicações históricas, diga-se de nota, sempre voltadas para o benefício, ou para o tratamento privilegiado, em relação, ora a outras atividades econômicas, ora a outras porções do território nacional, como no caso dos *royalties*.

Segundo Cruz (2003), ocorre, no período, uma segmentação das duas vertentes das principais lutas regionais. As elites tradicionais reiteram suas lutas e reivindicações tradicionais, atualizadas no pólo álcoolquímico, e as autoridades políticas regionais centram na luta pelos *royalties* e pelo pólo petroquímico. Assim, as reivindicações que representariam uma parcela maior da sociedade e dos municípios da região, diziam respeito aos benefícios que poderiam advir da nova atividade produtiva regional, o petróleo, seja sob a forma de unidades produtivas concretas, caso do pólo, seja sob a forma de compensações financeiras, o que viria a constituir um verdadeiro fundo, como no caso dos *royalties*.

A implantação do complexo extrativista mineral trouxe alguns impactos imediatos. Além do impacto na construção civil, as atividades beneficiaram, principalmente a força de trabalho dos técnicos de nível médio, formados pela Escola Técnica Federal de Campos dos Goytacazes. O Sistema Petrobrás chegou a empregar diretamente cerca de 10.000

trabalhadores na década de 1980. Até o início da década de 1990, a grande maioria dos trabalhadores da Petrobrás residia em Campos dos Goytacazes. Os grandes impactos positivos da implantação do complexo extrativista, nesse primeiro momento, consistiram no volume de capital fixo referente à implantação da logística operacional do Sistema Petrobras; no volume de novos empregos gerados; e no volume de comércio e serviços fomentados, particularmente no que se refere ao transporte, vestuário, mobiliário, alimentação e hospedagem (TERRA, 1997).

Ao hospedar os técnicos especializados e de alta qualificação das firmas de fora da região, em grande parte estrangeiras, Macaé sofreu fortes impactos sobre o preço dos terrenos, das construções, dos imóveis e dos aluguéis, bem como da alimentação. Nessa primeira fase, houve um agravamento da urbanização precária e da periferização urbana de grande parte da população local.

Já em relação a Campos dos Goytacazes, em termos do mercado de trabalho polarizado historicamente pela agroindústria açucareira, o impacto foi pequeno sobre o grosso da força de trabalho, dado o nível de desqualificação da mão de obra oriunda do setor. O diagnóstico do PECPM, sobre o perfil da ocupação da população de baixa renda de Campos dos Goytacazes, realizado em 1983, comparado com a atualização do mesmo diagnóstico, utilizando-se a mesma base e critérios, realizada em 1991, pela pesquisa *Perfil Sócio-Econômico das Famílias das Crianças e Adolescentes de Baixa Renda de Campos*, revela a reiteração de um mercado de trabalho dominado pelo biscate da maioria da PEA, ou seja, da reserva de força de trabalho da agroindústria açucareira, alternando sua ocupação entre a cana, de forma cada vez mais intermitente, e outros biscates de baixíssima remuneração e alta precarização.

Entre 1970 e 1990 observou-se a redução contínua e acentuada da PEA ocupada no setor primário macaense e campista. Ao final da década de 1990 a produção de açúcar em

usinas altamente mecanizadas passou a ser de quatro milhões e meio de toneladas, contra quase dez milhões atingidos na década anterior. O emprego no setor caiu, entre meados de 1980 e 2001, de cerca de 50.000 para cerca de 15.000 (CEFET, 2001). Foram 35.000 postos de trabalho perdidos e praticamente o mesmo montante deslocado para o mercado de trabalho urbano: mão-de-obra desqualificada, em virtude dos baixos níveis de instrução e de educação formal, e das condições precárias de vida.

Ainda entre 1970 e 1990, em ambos os municípios a ocupação nos serviços e no comércio apresentou grande crescimento. No setor secundário, após um crescimento vertiginoso na década de 1970, a ocupação na indústria cai sensivelmente na década de 1980. Em todos os casos, Macaé apresentou destaque sobre Campos dos Goytacazes: a redução da ocupação no setor primário foi maior em Macaé, bem como o aumento nos setores de serviço e comércio e o crescimento e declínio da ocupação na indústria (Tabela 1.2).

Tabela 1.2

População Ocupada Segundo Setor de Atividade Econômica no Estado do Rio de Janeiro, em Campos dos Goytacazes e em Macaé. 1970-1991.

Setor de atividade	População Ocupada no Estado do Rio de Janeiro			
	1970	1980	1991	Crescimento no Período (%)
Setor primário	241229	195580	183530	-23,92
Setor Secundário*	387405	1164298	1099258	183,75
Comércio de mercadorias	137143	489406	598877	336,68
Prestação de serviços	233996	1061046	903347	286,05
Setor de atividade	População Ocupada em Campos dos Goytacazes			
	1970	1980	1991	Crescimento no Período (%)
Setor primário	32078	25435	20211	-36,99
Setor Secundário*	14001	25933	27026	93,03
Comércio de mercadorias	9198	13249	20232	119,96
Prestação de serviços	12671	22668	31616	149,51
Setor de atividade	População Ocupada em Macaé			
	1970	1980	1991	Crescimento no Período (%)
Setor primário	6778	5473	4558	-32,75
Setor Secundário*	3085	5337	6789	120,06
Comércio de mercadorias	1474	2559	4550	208,68
Prestação de serviços	2651	4809	9929	274,54

Fonte: IBGE, CIDE.

* Indústria de transformação e construção civil

1.5 MACAÉ E A ECONOMIA DO PETRÓLEO

É preciso buscar algumas explicações para as mudanças observadas no perfil ocupacional segundo setores de atividade e a dinâmica econômica geral traz algumas pistas. O crescimento do emprego na indústria reflete a implantação do complexo extrativista mineral, do petróleo, pois não houve industrialização no período, tendo ocorrido retração e extinção de alguns segmentos industriais tradicionais.

Apesar da logística do complexo petrolífero estar concentrada em Macaé, a mão de obra provinha, majoritariamente de Campos dos Goytacazes, que possuía, quando da instalação do complexo, escolas técnicas federal, estadual, além das instituições do Sistema “S”. Uma parte vinha de Macaé e outra de várias partes do país, principalmente a mais especializada. O aumento significativo do emprego no setor, na década de 1980, começou com o emprego direto na Petrobras e terminou, da segunda metade da década 1980 para o início da década de 1990, com um processo de reestruturação e modernização tecnológica na Petrobras, que ampliou a terceirização e a sub-contratação de força de trabalho e a redução do emprego direto na Petrobrás, a partir de então. O alto custo dos terrenos e aluguéis em Macaé faz com que, até hoje, grande parte da mão-de-obra de nível técnico resida em Campos dos Goytacazes e outros municípios vizinhos de Macaé, como Casimiro de Abreu, Carapebus, Quissamã e, especialmente, Rio das Ostras.

Ao mesmo tempo, como o complexo se restringiu ao extrativismo, não incorporando no território nenhuma etapa de beneficiamento, a partir de certo momento, é no setor de serviços, e por consequência, do comércio, que se dá de forma mais acentuada o crescimento do emprego, à medida que a produção de petróleo e gás, cada vez mais tecnificada, aumenta.

Já no município de Macaé, o mercado de trabalho é polarizado pelo emprego no Sistema Petrobrás, com níveis relativamente mais elevados de oficialização do vínculo, de

salário e de qualificação das ocupações, hoje predominantemente terceirizadas, embora existam elevados índices de precarização nas condições de trabalho e moradia nesse segmento.

São inúmeras as características da atividade extrativa petrolífera que interferem na dinâmica da renda e do emprego na região, bem como no padrão espacial de desenvolvimento.

A mais explícita é o fato de a infra-estrutura de construção civil e de logística, bem como o complexo extrativista e de serviços, estar instalada em Macaé. Mas este complexo, embora seja monumental em alguns aspectos, como o volume de capital fixo e a infinidade de serviços que demanda, ao lado da grande quantidade de empregos que gera, não internaliza espacialmente as etapas das cadeias produtivas de beneficiamento do petróleo e do gás, criando limites à expansão e diversificação do mercado de trabalho.

Também se destaca o fato de o aumento do emprego ser dependente da expansão física da produção, em novos campos, tendo em vista que a corrida tecnológica e as reengenharias periódicas, tendem a dispensar trabalhadores, em larga escala e em ritmo acelerado. Além disso, a mão de obra semi-qualificada regional sofre forte concorrência da de fora, limitando o acesso dos trabalhadores da região aos postos de trabalho criados pelo complexo petrolífero no Norte Fluminense e trazendo, em consequência, um significativo aporte migratório de fora da região em direção à Macaé, provocando uma urbanização intensiva e desordenada, expressa na favelização e na sobrecarga da infra-estrutura.

Algumas consequências destes fatores para a dinâmica regional podem ser destacadas. Primeiramente, a área que sofre os impactos diretos da dinâmica petrolífera extrativista está praticamente restrita ao entorno de Macaé, pelo menos até o momento. Além disso, o mercado de trabalho regional não difunde espacial e socialmente a dinâmica econômica, reproduzindo-se o padrão histórico, concentrado, polarizado, pouco dinâmico, do ponto de vista do emprego

e da inclusão territorial e social. Há finalmente, que se destacar o aumento da diferenciação e das desigualdades no espaço regional, distanciando-se o Noroeste Fluminense, como porção mais pobre e sem perspectivas de desenvolvimento, reiterando-se os bolsões de pobreza na micro-região de Campos dos Goytacazes e afirmando-se uma melhor qualidade do emprego e do salário na região de Macaé.

1.6 ROYALTIES E PODER LOCAL

Um dos marcos fundamentais para se compreender a conjuntura dos 1990 na região é o fenômeno nacional da municipalização, que levou as administrações locais a se adaptarem à nova situação de responsabilidade sobre parte das políticas sociais e econômicas. Essa nova situação vivida pelos municípios tem resultado pelo país afora num conjunto de políticas locais inovadoras e eficazes, particularmente do ponto de vista da geração de trabalho e renda, de gestão municipal e de assistência social, assim como tem relegado inúmeros outros municípios à paralisia e à crise.

A Constituição de 1988 transferiu para as administrações locais as responsabilidades sobre a gestão de um conjunto de recursos, particularmente nas áreas de educação e saúde. Na região Norte Fluminense, tais responsabilidades chegaram acompanhadas de recursos advindos da atividade extrativista petrolífera, sob a forma de compensações e de aumento da arrecadação própria, como do ISS. Embora inicialmente, nos últimos anos da década de 1980, os *royalties* tenham decepcionado em volume, vindo a constituir algo em torno de ¼ dos

orçamentos, no máximo, a nova distribuição de recursos, via Fundo de Participação dos Estados e Municípios, por exemplo, viria praticamente a dobrá-los⁵.

A lei dos *royalties* foi aprovada no final de 1985. No entanto, seu pagamento só se inicia em meados de 1987, frustrando as expectativas e os cálculos iniciais. A luta prossegue, então, para elevação dos percentuais destinados aos municípios. Passou-se mais de um de ano, do início de 1986 a meados de 1987, desde a regulamentação até o primeiro pagamento dos *royalties*, em decorrência das disputas pelos percentuais e pelo número de municípios com direito aos municípios. Chegou-se a 38 municípios, com 60% destinados aos municípios produtores do Norte Fluminense (GUTMAN & LEITE, 2003).

No caso do Norte Fluminense, a vigorosa injeção de recursos no orçamento municipal, oriundos do aumento dos repasses federais e estaduais, como o aumento da parcela do Fundo de Participação dos Municípios, e dos *royalties* do petróleo, tornou a administração local, a partir da década de 1990, o agente com poder de intervenção mais amplo nas diversas esferas da vida econômica e social, o inverso da situação na década de 1970.

Os *royalties* significavam, antes de qualquer coisa, uma fonte permanente de recursos que não as tradicionais, que eram setoriais, dirigidas e monopolizadas por grupos sociais minoritários e utilizadas de forma pouco distributiva em termos territoriais, econômicos e sociais, e totalmente reguladas, em fluxo e volume, pelas relações entre as elites agroindustriais e as autoridades federais reguladoras da atividade. Mas, acima de tudo, eles

⁵ A municipalização da gestão de uma série de atividades da esfera pública de governo e, no caso do Norte Fluminense, o ingresso de *royalties*, mais forte nos municípios do entorno de Campos dos Goytacazes e Macaé, foram estimuladores da constituição de novas unidades político-administrativas locais, novas unidades arrecadoras e gestoras da nova fonte estratégica de recursos, agora em mãos das Prefeituras. Entre 1970 e 1985 a porção norte do estado do Rio de Janeiro se manteve com 14 municípios; de então até o Censo de 2000, são constituídos 8 novos municípios, por desmembramentos dos já existentes, já agora espalhados pelas duas regiões, sendo que a porção Norte Fluminense, passou de 5 para 9 municípios, e a porção Noroeste Fluminense, que compreendia 9 municípios em 1970, passou a contar com 13 em 2000. O maior fracionamento relativo deu-se, justamente, no município de Macaé, na década de 1990, como expressão da disputa pelo controle de parcelas dos benefícios diretos do petróleo pelas municipalidades, além dos *royalties*, que começaram a ser pagos aos municípios em 1987.

significavam a mudança do controle dos recursos estratégicos. E, a partir de 2000, com um salto impressionante no volume do *royalties* (Tabela 1.3), acrescido das participações especiais, os municípios se consolidam, definitivamente, como os atores locais e regionais com maior poder de fogo financeiro para dinamizar a economia regional.

Tabela 1.3

Repasse de *royalties* por ano segundo municípios da microrregião de Macaé. 1999-2005.

Municípios	Royalties por ano						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Carapebus	R\$ 6.166.151,42	R\$ 9.980.224,80	R\$ 12.841.874,03	R\$ 19.110.109,22	R\$ 22.490.168,56	R\$ 21.701.135,78	R\$ 25.718.960,17
Conceição de Macabu	R\$ 850.661,97	R\$ 1.655.384,56	R\$ 2.062.639,17	R\$ 2.885.456,36	R\$ 3.765.757,31	R\$ 3.195.219,81	R\$ 3.754.253,87
Macaé	R\$ 34.757.683,06	R\$ 67.461.252,65	R\$ 84.424.763,70	R\$ 140.035.784,60	R\$ 187.686.111,86	R\$ 215.440.811,13	R\$ 264.821.319,92
Quissamã	R\$ 14.647.947,99	R\$ 25.077.088,71	R\$ 28.130.477,85	R\$ 36.859.624,78	R\$ 45.952.480,21	R\$ 46.883.615,27	R\$ 53.104.182,53

Fonte: Agência Nacional do Petróleo

Assim, se a limitada complexidade da cadeia produtiva regional não gera o efeito de espraiamento espacial e social dos benefícios resultantes das atividades econômicas desenvolvidas na região, este efeito será produzido por via dos *royalties* e das *participações especiais*.

Entretanto, um sério problema que a economia extrativista do petróleo regional encerra é a certeza da sua finitude. Projeta-se para daqui a 20 anos, no máximo, o início da curva de declínio da produção local. Se a economia regional do petróleo se limitar à extração, ou, melhor, se a economia regional se tornar total ou quase totalmente, dependente da extração do petróleo, as conseqüências para o desenvolvimento regional tendem a ser altamente danosas (PIQUET, 2002). No limite, o mesmo se dará se a economia regional vier a depender das compensações financeiras pela extração do petróleo. Sem contar que há uma tensão permanente ligada à disputa pela repartição desses recursos, por parte de outros municípios, estados e regiões do país, bem como de outros atores sociais, que vêm na concentração dos mesmos nas mãos das administrações locais um entrave ao seu uso para o desenvolvimento regional.

1.7 DESIGUALDADES SOCIAIS NA REGIÃO

A análise da dinâmica regional aponta para a existência de, em realidade, não uma, mas duas dinâmicas econômicas distintas nos dois municípios-pólo da região: Macaé e Campos dos Goytacazes. O que torna a análise mais complexa, no entanto, é o fato de que ambas as dinâmicas apresentam características concentradoras e restritas, espacial e socialmente, embora tal fato ocorra de forma mais acentuada em Campos dos Goytacazes.

Em 1970, os índices de indigência eram de 30,80% em Campos dos Goytacazes e 17,91% em Macaé, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Em 1980, Campos dos Goytacazes passou para 38,13% e Macaé para 33,24%, refletindo os impactos do período de expansão e modernização da agroindústria açucareira na região, que eliminou antigos cultivos e gerou um contingente de milhares de bóias-frias, expulsos do campo para a cidade, vivendo em condições precárias de vida e de renda. O mesmo movimento parece ter ocorrido com Macaé, onde a atração de população se deveu, ainda, à instalação do complexo de extração de petróleo.

Em 1991, o índice de indigência de Campos dos Goytacazes disparou para 52,34% e o de Macaé caiu para 31,88%. Na década de 1980, a extração do petróleo se consolidou na região, tendo o complexo se estabelecido em Macaé, enquanto Campos dos Goytacazes continuou sediando o complexo da agroindústria açucareira, que reproduziu um mercado de trabalho polarizado e restrito, em virtude da modernização, entrando em crise ao final da década. A expansão da agroindústria foi acompanhada da desativação de diversas atividades tradicionais.

Não se pode perder de vista que essa foi a chamada “década perdida”, quando o conjunto da economia brasileira estagnou, com alguns anos de recessão, com aumento do desemprego e subemprego, hiperinflação, choques de moeda, especulação financeira, ao

mesmo tempo em que até mesmo o ritmo de metropolização diminuiu, enquanto houve um aumento do ritmo de crescimento populacional nas cidades médias, que retiveram população, diminuindo a migração para os grandes centros e arcando com as conseqüências desse relativo inchamento demográfico.

Em 2000, para um percentual médio de 14,68% de indigentes no estado do Rio de Janeiro, o Norte Fluminense era a porção do estado com as proporções mais altas, com índice de 23,93%. Campos dos Goytacazes apresentava 28,88%, acima, portanto, da média regional, e Macaé, 6,52%, bem abaixo da média regional, um dos três melhores índices do estado.

Os dados confirmam que os benefícios diretos do petróleo em termos do emprego e da renda, se concentraram no entorno de Macaé. Já Campos dos Goytacazes parece amargar as conseqüências da dinâmica dos últimos 30 anos da agroindústria açucareira, apesar de ter havido progressos na diminuição da indigência, na década de 1990.

Em Macaé, o emprego formal crescia num ritmo maior, os salários médios e os níveis de escolaridade da força de trabalho no mercado de trabalho formal são superiores, e, apesar da PEA de Macaé representar menos da metade da de Campos dos Goytacazes, o número de empregos formais, em termos absolutos, já era maior em Macaé. O que não impede que se constate que existe ainda, em Macaé, uma significativa parcela da população trabalhadora em ocupações informais e em condições precárias de trabalho (PIQUET, 2002).

À medida que aumentam as disparidades entre Campos dos Goytacazes e Macaé, municípios que viveram, durante séculos, dinâmicas econômicas muito semelhantes e integradas, cresce a percepção, em Macaé, de que o município pode liderar um movimento de criação de uma nova região, integrando alguns municípios da atual Região dos Lagos, como Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio e Rio das Ostras, por compartilharem, além da economia do petróleo, o perfil de região turística de características físicas e sócio-econômicas semelhantes.

Quadro 1

Mudanças na estrutura econômica, no perfil da força de trabalho e nas formas de mobilidade espacial da população apresentadas na região Norte Fluminense e no município de Macaé. 1970-2008.

	Período 1970 - 1978	Período 1979 - 1997	Período 1998 - 2008
Conjuntura	<p>Fortes investimentos na reestruturação da matriz energética nacional, com ênfase na produção de álcool combustível.</p> <p>Sondagens realizadas em 1971 indicaram um bom potencial de produção de petróleo na Bacia de Campos.</p>	<p>Já nos primeiros anos da década de 1980, que foi marcada por forte recessão econômica, intensifica-se a produção de petróleo na Bacia de Campos.</p>	<p>A Petrobras perde o monopólio de exploração e produção de petróleo.</p>
Estrutura Econômica Regional	<p>Auge da mecanização da lavoura da cana e aumento da concorrência com a indústria sucroalcooleira paulista. Há aumento da área colhida de cana, mas ocorre redução da população ocupada no setor primário.</p> <p>Desaparecimento quase completo do complexo metal-mecânico e da indústria de doces e de aguardente na região.</p>	<p>Redução e enxugamento do setor sucroalcooleiro na região, com fechamento do parque industrial complementar, ampliando o contingente de trabalhadores desempregados.</p> <p>A região é incluída no mapa da fome do IPEA, como um das áreas de maior índice de famílias indigentes no estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Início das atividades do complexo extrativista mineral com base operacional instalada em Macaé.</p> <p>As autoridades políticas regionais iniciam a luta pelos <i>royalties</i> resultantes da exploração petrolífera.</p> <p>O setor de construção civil se aquece com o aumento da demanda por moradias em Macaé e o preço dos terrenos, imóveis e aluguéis sobem consideravelmente.</p>	<p>Aumento do número de empresas no setor de petróleo, como Transocean (1998), Schlumberger (1999), Pride (2001) e Falck Nutec (2005), por exemplo.</p> <p>Aumento da participação nos municípios nos repasses de <i>royalties</i> de petróleo.</p> <p>Abertura de campi de universidades particulares e federais em Macaé, como Estácio de Sá (2003), Unigranrio (2004), UFRJ (2007) e UFF (2007), oferecendo cursos de graduação e pós-graduação na área de petróleo (Engenharia de petróleo e gás, Geofísica de poços e reservatórios, etc).</p> <p>O setor de comércio e serviços apresenta contínuo crescimento e sofisticação, com a chegada de hotéis de nível internacional, como Sheraton (2006), Íbis (2006), Atlantica Comfort Suítes (2006) e Blue Tree Towers (2007) e de redes varejistas como Lojas Americanas (2008) e Casa & Vídeo (2005).</p>

Continua na próxima página

	Período 1970 - 1978	Período 1979 - 1997	Período 1998 - 2008
Perfil da Força de Trabalho	<p>Transformação nas relações de trabalho com introdução de relações tipicamente capitalistas.</p> <p>Trabalhador rural expropriado de sua moradia no meio rural e marginalizado nos direitos e nos vínculos legais. Os salários e as condições de trabalho atingem níveis degradantes.</p>	<p>Declínio da PEA ocupada no setor primário em Campos dos Goytacazes e Macaé.</p> <p>Ampliação no número de bóias-frias residindo nas periferias e favelas da região, alternando ocupações na lavoura da cana e em biscates no meio urbano.</p> <p>Aproveitamento da força de trabalho de nível médio da Escola Técnica de Campos dos Goytacazes no mercado de petróleo.</p> <p>Crescimento das ocupações no setor de transporte, vestuário, de alimentação e de hotelaria, absorvendo em Macaé parte do excedente populacional regional.</p>	<p>Consolidação da reestruturação tecnológica da Petrobras, provocando a flexibilização das relações de trabalho, reduzindo o emprego direto na empresa e ampliando a mão-de-obra terceirizada e sub-contratada.</p> <p>A política dos selos de qualidade reflete-se em exigência de maior qualificação dos trabalhadores do setor de petróleo.</p> <p>A qualificação do setor de comércio e serviços em Macaé, promove a renovação da força de trabalho, ampliando a concorrência entre municípios e migrantes pelas colocações no mercado de trabalho.</p> <p>A Secretaria Municipal de Trabalho e Renda cria, em 2004, a Central de Atendimento Especializada em Emprego (CAET), e passa a oferecer, exclusivamente aos municípios, cursos profissionalizantes com posterior encaminhamento às vagas no setor de comércio e serviços de empresas cadastradas no banco de empregos.</p>
mobilidade populacional	<p>Migração do excedente populacional no campo para as periferias dos municípios do Norte Fluminense, em especial de Campos dos Goytacazes e Macaé, além dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.</p> <p>Migração sazonal de bóias-frias para municípios da Região dos Lagos.</p>	<p>Macaé passa a atrair população de nível médio formada em Campos dos Goytacazes, profissionais especializados de várias regiões do país e mão-de-obra desempregada ou subempregada, atraídos pela possibilidade de colocação no mercado de trabalho em expansão.</p>	<p>O elevado custo de vida e o aumento da violência em Macaé, a 15ª cidade em homicídios por 100 mil habitantes no país, reflete-se em ampliação da procura por residência em municípios vizinhos, promovendo uma pendularidade diária entre Macaé e seu entorno.</p> <p>A intensificação da exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos provocou ampliação no volume de pessoas que trabalham na região embora mantenham residência em municípios distantes, a exemplo de Salvador, Belém, Curitiba, Porto Alegre, etc., sugerindo uma nova forma de pendularidade não-diária e de longa distância.</p>

Organizado pelo autor a partir de pesquisas de campo e a partir das leituras de CRUZ, 1992, 2001, 2003a, 2003b; BERNARDES, 1993; TERRA, 1997; BRAY et alli, 2000; PIQUET, 2002 e OLIVEIRA, 2005.

2. REVISITANDO OS CONCEITOS DE MOBILIDADE E TRABALHO

Após explorar a história recente da região Norte Fluminense e do município de Macaé, percebe-se que, para melhor entender o desenvolvimento de sua dinâmica econômica e sócio-espacial, é importante revisitar alguns conceitos-chave. A reflexão acerca das muitas dimensões da Mobilidade Espacial da População e das transformações do mundo do Trabalho garantirá uma capacidade de análise mais profunda da realidade local e regional.

2.1 MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Historicamente, os estudos sobre a mobilidade espacial da população deram ênfase às migrações. Mais recentemente, no entanto, em decorrência de mudanças observadas nas estruturas econômicas e sociais, percebeu-se a complexificação dos padrões de mobilidade espacial da população, tornando necessárias novas abordagens, como as que chamam a atenção para a pendularidade existentes em grandes centros metropolitanos.

A palavra *migração* provém do latim *migratio*, e significa mudar de habitação, passar de um lugar para outro, ir-se embora, sair. Entretanto, é somente em fins do século XIX que o verbete ‘imigração’ e ‘imigrado’ aparecem nos dicionários, dentro do contexto de surgimento do Estado-Nação ocidental. Segundo Konings (2001), no pensamento mitológico grego não há a palavra *migrante*. Na Odisséia, Ulisses é considerado hóspede, forasteiro e estrangeiro, mas não um imigrante. Quando se forma a *polis* grega, a palavra invocada para se falar da presença daquele que não é grego, ainda é *xenos*, que na Grécia antiga significava “o estrangeiro, o estranho, inconveniente, forasteiro, hóspede, hospedeiro” (KONINGS, 2001, p. 51).

Atualmente, o conceito de migração varia bastante segundo a pesquisa e as características dos dados existentes e disponíveis. Entretanto, segundo Carvalho e Rigotti (1998), é consensual que não sejam considerados os movimentos cujos indivíduos não se estabelecem permanentemente no local de destino. Assim, a migração diz respeito, sobretudo, às mudanças permanentes de residência entre unidades espaciais pré-definidas e é, de acordo com Santos (2005), um conceito essencialmente geográfico, pois é carregado de variáveis espaciais tais como linhas contínuas, fronteiras, cruzamento, travessia.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a complexidade da obtenção de informações sobre movimentos migratórios, bem como, a especificação da área geográfica, do tempo em que se deseja que estas informações sejam referidas e a avaliação das respostas oriundas do campo são fatores fundamentais para tornarem este tema um dos mais ricos em termos de possibilidades de medição e de análise. Isto contribui também para que as várias formas de se medir migração conduzam a valores discrepantes entre si.

Neste estudo será considerado migrante todo indivíduo que realizou algum tipo de deslocamento intermunicipal no período analisado, incluindo-se nesta categoria os indivíduos que estejam realizando uma migração de retorno ao município de nascimento, ou seja, macaenses que residam no município de Macaé um número de anos menor que os de sua idade.

A discussão do conceito de migração, percebida enquanto “mobilidade espacial da população” (BECKER, 1997), tem um caráter importante no entendimento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação do capital, posto que a migração é, segundo George (1971), não só o deslocamento humano, mas também a irradiação geográfica de um dado sistema econômico e de uma estrutura social.

Para Singer (1980, p.212), *“as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem*

ser separadas”. Dessa forma, *“encontrar os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo”*. Neste estudo, considera-se como limite inicial da configuração histórica que dá sentido ao fenômeno migratório no Norte Fluminense e em Macaé a década de 1970, quando o processo de transformações técnicas da produção sucroalcooleira regional atinge seu ápice e quando se delinea a ascensão da região como grande produtora de petróleo. Antes de partir para observações sobre a migração especificamente em Macaé, no entanto, é preciso apresentar brevemente as grandes linhas de estudo das migrações, cujas reflexões podem auxiliar a compreensão do quadro migratório em questão.

2.1.1 Os estudos clássicos em Migração

Predominaram, até a década de 1970, estudos de movimentos migratórios a partir da mensuração dos fluxos demográficos e das características individuais dos migrantes, valorizando a análise de linhas e pontos (fluxos e aglomerações) em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social. Esta perspectiva descritiva e dualista, marca da Escola Neoclássica nos estudos de migrações, levava, segundo Becker (1997, p.323), *“a um modelo redutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades”* sem que houvesse pressões produzidas por forças socioeconômicas externas.

Apesar de derivada da introdução de mudanças técnicas no processo produtivo e do conseqüente aprofundamento da divisão social do trabalho, a migração, na visão neoclássica, seria ainda um mecanismo gerador de equilíbrio para economias em mudança, especialmente aquelas mais pobres. Esta visão não era compartilhada por Gaudemar, que, segundo Becker

(1997, p.331), via na mobilidade dos homens uma “*estratégia [do capital] para perpetuar as desigualdades de espaço, uma vez que o espaço não é mudado de forma a atender as necessidades de sua população*”.

Considerando o fenômeno migratório como a “*mobilidade promovida pelos movimentos do capital*” e imprimindo um enfoque neomarxista aos estudos migratórios, Gaudemar (1977) opõe, à migração como ato de decisão pessoal, uma mobilidade forçada, fruto da crescente sujeição do trabalho ao capital. Para Gaudemar,

“Nem todas as movimentações de mão-de-obra são equivalentes. Só interessam ao capital aquelas que asseguram a sua valorização, quer correspondam a uma intensificação ou a uma produtivização acrescidas do trabalho, quer se dirijam para os espaços da polarização capitalista, próprios para os absorver. É sem dúvida aí, na vontade de apenas encorajar estas únicas movimentações, que reside o caráter novo das estratégias contemporâneas da mobilidade”. (GAUDEMAR, 1977, p.17).

Segundo o autor, os estudos neoclássicos de migração privilegiam uma visão idílica, tal como a dos discursos governamentais, de que a migração é desejada pelos trabalhadores, de que a migração lhes traria vantagens pessoais. E, questionando esta visão, aponta para a existência de uma migração que é, em realidade, “*uma mobilidade suportada, provocando fluxos de homens apenas ao ritmo das contrações ou expansões do capital*” e tendo como resultado “*desenraizamentos frequentemente dolorosos, senão sempre dramáticos*”, representativos de “*um progresso ilusório que modela a paisagem social e humana apenas à imagem desumana da polarização capitalista do espaço*” (GAUDEMAR, 1977, p.24).

Para Gaudemar (1977), esta mobilidade, mais do que ordenamento territorial, provoca “*desordenação do território*”. Isto ocorre, sobretudo, pelos impactos da mobilidade do capital sobre o mercado de trabalho: a tendência quase geral de manutenção das sedes empresariais em grandes centros metropolitanos perpetua a localização polarizada das atividades de direção e administração e, nos casos em que há a necessidade deste deslocamento, as empresas “*transportam consigo o núcleo essencial dos quadros superiores e dos técnicos*”. Dessa

forma, à população residente no local de destino da unidade produtiva em questão, estará reservado apenas o trabalho pouco ou nada qualificado.

Neste sentido, as reflexões de Gaudemar aplicam-se de modo bastante adequado à realidade que se configurou em Macaé, para onde, na década de 1970, no período inicial da exploração do petróleo na região, foram transferidos inúmeros empregados dos quadros superiores e técnicos, como engenheiros, reservando à população local apenas as ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

Seguindo uma linha semelhante, Damiani (1991) afirma que a migração interna no Brasil sempre foi fruto do mesmo processo, envolvendo diferentes agentes, ou seja, *“os antigos latifundiários foram substituídos por grandes empresas capitalistas nacionais e multinacionais”* (DAMIANI, 1991, p.42).

A mobilidade espacial da população é, nos países capitalistas, influenciada pelas estratégias e investimentos das empresas e dos governos, que vão determinar o destino dos deslocamentos. Em seguida, o capital pode redirecionar a força de trabalho para onde lhe for conveniente e da maneira mais rentável possível, porque os estoques de mão-de-obra excedente são incrementados cada vez mais, como resultado, principalmente, da tecnificação do trabalho.

Refletindo sobre a tecnificação do trabalho, Carleial (1994) chega a questionar se surgirá uma nova forma de imobilidade da força de trabalho pela inexistência de trabalho. De maneira menos extremada, Becker (1997, p.325) acredita que estamos diante da gestação de um novo paradigma das migrações resultante da atual internacionalização da economia, um paradigma que se desenvolve numa conjuntura *“onde de um lado ocorre a reestruturação tecnológica e, de outro, o aprofundamento da exclusão social”*. E Antunes (1999) alerta para o fato de que não se caminha em direção à extinção do trabalho, mas a transformações no mundo do trabalho.

Assim, aparentemente as colocações no mercado de trabalho para cargos gerenciais que exijam alta qualificação crescem em ritmo mais acelerado que a oferta deste trabalhador qualificado, oferecendo a esta população uma condição confortável de escolha da mobilidade, ou seja, a decisão deste grupo de indivíduos sobre a sua própria mobilidade é soberana. Ao mesmo tempo, o crescimento da pobreza e da população sem qualificação é maior que a oferta de trabalho para esta população, o que, além de reduzir seu poder de mobilização enquanto trabalhadores, os colocam numa posição de quase imobilidade espacial. Na verdade, apesar da redução dos custos de deslocamento e da ampliação da oferta de transportes nas últimas décadas, há grupos populacionais tão pobres que acabam por tornarem-se praticamente imóveis, por não conseguirem reunir os recursos necessários para investir em seu deslocamento e em sua fixação no local de destino.

Enquanto os estudos neoclássicos acreditavam que o motor principal das migrações era a possibilidade de o indivíduo melhorar suas condições de vida na área de destino, os estudos neomarxistas voltavam sua atenção, em especial, às condições de vida de um determinado grupo social na área de origem, sendo estas condições as que fundamentalmente desencadeariam um processo migratório. A realidade macaense é, no entanto, complexa demais para buscar-se uma teoria que lhe caiba perfeitamente. Não houve apenas o estabelecimento da indústria petrolífera em Macaé: houve também o quadro de desemprego rural, fruto da modernização agrícola e da perda de competitividade regional para a indústria sucroalcooleira paulista. Atualmente, muitas pessoas chegam ao município em busca de emprego, estimuladas pela mídia ou pelo exemplo de parentes e amigos que conseguiram inserção no mercado de trabalho, nos setores de comércio e de serviços. E, além disso, cada vez mais pessoas chegam à região para trabalhar em Macaé, embora não estabeleçam residência no município.

Desta forma, embora os estudos neomarxistas e, em menor peso, os neoclássicos, ajudem a entender a dinâmica regional, não dão conta da complexa situação local, desde a instalação das bases para a exploração do petróleo na Bacia de Campos. É preciso buscar respaldo na idéia das “redes sociais de migração” e refletir, também, sobre o surgimento de novas categorias migratórias no contexto macaense.

2.1.2 Migração e Redes

De acordo com Curien (1988, apud SANTOS, 1999, p.209) as redes são infra-estruturas que permitem o transporte de matéria, energia ou informação e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza “*pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação*”. Mas, segundo SANTOS (1999, p.209), esta definição considera apenas a realidade material de uma rede, sendo, pois, necessário, dar destaque ao dado social, pois as redes são também sociais e políticas, “*pelos pessoas, mensagens, valores que a freqüentam*”.

Segundo Matos & Braga (2005), as redes geográficas, ao caracterizar as novas formas de organização social e produtiva da modernidade contemporânea, marginalizam atores e distribuem novos poderes. Assim, no lugar da rigidez espacial, emergem novos movimentos em que horizontalidades e verticalidades se perpassam, tornando a compreensão dessa dualidade um exercício novo, pois, para além dos processos internos aos territórios, as relações ganham caráter central na análise.

Fazito (2002) afirma que devido à consolidação de alguns conceitos e idéias nas análises migratórias, como “corrente migratória”, “pólos de atração/expulsão” e “redes pessoais e familiares”, tornou-se cada vez mais comum o uso da metáfora da “rede social”

como representação de um sistema migratório onde determinadas regiões espaciais trocam pessoas, recursos materiais e informações, e estabelecem laços ou conexões sólidas que poderiam explicar a origem, o desenvolvimento e o recrudescimento de tais fluxos. Percebe-se, através desses conceitos e suas teorias, a busca por um modelo que represente o fenômeno migratório em diferentes dimensões (macro/micro) – regiões específicas se conectam através de fluxos de ordens variadas; pessoas migram através de uma “instituição invisível”, que são as redes familiares ou pessoais; o contato com atores e canais (muitas vezes físicos, ou apenas subjetivos como a “influência” sobre pessoas importantes) responsáveis pela facilitação de uma “viagem” bem sucedida, etc; seriam todos exemplos da existência de uma rede social da migração.

Ainda segundo Matos & Braga (2005), as redes migratórias são um tipo de relação social articulada por sistemas de cidades integrados e sugerem fortemente a presença de redes sociais. Entre os fluxos desenvolvidos no interior das redes de cidades, os fluxos migratórios são de destacada importância porque tratam do deslocamento de *“indivíduos repletos de intencionalidades, articulando famílias, empresas, grupos sociais e lugares”* (MATOS & BRAGA, 2005, p.119).

“As redes migratórias consistem de laços sociais que ligam comunidades expulsoras a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços unem migrantes e não migrantes em uma teia complexa de papéis sociais e relações interpessoais complementares, mantidos por conjuntos informais de expectativas recíprocas e comportamentos prescritos. Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório mas antes adaptados a ele, sendo reforçados, ao longo do tempo, através da experiência comum dos migrantes.” (MASSEY et alli, 1987, p.139)

Ao considerar as redes sociais como princípio organizacional compartilhado por indivíduos em diferentes agrupamentos, Gurak e Caces (1992, p.155) afirmam que *“ao atuar como meio de ligação e mecanismo de transmissão de recursos e informações, as redes de migração exercem uma influência poderosa sobre a seleção de quem migra e quando”*.

Portanto, as redes sociais também poderiam ser entendidas como “causas” da adaptação/assimilação dos imigrantes na sociedade receptora, por exemplo.

Há pelo menos três conjuntos de redes discerníveis em Macaé, que a interconecta aos demais pontos do território nacional e internacional. São as redes de infra-estrutura, as redes de pessoas e as redes de empresas. Obviamente, todas elas têm sua contribuição na articulação das migrações com destino a Macaé. Sem que a cidade de Macaé estivesse interligada às cidades vizinhas e a grandes centros regionais e nacionais, como Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro, por rodovias e ferrovias, não seria possível que as atividades desenvolvidas em Macaé desencadeassem um fluxo migratório em direção ao município. Do mesmo modo é possível calcular que o fluxo migratório que tem Macaé por destino não teria a dimensão que tem não fosse pelos laços familiares e pelas amizades que, ao constituírem redes sociais, estimulam deslocamentos posteriores ao deslocamento de um indivíduo ou grupo de indivíduos bem sucedido no destino. Entretanto, é o que chamamos de ‘redes de empresas’ que parece ser bastante característico da dinâmica migratória local.

As redes são, segundo Santos (1999, p.222), “*concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas*”. Para o autor, as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros, ordenam e desordenam territórios. Neste sentido, ao criar novos recortes espaciais, as redes de empresas ampliam a área de influência de Macaé, possibilitando que mesmo pessoas residentes em lugares muito distantes se envolvam na dinâmica da mobilidade do município.

A maioria das pessoas associa a exploração de petróleo em Macaé à Petrobras. No entanto, a Petrobras é apenas um dos muitos agentes envolvidos nesta dinâmica. Além de existirem outras empresas envolvidas diretamente nas atividades de exploração e produção de petróleo, com sedes em países como os Estados Unidos e a França, estas empresas e a Petrobras, através da contratação de empresas terceirizadas que prestam serviços de

consultoria, produzem mapas, avaliam a geologia do fundo do mar, fabricam peças, etc., constituem o nó fundamental de uma rede de empresas que transcende as fronteiras do município de Macaé, do estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

Estas empresas terceirizadas são contratadas temporariamente para a realização de serviços e, para a execução dos serviços contratados, deslocam empregados próprios de outras unidades para Macaé ou selecionam empregados temporários, que deixam os principais centros urbanos do país para aquele projeto específico, caracterizando-se, desta forma, como agentes da mobilidade espacial da população.

Ao término do contrato entre a Petrobras e uma empresa terceirizada aquele empregado deslocado para Macaé costuma ser realocado na unidade de origem ou transferido para outra unidade da empresa. Os outros empregados, contratados temporariamente para um projeto específico, não terão garantia de colocação do mercado de trabalho em Macaé. Dessa forma, o regime de contratações temporárias, característico da indústria do petróleo, contribui para a existência de uma transitoriedade bastante elevada dos migrantes em Macaé.

2.1.3 Pendularidade

O fenômeno migratório passou por profundas transformações no Brasil, desde a década de 1980. A redução das taxas de natalidade associada aos menores saldos migratórios determinou o menor crescimento das metrópoles. Ao mesmo tempo, correntes migratórias importantes passaram a ter como destino as periferias metropolitanas e as cidades médias, fazendo com que estes espaços experimentassem as maiores taxas de crescimento populacional. Neste período, observam-se também o incremento das migrações intra-regionais, a diminuição da migração rural-urbana e o aumento da migração de retorno,

contribuindo para a ascensão, embora ainda em caráter incipiente, da migração urbano-rural (PAGANOTO, 2007).

A crise econômica da década de 1980 impõe uma diminuição no volume das migrações interestaduais e a migração internacional volta ao cenário dos estudos populacionais, agora com duas vertentes: a emigração para os Estados Unidos, Japão e Europa e a imigração, *“que vai desde paraguaios, coreanos e bolivianos, muitos deles ilegais, até a gerentes e técnicos europeus que chegam no processo de privatização das empresas estatais concessionárias de serviços públicos”* (OLIVEIRA, 2006, p.10).

Por volta da metade da década de 1960, o modelo de desenvolvimento fordista entra em crise e, alterando os modelos econômicos e políticos como estratégia de enfrentamento da crise, o capitalismo renasce com vigor, baseado numa matriz neoliberal, na qual o tamanho do estado deve ser mínimo (HARVEY, 1992). A acumulação passa a ser flexível, alterando de forma decisiva o regime de produção. Nesse novo modelo diminui-se a demanda por mão-de-obra e as plantas industriais, de menor porte, passam a poder estar subdivididas em várias partes do planeta. Em outras palavras, a produção pode ir ao encontro da força de trabalho, não sendo mais necessário lançar mão dessa flexibilidade presente entre os trabalhadores. Nas palavras de Oliveira (2005), *“ao encontrar a mão-de-obra nos países em desenvolvimento, barateiam-se os custos da produção e maximizam-se os lucros”*.

É nessa nova ordem política, econômica, social e cultural que faltam abordagens teóricas que apreendam o fenômeno migratório no Brasil. O desafio colocado é o de compreender novos processos que se manifestam numa nova sociedade. Nesse contexto, a forma como a mobilidade populacional se apresenta passa a ser rediscutida, surgindo questões como circularidade, retorno, contra-urbanização, residência base, etc.

De acordo com Oliveira (2006), surgem, nesta nova conjuntura, aportes que sugerem apreciar todos os tipos de deslocamentos e suas modalidades de duração, periodicidade e

seqüências, que não necessariamente impliquem em mudança de residência. Assim, o autor apresenta os conceitos de residência base⁶ e de reversibilidade dos fluxos. Os fluxos reversíveis estariam associados a uma residência base, que seria o ponto de partida para novos deslocamentos, que poderiam ter destinos distintos, mas a mesma origem. Os fluxos irreversíveis, por sua vez, são implementados sem referência ou recurso a nenhuma residência anterior, que já não intervêm no sistema de reprodução familiar do grupo de migrantes (DOMENACH e PICOUET, 1990, apud OLIVEIRA, 2006). Ou seja, as estratégias dos migrantes se alteram em função da nova realidade, traduzida na flexibilidade produtiva, precariedade do mercado de trabalho e encolhimento/ausência de políticas sociais. Ao procurarem novas estratégias, mudam o modo como se processavam as migrações no modelo de acumulação anterior, no qual aos movimentos de médias e longas distâncias correspondiam mudanças definitivas de residência.

Na realidade macaense, entre estas novas estratégias migratórias, destaca-se a pendularidade. Para Jardim (2007, p.1), *“as migrações pendulares estão relacionadas aos processos de deslocamento da população no território, num determinado contexto e tempo socialmente constituídos”*. Ainda segundo o autor, elas *“ganham especificidades e finalidades a partir da estrutura e das mudanças na organização da economia e da sociedade”*.

Buscando diminuir o risco de se passar despercebida a heterogeneidade dos processos que originam os movimentos pendulares e as especificidades que esse fenômeno implica sobre as dinâmicas territoriais, Pereira (2007) recorreu à construção de tipos ideais weberianos ao analisar três distintos processos que dão origem ao descompasso espacial entre residências e postos de trabalho, sendo eles o deslocamento pendular do tipo ‘concentração

⁶ Como residência base, entende-se o lugar ou conjunto de lugares a partir do qual(is) os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno mais elevada, qualquer que seja a duração da permanência no outro lugar

urbana’, o deslocamento pendular do tipo ‘saturação urbana’ e o deslocamento pendular do tipo ‘desconcentração produtiva’.

Os deslocamentos pendulares do tipo ‘concentração urbana’ seriam aqueles resultantes da intensificação da diferenciação espacial entre áreas residenciais e de trabalho, marcados pela periferização e realizados no sentido periferia-centro. Os deslocamentos pendulares do tipo ‘saturação urbana’ também seriam realizados no sentido periferia-centro, mas como resultado da mudança de residência de áreas centrais para áreas mais afastadas por parte de grupos de renda mais elevada, em busca de amenidades. Finalmente, os deslocamentos pendulares do tipo ‘desconcentração produtiva’ estariam vinculados às etapas mais recentes do processo de desconcentração espacial das atividades produtivas, quando muitas empresas têm reavaliado sua localização buscando instalações em locais menos centrais das redes urbanas. Segundo Pereira (2007, p.18), neste processo de re-localização, apesar de parte da mão-de-obra absorvida pela empresa pertencer ao seu novo município de instalação, em geral, *“o seu quadro de funcionários de mais alta qualificação é proveniente do município de instalação anterior ou de municípios mais centrais”*. Assim, os deslocamentos pendulares nesta realidade seriam realizados no sentido centro-periferia ou periferia-periferia.

Em Macaé é possível identificar um tipo de deslocamento pendular diário, originário nos núcleos urbanos circunvizinhos, o que se explica, em parte, pelo fato de estar em Macaé a concentração das oportunidades de trabalho na região e, também, pelos elevados custos dos imóveis, tanto para compra quanto para locação, estimulando a residência em municípios próximos, especialmente Rio das Ostras.

E surge em Macaé uma nova modalidade de movimento pendular, uma pendularidade distinta da clássica tanto na escala espacial quanto na escala temporal e intimamente relacionada às atividades do setor de petróleo. Esta nova pendularidade é desenvolvida pelo indivíduo que não reside em Macaé, mas passa ‘no município’ até duas semanas ininterruptas,

voltando ao local de residência ao final deste período e só retornando a Macaé após outras três semanas de folga. Este movimento só é possível em função da escala de trabalho típica dos empregados que trabalham embarcados por 15 dias e que ganham 21 dias de folga a seguir.

2.2 TRABALHO

O trabalho, entendido em seu sentido mais genérico e abstrato, como produtor de valores de uso, é expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza (ANTUNES, 1999). No seu sentido primitivo, objetos naturais são transformados em coisas úteis através do ato laborativo. Mais tarde, nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente a essa relação homem-natureza desenvolvem-se inter-relações com outros seres sociais, também com vistas à produção de valores de uso. Emerge assim a práxis social interativa, cujo objetivo é convencer outros seres sociais a realizar determinado ato teleológico.

O trabalho tem, portanto, em sua gênese e em seu desenvolvimento, uma intenção voltada ao processo de humanização do homem em seu sentido amplo. O aparecimento de formas mais complexas da vida humana encontra seu fundamento a partir da esfera do trabalho.

Não é objetivo deste estudo, entretanto, refletir sobre a importância do trabalho para a configuração das sociedades humanas. Busca-se aqui não mais que compreender as transformações desenvolvidas no mundo do trabalho, especialmente a partir da década de 1970.

O que se entende por trabalho neste estudo refere-se ao trabalho livre, assalariado, trabalho como mercadoria, portanto. Concorde-se com Offe (1995, p.72) quando o autor afirma que

“um mercado de trabalho pressupõe a ausência de propriedade em dois sentidos: o trabalhador não estar vinculado a um proprietário como um material componente da produção, nem poder controlar propriedade e, portanto, suas próprias chances de garantir uma existência fora do mercado de trabalho”.

Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram, segundo Antunes (1999): a queda da taxa de lucro, resultante do aumento do custo da força de trabalho no período pós-45; o esgotamento do padrão de acumulação fordista de produção, incapaz de responder à retração do consumo resultante do desemprego estrutural que então se iniciava; o ganho de autonomia da esfera financeira frente aos capitais produtivos; o aumento da concentração de capitais através de um processo de fusões entre empresas; a crise fiscal do Estado do bem-estar social, implicando na necessidade de reduzir os gastos públicos, transferindo-os ao capital privado e a intensificação das privatizações, desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

De fato, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão de um quadro crítico mais complexo. Ela refletia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro, decorrente dos elementos já mencionados.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. A isso se seguiu também um intenso

processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansões anteriores.

Esse período caracterizou-se também por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo.

O capital deflagrou várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao fordismo, entre os quais se destaca o toyotismo. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital a sua crise estrutural.

Tentando reter seus traços constitutivos mais gerais é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Segundo Castells (1999, p.477), o surgimento de métodos de produção enxuta “*segue de mãos dadas com práticas empresariais reinantes de subcontratação, terceirização, estabelecimento de negócios no exterior, consultoria, redução do quadro funcional e produção sob encomenda*”. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho de modo a criar uma participação manipuladora e que preserva na essência as condições do trabalho alienado. O trabalho polivalente, multifuncional, qualificado, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho.

Trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo quanto suas formas assemelhadas. Se no auge do fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível são exemplos a serem seguidos aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm os maiores índices de produtividade.

Em meio a tantas transformações de forças produtivas, há em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Apesar do avanço tecnológico encontrado, que poderia significar uma redução real da jornada de trabalho, pode-se presenciar em vários países uma política de prolongamento da jornada de trabalho.

Houve, segundo Antunes (1996, apud ARRUIZZO, 2004, p.16) a *“desproletarização do trabalho manual, industrial e favela; heterogeneização, subproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho”*.

A “classe-que-vive-do-trabalho”, a classe trabalhadora para Antunes (1999), hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. O trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados e é um segmento em expansão no capitalismo contemporâneo.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado

industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, os trabalhadores terceirizados, os trabalhadores assalariados da economia informal e os trabalhadores desempregados, expulsos do mercado de trabalho e do processo produtivo pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural.

Essa conformação mais complexificada da classe trabalhadora assume, no contexto do capitalismo atual, uma dimensão decisiva, dada pelo caráter transnacionalizado do capital e de seu sistema produtivo. Sua configuração local, regional e nacional se amplia em laços e conexões na cadeia produtiva, que é cada vez mais internacionalizada.

Castells (1999, p.483), embora afirme existir uma tendência de interdependência da força de trabalho em escala global por intermédio, principalmente, do emprego global nas empresas multinacionais e suas redes internacionais coligadas, aponta que o mercado de trabalho global restringe-se a uma fração minúscula da força de trabalho, composta por profissionais com a mais alta qualificação, atuando em áreas inovadoras e *“movimentando-se entre os nós das redes globais que controlam o planeta”*. E reforça que *“a esmagadora maioria da força de trabalho dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento permanece presa à nação”*.

As sociedades estão ficando dualizadas, segundo Castells (1999), com uma grande camada superior e também uma grande camada inferior, crescendo em ambas as extremidades da estrutura ocupacional. Assim, o trabalho informacional teria desencadeado um processo de desagregação do trabalho, fazendo da sociedade do capital e sua lei do valor cada vez menos necessitadas do trabalho estável e cada vez mais necessitadas das diversificadas formas de trabalho parcial, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.

2.3 MOBILIDADE E TRABALHO

As primeiras impressões ao analisar os fluxos migratórios recentes no Brasil revelam uma intensificação dos fluxos em direção às cidades médias associado a uma redução dos fluxos direcionados às metrópoles. O crescimento do volume de migrantes nas metrópoles brasileiras ou parou de crescer na velocidade em que se percebia nas décadas de 60 e 70 ou entrou em franco declínio.

A década de 1980 foi marcada pela perda do dinamismo da economia brasileira em criar postos de trabalho na indústria, pelo menos no ritmo em que isto vinha se dando das décadas anteriores. Também se deixou observar a continuidade do processo de estruturação do mercado de trabalho nacional, com estagnação da parcela relativa da mão-de-obra contratada sob regimes formais de trabalho e engajada nos setores mais organizados e dinâmicos da economia. Na ‘década perdida’, ainda que o emprego urbano continuasse se ampliando, oferecendo oportunidades para quem saía do campo, para quem não fosse qualificado, as condições oferecidas já não eram mais as mesmas prevalecentes no período em que a industrialização acelerada espriava seu dinamismo criando postos de trabalho mais bem remunerados, com níveis crescentes de formalização das relações de trabalho nos demais setores ocupacionais urbanos. As regiões de atração que outrora garantiam oportunidades de inserção laboral para quem nelas chegasse, aparentemente tornavam-se menos fluidas em termos de possibilidades de mobilidade ocupacional.

As cidades médias que vem recebendo um maior aporte de migrantes nas últimas décadas estão localizadas, em sua maior parte, no entorno das grandes metrópoles e já são apelidadas por alguns autores de “novas metrópoles”. O estado de São Paulo ilustra bem esta tendência, visto que todas as microrregiões do entorno da microrregião de São Paulo tem mais

de 20% de sua população constituída por migrantes na década de 80 e um percentual um pouco menor na década de 90 (PAGANOTO, 2006).

É possível perceber, portanto, uma relação intrínseca entre mobilidade espacial e oferta de emprego, ou seja, as áreas de atração são, de forma geral, aquelas que, em determinada conjuntura, oferecem as maiores perspectivas de inserção no mercado de trabalho e de mobilidade social.⁷ No entanto, o significado da migração para indivíduos e grupos sociais não poderia ser indubitavelmente apreendido, já que se para certos tipos de migrante a mobilidade espacial teria proporcionado uma melhor inserção sócio-ocupacional na sociedade, para outros, a migração seria uma das poucas ou inevitáveis estratégias de sobrevivência básica e para garantir sua posição na estrutura social (JANNUZZI, 2000).

A temática da inserção ocupacional dos migrantes ocupou boa parte da agenda dos cientistas sociais na América Latina nos anos 70. De acordo com Januzzi (1999), com maior ou menor ênfase espacial, estes estudos procuravam avaliar se a inserção social dos migrantes diferia de alguma forma significativa em relação àqueles que não haviam empreendido a migração na sociedade de destino. Como demonstrado por Martine e Peliano (1978), a situação dos migrantes depende do nível de desenvolvimento da região considerada na análise. Em regiões mais desenvolvidas os naturais têm um posicionamento socioeconômico em termos de renda e inserção ocupacional, em geral, melhor que os migrantes mais antigos ou os não-migrantes. Em regiões de saída, ou seja, zonas de repulsão de migrantes, este quadro é diametralmente diferente.

No estado do Rio de Janeiro, Macaé se destaca pelo grande aporte de migrantes nas últimas décadas. Acredita-se que o incremento do volume das migrações tendo por destino o município de Macaé tem na sua base a atuação da Petrobras e das demais empresas ligadas à economia petrolífera, como Halliburton, Schlumberger, Pride, Transocean e Brastech, que lá

⁷ Não se pode perder de vista que outros fatores também estimulam a mobilidade espacial da população em direção às cidades médias, como, por exemplo, a busca por melhor qualidade de vida e a fuga da violência dos grandes centros metropolitanos.

se instalaram desde a década de 1980 e, de maneira mais expressiva, a partir de 1997. A profunda transformação do perfil econômico da região Norte Fluminense, em especial do município de Macaé, motivou a divulgação na mídia de reportagens que contribuíram para desenhar uma imagem parcial de Macaé.

Não se percebe, no entanto, a preocupação em destacar que a economia do petróleo não absorve qualquer tipo de trabalhador que se estabeleça em Macaé. Apesar de todo o alarde que se faz em torno da geração de empregos no município, esta é uma atividade extremamente seletiva. Assim, um volume bastante significativo de migrantes chega a Macaé e, não tendo qualificação, se submete ao subemprego e acaba residindo nas áreas mais periféricas e favelizadas. A favelização, fenômeno relativamente novo no município, está intimamente ligada à dinâmica populacional recente em Macaé e reflete as contradições de um município petro-rentista (SERRA, 2006), com agravamento do quadro de segregação espacial e de pobreza.

3. DINÂMICA POPULACIONAL E MERCADO DE TRABALHO EM MACAÉ

Ao se lançar um olhar à porção norte do estado do Rio de Janeiro, considerando seu passado recente em duas escalas distintas, a da região Norte Fluminense e a do município de Macaé, vislumbra-se um nítido e peculiar contraste de dinâmicas econômicas, que, como consequência, refletiu-se em igualmente contrastantes quadros sócio-espaciais.

À década de 1970, observou-se o ápice do processo de modernização agrícola no Brasil, traduzida, no Norte Fluminense, em mecanização da lavoura canavieira e automação da indústria sucroalcooleira. Isto, somado ao maior dinamismo do setor sucroalcooleiro paulista, que impôs forte concorrência às usinas fluminenses, resultou num quadro bastante desanimador para o trabalhador rural do norte do estado do Rio de Janeiro. Aos que se mantiveram no campo restavam os baixíssimos salários e o trabalho desgastante. Aos muitos que perderam seus empregos, restava a periferia das cidades da região, entre as quais se destacou Campos dos Goytacazes, ou a periferia de centros metropolitanos mais distantes, como o Rio de Janeiro.

Concomitantemente, avançavam as buscas por campos petrolíferos, iniciadas pela Petrobras já há algumas décadas, na região da Bacia de Campos. Em 1974, a descoberta do campo Garoupa, acelerou o processo de exploração do petróleo na região e, embora ainda não fosse muito mais que uma vila de pescadores, Macaé foi a cidade escolhida para sediar as operações da Petrobras na região da Bacia de Campos a partir de 1979. A partir de então o desenvolvimento do município de Macaé seguiria em trajetória bastante distinta da apresentada pela região Norte Fluminense de forma geral.

A década de 1980 não foi perdida para Macaé. Ao contrário, embora o país e o estado do Rio de Janeiro vivessem um período de recessão econômica, as descobertas na Bacia de Campos estimularam fortes investimentos estatais concentrados em Macaé. No setor

secundário, por exemplo, enquanto o estado do Rio de Janeiro apresentou uma perda de 5,5% de postos de trabalho, Macaé apresentou crescimento de 27,2% no mesmo setor. No setor de serviços o crescimento do número de postos de trabalho foi ainda mais expressivo em Macaé: 106% no período, contra uma perda de 14,8% de postos de trabalho no estado do Rio de Janeiro.

Na década de 1990 e nos anos que se seguiram, novos acontecimentos voltariam a beneficiar Macaé sob o aspecto econômico, dando ao município um destaque que nem mesmo seus habitantes mais otimistas poderiam especular algumas décadas antes.

Em agosto de 1997, a Petrobras perdeu o monopólio que detinha para a exploração e produção de petróleo no Brasil. Com a quebra do monopólio, o mercado brasileiro abriu suas portas para o capital estrangeiro e em dezembro de 2002 já havia cerca de 40 empresas instaladas no país. Em Macaé passou a ser comum cruzar com pessoas vestindo macacões com bandeiras estrangeiras bordadas no braço, acompanhadas por nomes como Halliburton, Schlumberger ou Liebherr. Os investimentos no município crescem em ritmo acelerado. O condomínio industrial localizado próximo ao Parque de Tubos da Petrobras, onde se concentram as empresas ligadas ao setor do petróleo, já não é suficiente para abrigá-las. Já está em fase final o projeto de construção de um condomínio industrial próximo ao terminal Cabiúnas, também da Petrobras.

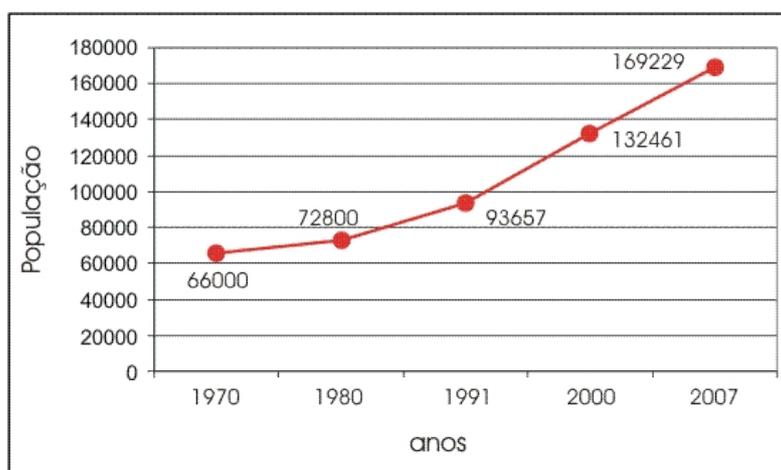
Um outro período de fortes investimentos em Macaé foi o que se seguiu à crise energética vivida pelo país no ano de 2001. Como alternativa à produção hidrelétrica, frente aos baixos níveis apresentados pelos reservatórios das usinas hidrelétricas depois de um verão de chuvas escassas, o governo brasileiro estimulou a construção de usinas termelétricas. Com obras iniciadas em abril de 2001 e tendo sido inaugurada em novembro do mesmo ano, a Usina Termelétrica Macaé Merchant, da El Paso International do Brasil representou um

investimento de 450 milhões de dólares e a geração de 2,5 mil empregos diretos durante o período de construção, segundo a Secretaria Estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo.

Desde o final da década de 1970, portanto, enquanto a economia de grande parte dos municípios da região Norte Fluminense (incluindo-se os municípios que atualmente integram a chamada região Noroeste Fluminense) entrou em declínio, Macaé ganhou dinamismo econômico, atraiu investimentos, ganhou destaque em nível nacional e internacional e transformou-se numa forte área de atração de migrantes das mais diferentes procedências. Migrantes regionais, destituídos da terra ou sem emprego no campo; migrantes de grandes centros metropolitanos do Brasil, especialmente os atuantes na área de petróleo, atraídos pelo crescimento deste setor no município; e migrantes internacionais, transferidos pelas empresas multinacionais do setor de petróleo.

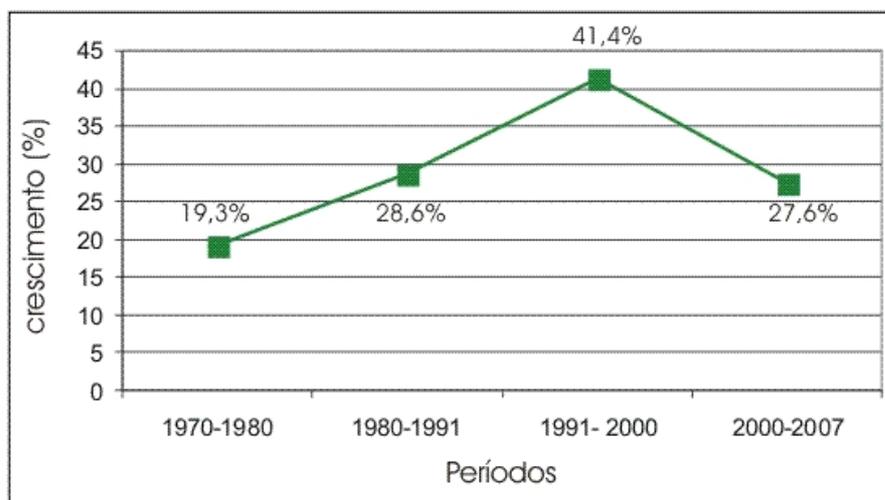
O resultado dos acontecimentos que marcaram Macaé a partir da década de 1970 sobre a dinâmica populacional pode ser observado nos gráficos 3.1 e 3.2. O crescimento da população macaense foi de apenas 19,3% entre 1970 e 1980. No entanto, a partir dos anos 80 o ritmo de crescimento acelerou-se, atingindo seu ápice na década de 1990, quando a população apresentou crescimento de 41,4%.

Gráfico 3.1: Quantitativo populacional no Município de Macaé⁸, 1970-2007



⁸ Nos gráficos 3.1 e 3.2 considerou-se o total da população residente no município de Macaé a cada Censo Demográfico ou Contagem Rápida da População, não tendo sido descontada a população referente aos municípios de Quissamã e Carapebus, emancipados de Macaé em 1989 e 1995, respectivamente.

Gráfico 3.2: Ritmo de crescimento populacional no Município de Macaé, 1970-2007



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e Contagem Rápida da População 2007.

Na Tabela 3.1 é possível comparar a taxa geométrica de crescimento dos municípios da região Norte Fluminense e constatar que o crescimento de Macaé é diferencial.

Tabela 3.1

Taxa de crescimento da população residente nos municípios da Região Norte Fluminense. Período 1940-2000.

Municípios do Norte Fluminense	Períodos						
	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-1996	1996-2000
Região Norte Fluminense	0,62	1,66	0,88	0,89	1,58	1,35	1,6
Campos dos Goytacazes	1,04	2,11	1,46	1,18	1,46	0,69	1,06
Carapebus	-0,6	-2,04	1,29	-1,76	0,52	2,34	1,58
Cardoso Moreira	-0,26	0,37	-2,22	-1,96	-1,25	-1,41	1,31
Conceição de Macabu	0,51	0,61	1,74	1,66	2,01	1,42	0,68
Macaé	-0,39	4,19	1,19	2,32	4,23	3,82	3,88
Quissamã	0,06	0,64	0,29	-0,32	0,77	3,75	2,09
São Fidélis	-0,4	-1,24	-0,96	-0,05	-0,1	1,1	0,16
São Francisco de Itabapoana	1,17	1,29	0,83	-1,04	0,68	-1,55	3,47
São João da Barra	1,82	3,55	-1,4	1,72	1,01	6,17	-0,56

Fonte: Fundação CIDE

O reflexo deste crescimento populacional acelerado deu-se sobre o espaço urbano, conforme é possível verificar nas imagens de satélite no anexo 1, referentes aos anos de 1966, 1976, 1989 e 1999.

A área urbanizada em Macaé em 1966 era bastante restrita ao atual centro da cidade, com poucas construções na orla de Cavaleiros e nenhuma ocupação aparente no entorno da

Lagoa de Imboassica, onde, ainda em 1980, a ocupação era muito rarefeita (Fotografia 1). Ao norte do rio Macaé, a ocupação da costa do município era insignificante. Em 1976 não são percebidas grandes alterações do padrão de ocupação observado uma década antes e a Fotografia 2, de 1979, comprova a manutenção de uma fraca ocupação da orla de Cavaleiros.

Fotografia 1: entorno da Lagoa de Imboassica, 1980.



Fonte: Jornal O Rebate (www.jornalorebate.com.br).

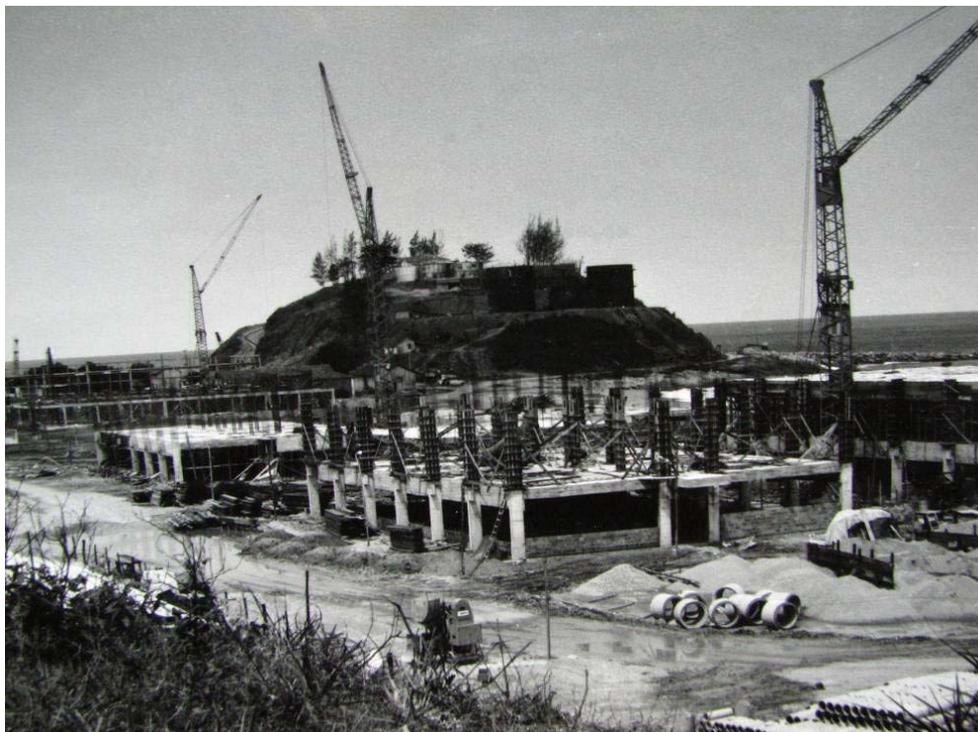
Fotografia 2: orla de Cavaleiros, 1979.



Fonte: Jornal O Rebate (www.jornalorebate.com.br).

Entretanto, em 1989, onze anos após o início das obras de instalação do complexo da Petrobras no município (Fotografia 3), percebe-se que a ocupação urbana avançou muito. Nota-se um processo de interiorização da ocupação e, o atual bairro de Barra de Macaé, ao norte do Rio Macaé, já apresentava um número elevado de construções. A orla de Cavaleiros, já bastante ocupada, e os aterros na lagoa de Imboassica apontam para o surgimento de um vetor de expansão sul, em direção ao Parque de Tubos.

Fotografia 3: Obras do complexo da Petrobras em Imbetiba, Macaé, 1978.



Fonte: Jornal O Rebate (www.jornalrebate.com.br).

Uma década depois, em 1999, muitos novos bairros surgiram na periferia imediata ao centro. Atravessando o rio Macaé, a ocupação não mais se limitava a Barra de Macaé, sendo possível identificar grandes aglomerações residenciais nas áreas vizinhas ao aeroporto. A orla de Cavaleiros já estava, então, densamente ocupada, embora só nos últimos anos tenha se

iniciado um processo de verticalização da área (Fotografia 4). Os aterros realizados na lagoa de Imboassica na década anterior também já apareciam densamente ocupados.

Fotografia 4: Verticalização no bairro Cavaleiros



Foto: do autor, trabalho de campo, 2007.

Em pesquisas de campo realizadas pelo autor desde 2004 foi evidenciado que a expansão da área urbanizada ao norte do rio Macaé já ameaça até mesmo os limites do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, distante muitos quilômetros do centro (imagem 1).

Imagem 1: crescimento urbano chega ao Pq. Nacional da Restinga de Jurubatiba



----- Limites do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

Fonte: Google Earth

3.1 CRESCIMENTO E DINÂMICA POPULACIONAL EM MACAÉ

Em 2000, data da realização do último censo demográfico nacional, Macaé apresentava uma população de 132461 habitantes, aproximadamente 1/5 do total de habitantes da região Norte Fluminense e menos de 1% da população do estado do Rio de Janeiro (Tabela 3.2). Deste total, mais de 46% eram migrantes, um percentual muito mais elevado que o da região Norte Fluminense (22,43%) e o do estado do Rio de Janeiro (34,94%).

Tabela 3.2

População total e população migrante no estado do Rio de Janeiro, na região Norte Fluminense e no município de Macaé em 2000.

Estado/ Região/ Município	População Total	População Migrante	Percentual de migrantes
Rio de Janeiro	14389442	5028157	34,94
Norte Fluminense	697843	156528	22,43
Macaé	132461	61019	46,07

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000.

O IBGE, adotando uma definição de migrante comum na literatura, considera migrante apenas o indivíduo que realizou deslocamento intermunicipal nos 10 anos anteriores ao recenseamento. Desta forma, todos os indivíduos que chegaram a Macaé antes de 1990 não foram considerados como migrantes na divulgação dos dados do Censo Demográfico 2000. Nos dados da Tabela 3.2, no entanto, estão contabilizados todos os indivíduos que chegaram a Macaé em qualquer momento e que lá foram recenseados no ano 2000⁹.

Na Tabela 3.3 estão especificados os migrantes por tempo de residência em Macaé. Verifica-se que dos mais de 130 mil habitantes em Macaé no ano 2000, cerca de 10% chegaram ao município nos dois anos anteriores ao recenseamento e que aproximadamente 38% deles chegaram e permaneceram no município desde o início dos anos 80.

Tabela 3.3

População migrante por tempo de residência no município de Macaé em 2000.

Município	População Total	Tempo de Residência no Município									
		Sempre Morou no Município	%	Até 2 anos	%	3 a 10 anos	%	11 a 20 anos	%	21 anos e mais	%
Macaé	132461	70574	53,28	13600	10,27	21704	16,39	15388	11,62	10327	7,80

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000.

⁹ Para chegar a estes valores foram cruzadas as variáveis relativas à naturalidade do indivíduo e ao tempo de residência no município onde foi realizado o recenseamento.

Não há dados mais atuais que permitam mensurar o aporte de migrantes em Macaé a partir do ano 2000. A contagem rápida da população, realizada em 2007 e divulgada no final do mesmo ano, não traz informações sobre mobilidade espacial da população. Entretanto, a população em geral, os políticos, os empresários locais e a mídia são unânimes ao afirmarem que a migração vem crescendo e que é cada vez mais raro encontrar um macaense transitando pelas ruas da cidade. Esta percepção foi compartilhada pelo autor durante as pesquisas de campo realizadas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2007. Nos restaurantes, nos supermercados, nas farmácias, encontrar um macaense não é tarefa fácil.

Nas entrevistas¹⁰ realizadas para esta dissertação a suspeita pôde ser confirmada. A coordenadora de eventos e gerente plantonista do Hotel Atlantica Comfort Suítes informou que dos 28 funcionários do hotel, 26 são migrantes, a maior parte deles de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Situação semelhante foi encontrada na loja da rede de drogarias Pacheco, localizada no centro de Macaé, onde a gerente informou que nenhum dos 24 funcionários é nativo de Macaé e no restaurante Varandas, localizado na praia de Cavaleiros, onde o gerente afirmou que dos oito funcionários, apenas dois são macaenses. Estes são apenas alguns exemplos.

Tabela 3.4

Instrução da população total do estado do Rio de Janeiro, da região Norte Fluminense e do município de Macaé em 2000.

Estado/ Região/ Município	População Total	Anos de estudo											
		Sem instrução	%	1 a 3	%	4 a 7	%	8 a 10	%	11 a 14	%	15 ou mais	%
Rio de Janeiro	14389442	2775617	19,29	2096612	14,57	3961679	27,53	2242626	15,59	2388372	16,60	850006	5,91
Norte Fluminense	697843	158488	22,71	134575	19,28	201391	28,86	87037	12,47	91311	13,08	19436	2,79
Macaé	131593	27655	21,02	19885	15,11	37599	28,57	19849	15,08	19662	14,94	5043	3,83

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 3.5

¹⁰ Os depoimentos relatados neste capítulo resultaram de entrevistas realizadas pelo autor nos dias 9, 10 e 11 de novembro e 3 e 4 de dezembro de 2007.

Instrução da população migrante do estado do Rio de Janeiro, da região Norte Fluminense e do município de Macaé em 2000.

Estado/ Região/ Município	População Migrante	Anos de estudo											
		Sem instrução	%	1 a 3	%	4 a 7	%	8 a 10	%	11 a 14	%	15 ou mais	%
Rio de Janeiro	5028157	595335	11,84	810318	16,12	1573068	31,285181	805821	16,03	849759	16,9	350168	6,96
Norte Fluminense	156528	19392	12,39	26081	16,66	46324	29,594705	24282	15,51	29172	18,64	8380	5,35
Macaé	61019	6688	10,96	8996	14,74	18109	29,677641	10802	17,7	12197	19,99	3952	6,48

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 3.6

Instrução da população não-migrante do estado do Rio de Janeiro, da região Norte Fluminense e do município de Macaé em 2000.

Estado/ Região/ Município	População Não-Migrante	Anos de estudo											
		Sem instrução	%	1 a 3	%	4 a 7	%	8 a 10	%	11 a 14	%	15 ou mais	%
Rio de Janeiro	9361285	2180282	23,29	1286294	13,74	2388611	25,52	1436805	15,35	1538613	16,44	499838	5,34
Norte Fluminense	541315	139096	25,70	108494	20,04	155067	28,65	62755	11,59	62139	11,48	11056	2,04
Macaé	70574	20967	29,71	10889	15,43	19490	27,62	9047	12,82	7465	10,58	1091	1,55

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nas tabelas 3.4, 3.5 e 3.6 é possível verificar o grau de instrução da população total e da população migrante do estado do Rio de Janeiro, da região Norte Fluminense e do município de Macaé, em 2000.

De forma geral, Macaé apresenta indicadores de escolaridade da população total piores que os do estado do Rio de Janeiro, mas superiores aos da região Norte Fluminense. O percentual da população que concluiu alguma série do Ensino Médio (8 a 10 anos de estudo), por exemplo, é um pouco menor em Macaé (15,08%) quando comparado com a população do estado do Rio de Janeiro (15,59%), mas significativamente maior que o da região Norte Fluminense (12,47%). Os contrastes são maiores quando se comparam os percentuais referentes à população com 15 anos de estudo ou mais: 3,83% da população total de Macaé, contra 5,91% da população do estado e 2,79% da população do Norte Fluminense.

No entanto, quando a comparação realizada nestas três escalas enfoca na escolaridade da população migrante, a situação muda consideravelmente e Macaé passa a ter mais destaque. Se por um lado o percentual da população migrante do estado com 15 anos de estudo ou mais é um pouco maior que a população migrante de Macaé (6,96% e 6,48%, respectivamente), por outro, o percentual de migrantes com alguma série do Ensino Médio

concluída e com passagem pelo Ensino Superior (11 a 14 anos de estudo) é mais elevado que o observado no estado do Rio de Janeiro. Macaé também apresenta melhores resultados quando se comparam os percentuais de migrantes sem instrução.

Uma observação mais atenta das Tabelas 3.5 e 3.6, aponta para graus de escolaridade mais elevados entre os migrantes do que entre a população não-migrante nas três escalas utilizadas. Entretanto, se as diferenças são sutis entre a população migrante e a população não-migrante do estado do Rio de Janeiro, o mesmo não se pode dizer quando se comparam população migrante e população não-migrante do Norte Fluminense e de Macaé¹¹.

Em Macaé, o percentual de migrantes com 8 a 10 anos de estudo é de 17,7%, quase cinco pontos percentuais acima do percentual da população não-migrante com a mesma escolaridade (12,82%). Na faixa de 11 a 14 anos de estudo, os migrantes também apresentam resultados melhores: cerca de 20%, contra 10,58% entre a população não-migrante. E, finalmente, o percentual de migrantes com 15 anos de estudo ou mais em Macaé é cerca de 300% maior que o percentual da população não-migrante com a mesma escolaridade (6,48% contra 1,55%, respectivamente).

Ainda que os migrantes apresentassem, de forma geral, em 2000, maior escolaridade que a população não-migrante, o maior número de migrantes ainda se concentrava na faixa de 4 a 7 anos de estudo. Um indivíduo com esta escolaridade, entretanto, tem muita dificuldade para conseguir uma colocação no mercado de trabalho macaense, que, se não se limita ao setor de petróleo, é a ele bastante ligado. Em uma cidade onde o turismo de negócios é crescente e onde muitos funcionários de empresas multinacionais freqüentam restaurantes e o comércio em geral, é cada vez mais comum que se exija do trabalhador pelo menos o Ensino Médio completo e fluência em uma segunda língua. Para o gerente do restaurante Varandas, na praia de Cavaleiros,

¹¹ É preciso considerar que entre a população migrante há poucas crianças, o que naturalmente criaria uma diferença entre a escolaridade da população migrante e da população total. Ainda assim, as diferenças são muito grandes.

“Muita gente se aventura em Macaé porque ouve falar que é um eldorado de empregos. A mídia só esquece de dizer que sem qualificação não dá. Aqui no restaurante recebo quase um currículo por dia. No fim de um mês não dá pra guardar nem cinco, vai quase tudo pro lixo porque não têm nem mesmo o Ensino Fundamental completo”.

3.2 O MERCADO DE TRABALHO EM MACAÉ

Nesta sessão da dissertação será traçado um perfil do mercado de trabalho em Macaé. Os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) são mais atualizados que os dados demográficos disponibilizados pelo IBGE. Assim, serão utilizados dados referentes a 2005 e a 2000, a fim de garantir um padrão de comparação com os dados demográficos.

Macaé é um dos melhores municípios na relação postos de trabalho/população no estado do Rio de Janeiro. Em 2000 detinha cerca de 38 mil postos de trabalho formal numa população de 132 mil habitantes, sendo 1/5 dos postos de trabalho formal ligados diretamente às atividades de extração de petróleo e gás (CRUZ, 2003). Para efeitos de comparação, Campos dos Goytacazes detinha, no mesmo ano, apenas 47943 postos de trabalho formal para uma população de 407 mil habitantes.

Os dados reforçam a imagem de eldorado de empregos. Nos últimos anos, em Macaé, a geração de empregos tem sido ainda maior, acompanhando a expansão do número de estabelecimentos em todos os tipos de atividades econômicas, à exceção da agropecuária. Nas Tabelas 3.7 e 3.8 verifica-se que entre 2000 e 2005 o número de estabelecimentos em Macaé cresceu 40,57%, gerando um aumento do número de postos de trabalho da ordem de 82%. A única atividade econômica, além da agropecuária, que apresentou um crescimento menos expressivo em Macaé que a média regional foi a da construção civil (36% de crescimento em Macaé, contra 38% no Norte Fluminense). Ainda assim, em termos de geração de empregos,

Macaé superou a média regional: havia 88% mais empregos no setor de construção civil macaense em 2005, comparando-se com os números de 2000. No Norte Fluminense, o crescimento, também expressivo, foi de 61%.

Destaca-se, em Macaé, o crescimento do número de estabelecimentos de indústria extrativa mineral e indústria de transformação, responsável por quase todo o crescimento regional nestas atividades. O saldo de 16 novos estabelecimentos de indústria extrativa mineral no Norte Fluminense foi sustentado pelo saldo de 13 novos estabelecimentos em Macaé. No caso da indústria de transformação Macaé desempenha um papel ainda mais importante. Com um saldo de 64 novos estabelecimentos, o município compensou o fechamento de estabelecimentos em outros municípios, garantindo um saldo de 55 novos estabelecimentos na região.

A Tabela 3.8 reúne dados que demonstram o fortíssimo crescimento da economia macaense no período pós-2000: em todas as atividades econômicas industriais o crescimento do número de empregos formais foi elevado, com destaque para os serviços industriais de utilidade pública (crescimento de 527%), para a indústria extrativa mineral (crescimento de 231%) e para a indústria de transformação (crescimento de 182%).

Tabela 3.7

Estabelecimentos segundo atividade econômica na região Norte Fluminense e no município de Macaé em 2000 e 2005.

Atividade econômica	Estabelecimentos					
	Norte Fluminense			Macaé		
	2000	2005	Crescimento	2000	2005	Crescimento
Total	9474	11733	23,84	2487	3496	40,57
Indústria extrativa mineral	61	77	26,23	43	56	30,23
Indústria de transformação	699	754	7,87	132	196	48,48
Serviços industriais de utilidade pública	13	25	92,31	2	6	200,00
Construção civil	414	574	38,65	155	211	36,13
Comércio	3916	5055	29,09	979	1392	42,19
Serviços industriais de utilidade pública	3005	3857	28,35	1023	1484	45,06
Administração pública	41	37	-9,76	6	10	66,67
Agropecuária	1323	1354	2,34	147	141	-4,08
Outros/ ignorado	2	0	-100,00	0	0	0,00

Fonte: MTE, RAIS

Tabela 3.8

Empregados segundo atividade econômica na região Norte Fluminense e no município de Macaé em 2000 e 2005.

Atividade econômica	Empregados					
	Norte Fluminense			Macaé		
	2000	2005	Crescimento	2000	2005	Crescimento
Total	98633	165774	68,07	37975	69409	82,78
Indústria Extrativa Mineral	4750	15209	220,19	4542	15037	231,07
Indústria de Transformação	10052	16484	63,99	2735	7714	182,05
Serviços Industriais de Utilidade Pública	611	2147	251,39	83	521	527,71
Indústria da Construção Civil	7884	12726	61,42	4470	8407	88,08
Comércio	19029	28999	52,39	5170	9359	81,03
Serviços	36477	54852	50,37	17278	27407	58,62
Administração Pública	14627	28264	93,23	3291	3543	7,66
Agropecuária	5203	7093	36,33	406	421	3,69

Fonte: MTE, RAIS.

Emerge, então, uma pergunta: quem se beneficia deste mercado em expansão: migrantes ou não-migrantes? Enquanto predominou o enfoque neoclássico no estudo das migrações, uma lei parecia se confirmar constantemente: quando comparadas as condições de vida, empregabilidade e rendimento dos migrantes e dos nativos de uma determinada localidade, estes levavam vantagens sobre os primeiros. Esta relação fazia todo o sentido dentro do conjunto de pressupostos que guiavam aquela linha de pensamento, entre os quais se destaca a idéia de que o migrante, por desconhecer as particularidades do local em que chega e por não ter estabelecido ao longo de sua vida uma rede de relações pessoais naquele lugar, não conseguirá, de imediato, uma boa colocação do mercado de trabalho.

Opostamente, em Macaé, a análise dos dados aponta para uma realidade em que os migrantes levam grande vantagem sobre os nativos no mercado de trabalho. Na Tabela 3.9 verifica-se que, em 2000, entre as principais atividades econômicas desenvolvidas no município, a única em que os migrantes não representavam a maioria da população ocupada era a agricultura. E entre os demais setores destaca-se a representatividade da população migrante entre a população ocupada nas atividades relacionadas à extração de petróleo (74,02%) e à indústria de transformação (65,07%).

Tabela 3.9

População ocupada, migrante e não-migrante, segundo setores de atividade econômica, em Macaé, 2000.

Setores de atividade	População Ocupada				
	Total	Migrante	%	Não-migrante	%
Agricultura	1650	758	45,94	892	54,06
Comércio	8899	4750	53,38	4149	46,62
Construção civil	5450	3091	56,72	2359	43,28
Extração de petróleo	4361	3228	74,02	1133	25,98
Indústria de transformação	3272	2129	65,07	1143	34,93
Serviços domésticos	4728	2653	56,11	2075	43,89
Serviços prestados à empresas	3196	1815	56,79	1381	43,21

Fonte: IBGE, Microdados Censo Demográfico 2000.

Na Tabela 3.10, mais uma vez são apresentados dados que apontam para um contraste entre migrantes e não-migrantes. Nela, a população ocupada migrante e não-migrante foi categorizada segundo faixas de rendimento. Exceto pela faixa equivalente aos rendimentos inferiores a um salário-mínimo (que em 2000 era de R\$151,00), em todas as faixas de rendimento a participação dos migrantes supera a dos não-migrantes. E, além disso, quanto mais elevada é a faixa de rendimento, mais expressiva passa a ser esta predominância de migrantes sobre não-migrantes. Entre os trabalhadores com rendimento mensal superior a dez salários-mínimos, por exemplo, cerca de 80% são migrantes.

Tabela 3.10

População ocupada, migrante e não-migrante, segundo faixas de rendimento, em Macaé, 2000.

Faixas de rendimento	População				
	Total	Migrante	%	Não-migrante	%
Até 1 salário-mínimo	12274	5998	48,8675	6276	51,132
1 a 2 salários-mínimos	16962	8907	52,5115	8055	47,489
2 a 3 salários-mínimos	9609	5514	57,3837	4095	42,616
3 a 5 salários-mínimos	11095	6617	59,6395	4478	40,361
5 a 10 salários-mínimos	9839	6468	65,7384	3371	34,262
Mais de 10 salários-mínimos	6749	5273	78,1301	1476	21,87

Fonte: IBGE, Microdados Censo Demográfico 2000.

Em 2000, a taxa de desemprego em Macaé era bastante elevada, atingindo 12,35% da população economicamente ativa, que era de 62542 pessoas. Entre os nativos o desemprego era mais forte que entre o total de migrantes: 12,90% e 11,90%, respectivamente. No entanto, entre os migrantes mais recentes, que chegaram a Macaé entre 1998 e 2000, o desemprego era maior: 15,40%, ou 1110 desempregados num total de 7175 pessoas.

Desde então, aparentemente, muita coisa mudou. Com o forte crescimento da economia e da oferta de empregos, é razoável deduzir que o número de desempregados no município tenha sido reduzido, afinal, como já foi exposto, entre 2000 e 2007 o crescimento populacional foi de 27,6% e entre 2000 e 2005 o crescimento do número de empregos foi de 82,7%. A gerente do restaurante Spoleto, alagoana, com 19 anos e Ensino Médio Completo, por exemplo, afirma que chegou à cidade em janeiro de 2005 e em três dias já estava empregada. A recepcionista do Hotel Atlantica Comfort Suítes relatou uma experiência parecida: chegou do Ceará com Ensino Superior Completo em Julho de 2007 e não levou mais que uma semana para conseguir o atual emprego.

Mas, segundo Alberto Paes de Camargo, Assessor Jurídico da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, “*Macaé não cresceu para qualquer um*”. A Tabela 3.11 mostra para quem Macaé cresceu.

Entre 2000 e 2005, apesar do aumento do número de postos de trabalho formal em 82%, observou-se a saída do mercado de trabalho por parte dos trabalhadores com baixa escolaridade. Entre os trabalhadores analfabetos houve perda de 45,67% do número de empregos e entre aqueles que tinham concluído apenas o 1º ciclo do Ensino Fundamental (5º ano, antiga 4ª série), a perda de empregos também foi alta (-21,13%). No mesmo período houve aumento do número de postos de trabalho para trabalhadores com Ensino Fundamental Completo (29,26%) e com Ensino Médio Incompleto (22,24%). Entretanto, é bastante claro que foram os postos de trabalho oferecidos àqueles trabalhadores com Ensino Médio

Completo e Ensino Superior Incompleto e Ensino Superior Completo que alavancaram a oferta de empregos no município: houve aumento do número de empregos nestas categorias na ordem de 193%, 183% e 162%, respectivamente.

Tabela 3.11

Empregados segundo grau de instrução na região Norte Fluminense e no município de Macaé em 2000 e 2005.

Grau de instrução	Empregados					
	Norte Fluminense			Macaé		
	2000	2005	Crescimento	2000	2005	Crescimento
Total	98640	165774	68,06	37975	69409	82,78
Analfabeto	1963	1107	-43,61	254	138	-45,67
Ensino Fundamental Incompleto (1º ciclo)	6994	8725	24,75	988	994	0,61
Ensino Fundamental Completo (1º ciclo)	12256	12138	-0,96	3658	2885	-21,13
Ensino Fundamental Incompleto (2º ciclo)	12212	14396	17,88	4435	5044	13,73
Ensino Fundamental Completo (2º ciclo)	20229	27636	36,62	9705	12545	29,26
Ensino Médio Incompleto	8510	11081	30,21	3925	4798	22,24
Ensino Médio Completo	25510	65109	155,23	10854	31900	193,90
Ensino Superior Incompleto	2334	5933	154,20	1014	2872	183,23
Ensino Superior Completo	8632	19649	127,63	3142	8233	162,03

Fonte: MTE, RAIS.

Como já foi exposto, em 2000, a população migrante apresentava um perfil de qualificação superior ao da população não-migrante. Tendo-se mantido o padrão observado naquele momento, tudo aponta para um quadro atual onde os migrantes ou mantiveram ou, mais provavelmente, ampliaram sua participação na economia, ocupando em maior proporção os melhores postos de trabalho e recebendo as mais elevadas remunerações dentro do município.

“O macaense viu a cidade crescendo e continuou levando aquela vidinha de cidade do interior, esperando que os benefícios lhe chegassem à mão. Enquanto isso, quem veio de fora aproveitou as oportunidades de um mercado riquíssimo” disse Alberto Paes de Camargo, assessor jurídico da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda.

Rosângela Souza, presidente da Associação de Moradores da Comunidade Morro de São Jorge, localizada no bairro da Aroeira, confirma o parecer acima. Para ela, como grande

parte dos macaenses não tem qualificação para atender às exigências do mercado do petróleo, eles perdem as melhores oportunidades. O tesoureiro da Associação, Sérgio Ferreira, corrige a presidente, lembrando que os macaenses, em geral, não têm qualificação nem mesmo para atender às exigências do comércio local, que dispensa trabalhadores sem Ensino Médio completo. Assim, restam as ocupações na construção civil, nos serviços domésticos e na informalidade: *“Para o migrante não falta emprego. Para o macaense, só sobra trabalho”*, conclui Sérgio.

Diante desta realidade, a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda foi criada, em 2004, com o objetivo de realizar a inserção do munícipe no mundo do trabalho, através de ações integradas para geração de trabalho e emprego, incentivando e apoiando cooperativas populares de trabalhadores autônomos e artesãos, por exemplo, e oferecendo cursos de qualificação profissional. Se forem bem sucedidas, estas ações podem garantir que, futuramente, a economia municipal aproveite mais e melhor a mão-de-obra local.

3.3 OS MIGRANTES NÃO PARAM DE CHEGAR?

“Os migrantes não param de chegar a Macaé”, é o que se ouve de todas as pessoas que foram entrevistadas no município de Macaé, quando questionadas sobre sua percepção em relação ao crescimento da cidade. Secretários, Subsecretários e Assessores das secretarias municipais de Planejamento, Trabalho e Renda, Assistência Social e Indústria e Comércio dão depoimentos que reforçam esta visão.

Durante os trabalhos de campo realizados para a pesquisa desta dissertação, ao entrevistar, abordando aleatoriamente, funcionários de restaurantes, hotéis, comércio em geral, além de pessoas em filas de banco, na praia e sentadas em praças públicas, constatou-se

como é raro encontrar macaenses em Macaé. De um total de 37 entrevistados, apenas dois eram macaenses. E dos 35 restantes, três residiam em Macaé há mais de dois anos, 18 há menos de dois anos - sendo que destes, nove haviam chegado a Macaé há menos de 4 meses - e 14 trabalhavam em Macaé embora residissem em outro município¹².

Não há pesquisas amostrais de grande dimensão que sustentem esta afirmação com dados quantitativos. Ao contrário, a redução do ritmo de crescimento populacional no período 2000-2007 em relação ao período 1991-2000 supõe que a migração tenha sido reduzida¹³. Será, portanto, falsa a impressão de que há cada vez mais migrantes chegando a Macaé? O que poderia explicar esta aparente contradição?

3.3.1 Migrantes transitórios

Desde a divulgação dos dados do Censo Demográfico 2000, a Contagem Rápida da População, também realizada pelo IBGE, em 2007, foi a primeira pesquisa a divulgar o volume total de habitantes nos municípios brasileiros. Dessa forma, comparando os dados mais recentes com os dados de 2000 é possível calcular o crescimento populacional observado no período - embora não se possa fazer o mesmo em relação à população migrante. Em outras palavras, é possível mensurar o saldo populacional de um determinado município após sete anos. No caso de Macaé este saldo foi positivo e equivalente a 36768 habitantes. Entretanto, a dinâmica populacional desenvolvida ao longo deste período não pôde ser mensurada.

¹² A forte pendularidade existente entre Macaé e municípios vizinhos, com destaque para Rio das Ostras, será abordada adiante.

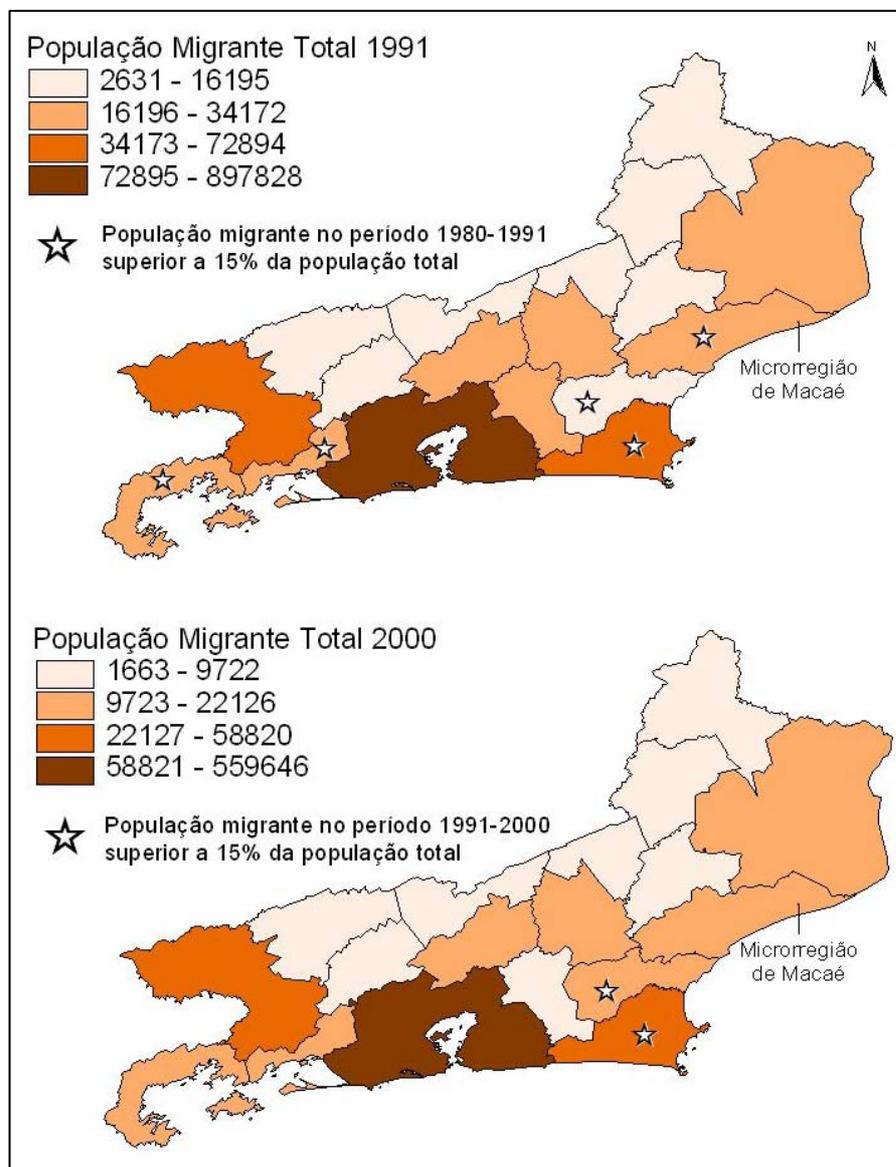
¹³ Certamente o Crescimento Vegetativo não foi desconsiderado. Porém, segundo pesquisa domiciliar realizada pela Prefeitura Municipal de Macaé, em 2004, o principal fator contribuinte para o crescimento populacional do município entre 1991 e 2000 foi a migração. Segundo o Relatório Geral da pesquisa, Macaé e Carapebus são os únicos municípios em todo o estado do Rio de Janeiro que apresentaram, neste período, taxa líquida de migração superior ao crescimento vegetativo, ou seja, são os únicos municípios no estado que atraem mais pessoas do que geram.

Assim, é possível sugerir a existência de uma forte transitoriedade dos migrantes como um dos fatores que ajudam a entender por que a população em geral tem a sensação de que a migração em direção ao município continua intensa embora os pareçam contradizê-la.

Nos mapas 1 e 2, por exemplo, é possível verificar, embora em escala microrregional, que em 2000 o peso dos migrantes sobre a população total na microrregião de Macaé era menor do que em 1991, o que aponta para o fato de que já na década de 1990 começou a ser delineada a transitoriedade dos migrantes.

Mapas 1 e 2

População migrante nas microrregiões do estado do Rio de Janeiro. 1991 e 2000.



Organizado pelo autor a partir de microdados do Censo Demográfico 1991 e 2000.

Esta transitoriedade foi apreendida no decorrer das entrevistas realizadas nos trabalhos de campo e sua existência está relacionada tanto ao perfil da população que chega ao município quanto a características específicas do mercado de trabalho do petróleo.

Atraídos pela mídia ou motivados por parentes e amigos que já residem em Macaé, a maioria dos indivíduos que chega ao município tem como motivação principal a busca por emprego. Segundo levantamento realizado junto ao cadastro de atendimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, 89,7% dos migrantes que buscaram assistência ao longo do ano de 2006 alegava ter migrado para Macaé com este objetivo. No entanto, segundo a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, apenas 15% dos migrantes são absorvidos pelo setor do petróleo, em função, principalmente, de este ser um setor altamente seletivo no que se refere à exigência de qualificação profissional¹⁴.

Ainda que os demais consigam ocupação no setor de comércio e serviços, segundo a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, os salários pagos por estes estabelecimentos não são maiores que aqueles pagos pelo setor em outros municípios. Assim, torna-se bastante difícil sustentar a residência em uma cidade onde o custo de vida é altíssimo e muitos migrantes retornam aos municípios de origem ou partem para outras cidades antes mesmo de serem contabilizados por uma pesquisa censitária.

Rogério Santos de Souza, presidente da Associação de Moradores do Bairro Ajuda de Baixo diz que quando o migrante vem de estados distantes, como Pernambuco e Bahia, mesmo depois de descobrir que a imagem passada pela mídia não confere com a realidade, ou seja, mesmo depois de perceber ser muito difícil conseguirem ocupações bem remuneradas em Macaé, a maioria deles fica. *“O custo de retorno é muito alto e, fazendo algum biscate como ajudante de pedreiro ou vendedor ambulante, é possível pagar o aluguel de uma*

¹⁴ Segundo Luis Claudio de Mattos Bogado, secretário municipal de Trabalho e Renda, ao chegar a Macaé o migrante esbarra na qualificação exigida pelas empresas, como forma de cumprimento das metas estabelecidas pelos selos de qualidade, o que o impede de se inserir no mercado de trabalho, mesmo que conte com acúmulo de experiência na sua área de atuação.

quitinete”. Rogério diz que nos últimos anos cresceu muito o número de casas de um cômodo e que é bastante comum que várias famílias dividam o mesmo teto. No caso dos migrantes oriundos de municípios próximos - a maioria absoluta, segundo ele - a situação muda bastante: *“o pessoal que vem de Italva e Itaperuna, por exemplo, não dura muito tempo; descobre logo que a vida em Macaé não é fácil e volta pra casa ou então vai tentar emprego em Rio das Ostras”*.

A diretora da Escola Municipal Maria Isabel Damasceno Simão, localizada no centro de Macaé, diz que um dos grandes problemas da escola é conviver com públicos muito diferentes a cada ano. Segundo ela, a rotatividade dos alunos é altíssima e mais da metade deles se renova todos os anos. Perguntada sobre o que poderia explicar este fenômeno, a diretora fala, com naturalidade, que *“a população macaense não é fixa, vive em rodízio. Muita gente chega, matricula os filhos na escola, se desilude com a cidade e no ano seguinte vai embora”*.

Regina Jerônimo, funcionário do Departamento de Comunicação do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro - NF) diz ter a sensação de que os grandes surtos migratórios ocorrem imediatamente após algum destaque dado à cidade pela mídia. Lembra, especialmente, de uma reportagem veiculada pelo programa Fantástico, da TV Globo, em 2006, que falava de um pedreiro que ficou milionário em Macaé. *“Desde então, todos os pedreiros do Brasil vieram procurar ouro em Macaé”*, afirmou.

Além do custo de vida elevado, potencializado frente aos baixos salários, outros elementos desestimulam a permanência deste migrante em Macaé. À população que chega a Macaé sem condições de pagar por alojamento e alimentação, uma das alternativas é a utilização da estrutura que atende à população de rua e à população mais pobre de Macaé: o Albergue Municipal Bezerra de Menezes e um restaurante popular com refeições subsidiadas, que custam R\$1,00 para o cidadão. Entretanto, o albergue, que não passa por reformas desde

sua criação, há cerca de 50 anos, não tem estrutura para atender a demanda crescente de desabrigados. Além disso, funciona apenas em dias úteis, a partir das 18h. O restaurante popular também só funciona nos dias úteis.

A Prefeitura Municipal de Macaé não tem planos de melhorar a assistência ao migrante com este perfil. Pelo contrário: entre as estratégias que vêm sendo desenvolvidas pela Prefeitura, com o objetivo de desestimular a chegada de migrantes em Macaé, destaca-se a nova Lei do Passe Livre (Lei n. 2.919/2007), que garante o transporte gratuito nos ônibus municipais exclusivamente aos idosos e deficientes que residirem no município há mais de dois anos. Além disso, algumas secretarias estão propondo incluir como critério para a concessão da gratuidade no transporte municipal a transferência do título de eleitor para Macaé. Estuda-se implementar critérios semelhantes em outros programas, como o das “Casas Populares”, de modo que se evite privilegiar o migrante recente em detrimento do munícipe ou do migrante estabelecido há mais tempo.

Há, ainda, o “Programa Volta Pra Casa”, da Secretaria Municipal de Assistência Social, que consiste na concessão de passagens de retorno para o migrante que busca assistência na Secretaria¹⁵. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, a existência do “Programa Volta Pra Casa” é reflexo do alto grau de mendicância no município, que inclui estrangeiros, como bolivianos e paraguaios.

O mercado do petróleo também possui características que contribuem para a existência de uma elevada transitoriedade entre os migrantes, como a prática dos contratos temporários. Embora não apresente números, o Sindipetro - NF afirma que o número de empregados concursados na Petrobras é inferior ao número de contratados temporários. Estes empregados,

¹⁵ O “Programa Volta Pra Casa” é polêmico e encontrou resistência na Câmara dos Vereadores, embora tenha sido aprovado. Funcionários da própria Secretaria de Assistência Social são contrários a ele. A assistente social Ana Dácia, natural de Pernambuco e residente em Campos dos Goytacazes, desaprova o programa e conclui: “temos o direito de ir e vir, mas também de permanecer”.

na verdade, não possuem vínculo com a Petrobras, e sim com as empresas subsidiárias que prestam serviços a ela.

Estas empresas subsidiárias são contratadas mediante licitação para prestarem serviços por um período determinado. São os chamados 'projetos'. Estes projetos têm duração que varia entre dois e cinco anos. Ao vencer uma licitação, a empresa subsidiária ou transfere funcionários de outras unidades da empresa para Macaé ou seleciona novos funcionários, contratados pelo tempo de duração do projeto com a Petrobras.

Ao término do projeto a empresa pode ter o contrato renovado ou não. Nos casos em que não se renova o contrato, os funcionários alocados em Macaé são remanejados para outras unidades da empresa subsidiária e os contratados temporariamente têm seus contratos vencidos. Para estes, o retorno aos municípios de origem é bastante comum, segundo Hélio Marques Guerra, diretor do Departamento de Trabalhadores em Empreiteiras do Sindipetro - NF.

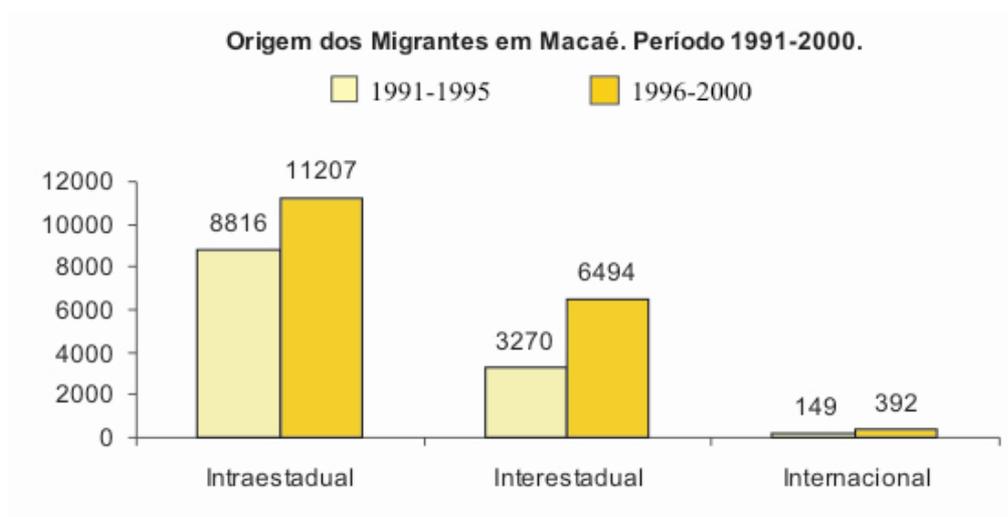
Ainda segundo Hélio Marques Guerra, o número de empresas ligadas ao setor de petróleo cresceu, elevando a oferta de empregos, mas tornando o mercado de trabalho mais competitivo. Junto às empresas chegam migrantes altamente qualificados, deixando aqueles que já estavam aqui e que não buscaram atualização, mais suscetíveis ao desemprego.

Há que se considerar também que muitos dos ditos migrantes, vistos pelas ruas de Macaé, estão ali prestando consultorias ou serviços breves, especialmente no caso dos estrangeiros. Embora seja conhecida pelo expressivo volume de estrangeiros que transitam pela cidade, há evidências de que qualquer que seja este volume são poucos aqueles estrangeiros que fixam residência no município (Gráfico 3.3). Em 2000 foram recenseados apenas 392 migrantes estrangeiros, contra 6494 migrantes de origem interestadual e 11207 migrantes oriundos do estado do Rio de Janeiro.

Sobre os migrantes de origem intraestadual, Paganoto (2005) destaca que 3218 deles, ou 28,7%, residiam anteriormente em municípios da região Norte Fluminense e 2895, ou 25,8%, no município do Rio de Janeiro. E, se por um lado os migrantes intraestaduais estão presentes em maior quantidade em Macaé, por outro foram as migrações internacional e interestadual as que apresentaram o maior crescimento relativo entre 1995 e 2000. Enquanto o crescimento do volume de migrantes intraestaduais foi de apenas 21,2% no período, as migrações internacional e interestadual cresceram 62% e 49,6%, respectivamente.

Gráfico 3.3

Migrantes segundo origem intraestadual, interestadual e internacional. Macaé, períodos 1991-1995 e 1996-2000.



Fonte: PAGANOTO, 2005. (Dados brutos: IBGE, 2000).

3.3.2 Migrantes pendulares

Se uma pessoa circula pelas ruas de uma cidade, freqüentando restaurantes e lojas em geral e trabalhando diariamente em algum estabelecimento daquele lugar, é natural que os moradores desta cidade o percebam enquanto habitante, ainda que, ao final do dia, esta pessoa volte para sua residência, em algum município próximo. Se o caso hipotético descrito acima for vivido não por uma pessoa, mas por um grupo significativo de pessoas, então a percepção deste grupo pelos habitantes da cidade em questão será ainda mais nítida.

Em Macaé, o volume de pessoas que circula pelas ruas da cidade porque lá trabalham embora residam em outros municípios não é desprezível. Em 2000, segundo o IBGE, 494 pessoas freqüentavam o município de Macaé para estudar e outras 15299 pessoas freqüentavam o município para fins de trabalho. Assim, 40,47% das vagas disponíveis no mercado de trabalho macaense (37975) eram ocupadas por pessoas não-residentes no município.

Muito comum em áreas metropolitanas, este deslocamento para fins de trabalho ou estudo é conhecido como ‘migração pendular’ (*commuting*). Em Macaé, no entanto, ele guarda algumas particularidades.

3.3.2.1 Migrantes pendulares clássicos

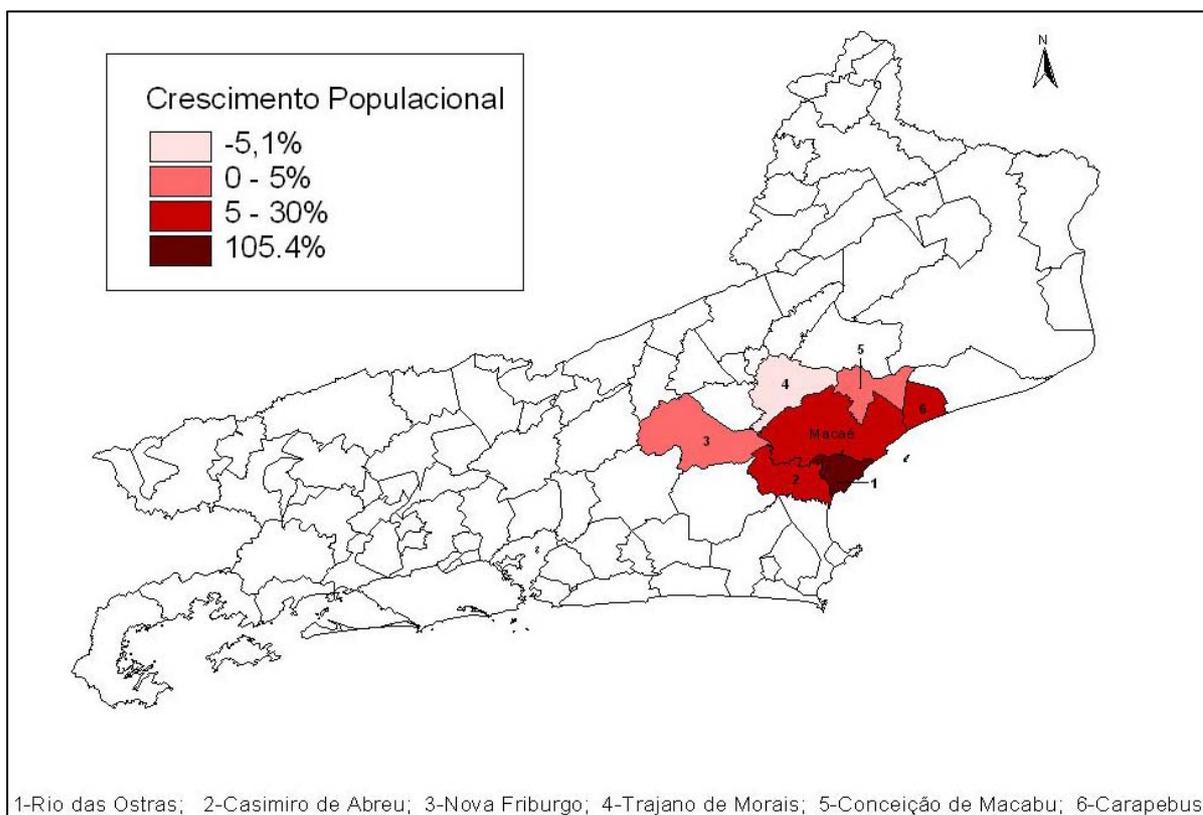
Já em 1986, data da publicação de um relatório intitulado “Condições de Vida e Trabalho em Macaé” pela Petrobras, o principal problema, segundo a população recém-chegada ao município, era o alto custo dos aluguéis e dos imóveis. Conforme o relatório, um engenheiro, cujo salário líquido em 1986 era equivalente a Cz\$9.500,00, pagava Cz\$4.000,00,

ou 42% do seu ordenado, pela locação de um apartamento de 40m², sem área de serviço e sem garagem.

Naquela conjuntura a situação era explicada pelo aumento da especulação imobiliária e pela baixa oferta de moradias. Atualmente o problema persiste e o motivo, segundo o Assessor de Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento, é a Lei da Oferta e Procura.

O elevado custo de moradia em Macaé tem provocado uma procura cada vez maior por imóveis, para compra ou locação, em cidades próximas, especialmente em Rio das Ostras, e isto se reflete em acelerado crescimento populacional destes municípios (Mapa 1 e Tabela 3.12), sugerindo que alguns deles estejam desempenhando o papel de diques populacionais, ou seja, absorvendo parte da população migrante que antes se dirigia diretamente para Macaé.

Mapa 3.3
Crescimento Populacional dos Municípios Limítrofes a Macaé no Período 2000-2007



Organizado pelo autor a partir de microdados do Censo Demográfico 2000.

Tabela 3.12

Crescimento Populacional dos Municípios Limítrofes a Macaé, 2000-2007.

Municípios	População em 2000	População em 2007	Crescimento 00 - 07
Macaé	132461	169229	27,76
Rio das Ostras	36419	74789	105,36
Casimiro de Abreu	22152	27086	22,27
Nova Frinurgo	173418	177376	2,28
Trajano de Moraes	10212	9687	-5,14
Conceição de Macabu	18872	19541	3,54
Carapebus	8666	10677	23,21

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem Rápida da População 2007.

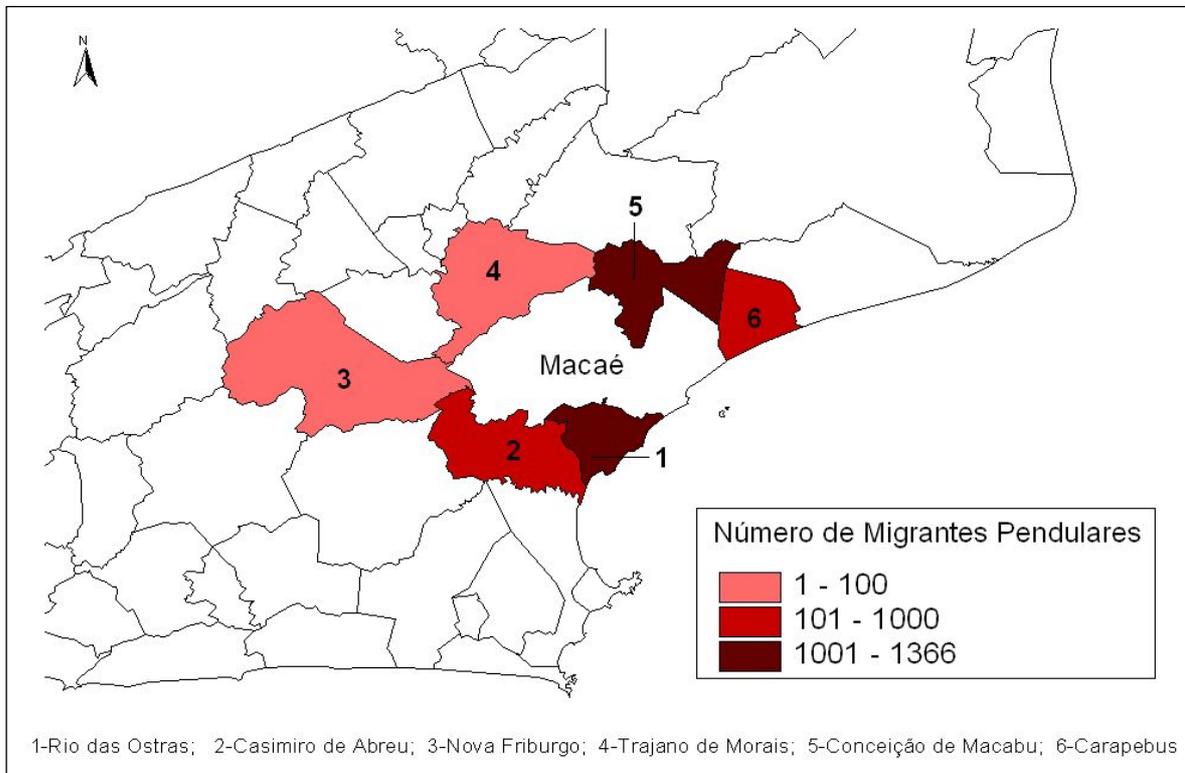
Uma das conseqüências deste crescimento populacional é que o deslocamento pendular diário entre estes municípios e Macaé se intensificou muito desde 2000. Entre Rio das Ostras e Macaé, por exemplo, os cerca de 20km que separam os centros destas cidades, percorridos há algum tempo em pouco mais de 15 minutos, são percorridos atualmente, nos horários de pico, em até 50 minutos, segundo relatam os habitantes de ambos os municípios. Às sete horas da manhã os ônibus que seguem de Rio das Ostras para Macaé passam abarrotados de pessoas, ainda que tenham partidas com intervalos de apenas 15 minutos¹⁶. Os que realizam o movimento contrário ficam vazios até às 17h, quando o movimento de retorno começa.

O mapa 3.4 mostra o número de migrantes pendulares que trabalhavam ou estudavam em Macaé e residem em municípios limítrofes no ano de 2000.

¹⁶ Em 2000, o intervalo de saída dos ônibus da linha Macaé - Rio das Ostras, entre 6h e 19h, era de 30 minutos.

Mapa 3.4

Migrantes pendulares em Macaé com origem em municípios limítrofes a Macaé, 2000.



Organizado pelo autor a partir de microdados do Censo Demográfico 2000.

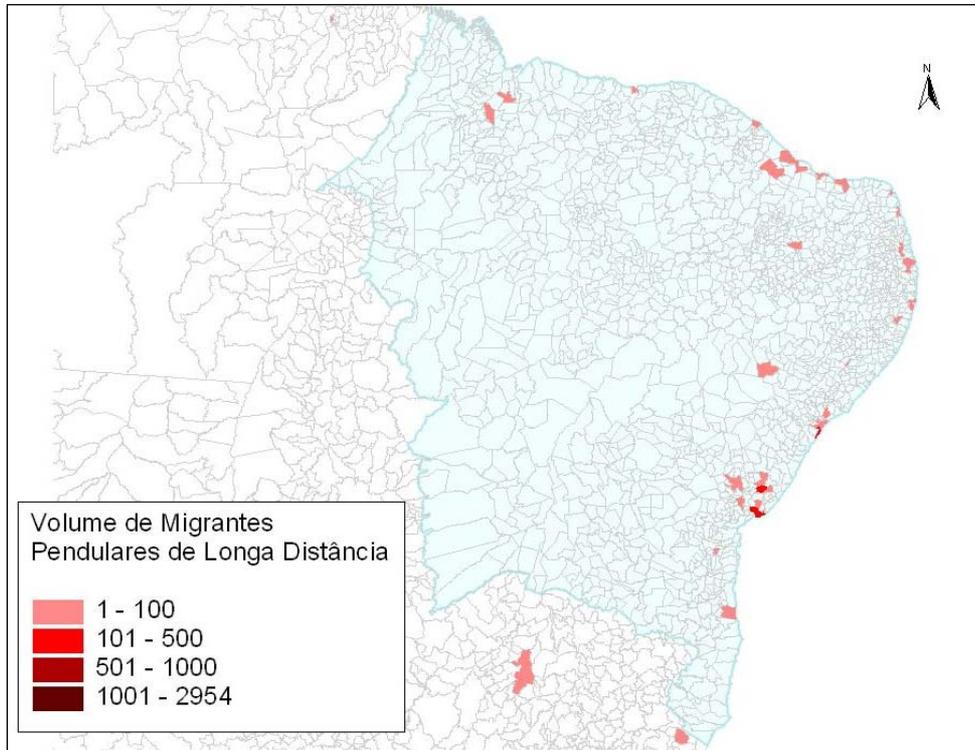
3.3.2.2 Migrantes pendulares de longa distância

Há em Macaé um outro tipo de mobilidade espacial da população, caracterizado por deslocamentos de longa distância para trabalho ou estudo. Residentes em 201 municípios, além dos seis que fazem fronteira com Macaé, indicaram este município como seu local de trabalho ou estudo quando perguntados durante o recenseamento realizado pelo IBGE em 2000.

Os Mapas 3, 4 e 5 apresentam, segundo grandes regiões, os municípios de residência destes migrantes, aos quais se chamará, a partir de agora, “migrantes pendulares de longa distância”.

Mapa 3.5

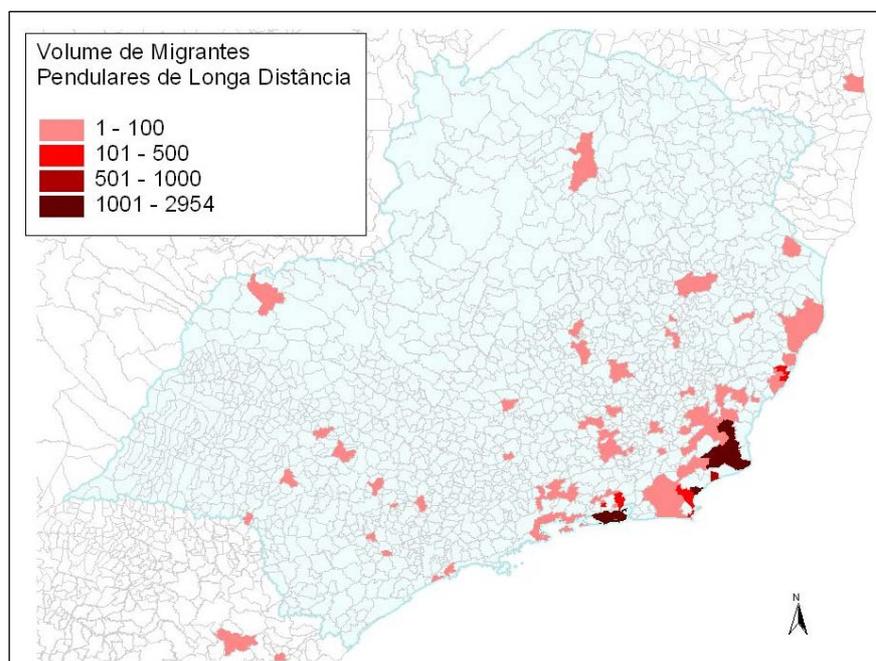
Migrantes pendulares de longa distância que trabalham em Macaé residentes em municípios do Nordeste. 2000.



Organizado pelo autor a partir de microdados do Censo Demográfico 2000.

Mapa 3.6

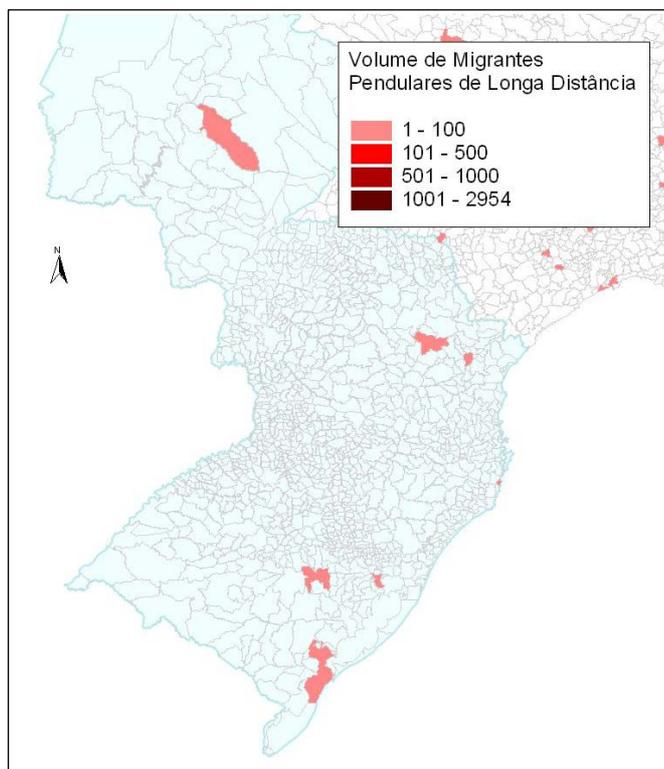
Migrantes pendulares de longa distância que trabalham em Macaé residentes em municípios do Sudeste. 2000.



Organizado pelo autor a partir de microdados do Censo Demográfico 2000.

Mapa 3.7

Migrantes pendulares de longa distância que trabalham em Macaé residentes em municípios do Sul e Centro-Oeste. 2000.



Organizado pelo autor a partir de microdados do Censo Demográfico 2000.

A Tabela 3.13 relaciona os 20 municípios que concentram os maiores volumes de migrantes pendulares de longa distância. Nela é possível observar que, embora predominem municípios do estado do Rio de Janeiro entre as áreas de origem destes migrantes, há municípios de áreas distantes de Macaé, como a cidade do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu e, ainda, municípios de outros estados, como Vila Velha, no Espírito Santo, e Salvador, na Bahia.

Tabela 3.13

Migrantes pendulares de longa distância trabalhando em Macaé por setores de atividade econômica selecionados, segundo os principais municípios de origem. 2000.

Municípios de Origem	Migrantes pendulares de longa distância						
	Total	Setores de atividade econômica selecionados					
		Indústria extrativa	%	Indústria de transformação	%	Serviços domésticos	%
Campos dos Goytacazes - RJ	2954	997	33,75	455	15,40	28	0,95
Rio de Janeiro - RJ	1142	313	27,41	244	21,37	0	0,00
Nova Iguaçu - RJ	675	14	2,07	32	4,74	220	32,59
São Gonçalo - RJ	595	75	12,61	88	14,79	11	1,85
Carapebus - RJ	514	45	8,75	41	7,98	33	6,42
Vila Velha - ES	347	108	31,12	95	27,38	0	0,00
Casimiro de Abreu - RJ	306	23	7,52	37	12,09	0	0,00
Niterói - RJ	298	78	26,17	41	13,76	9	3,02
Cabo Frio - RJ	296	34	11,49	37	12,50	9	3,04
Duque de Caxias - RJ	266	72	27,07	34	12,78	0	0,00
São João de Meriti - RJ	252	46	18,25	29	11,51	18	7,14
Aracaju - SE	221	27	12,22	14	6,33	0	0,00
Queimados - RJ	203	0	0,00	11	5,42	83	40,89
Salvador - BA	190	110	57,89	20	10,53	0	0,00
São Mateus - ES	153	37	24,18	59	38,56	9	5,88
Catu - BA	151	53	35,10	0	0,00	23	15,23
São Fidélis - RJ	146	84	57,53	21	14,38	0	0,00
Cariacica - ES	145	52	35,86	41	28,28	0	0,00
São João da Barra - RJ	123	16	13,01	35	28,46	0	0,00
São Pedro da Aldeia - RJ	120	19	15,83	0	0,00	0	0,00

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000.

A fim de tentar explicar a existência destes deslocamentos entre pontos tão distantes do território nacional, e tendo-se verificado que a maioria destes deslocamentos é realizada para fins de trabalho, os migrantes pendulares de longa distância foram separados de acordo com o setor de atividade econômica em que estão ocupados.

Foi verificado que, em números absolutos, maioria deles desenvolve atividades nos setores de indústria extrativa (3347) e indústria de transformação (2142). Observou-se também que, em alguns municípios, apesar de serem poucos os migrantes pendulares de longa distância, estes se concentram na indústria extrativa. Percebeu-se, ainda, que há alguns municípios cujos migrantes pendulares de longa distância desempenham, fundamentalmente, serviços domésticos.

A Tabela 3.14 relaciona os municípios de residência dos maiores volumes de migrantes pendulares de longa distância ocupados na indústria extrativa. Destacam-se Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro, além de municípios de outros estados, como Salvador, Catu e Alagoinhas, da Bahia; Vila Velha, Cariacica e São Mateus, do Espírito

Santo; Belém, do Pará e Aracaju, do Sergipe. Entre estes municípios, aqueles em que o peso dos ocupados na indústria extrativa é maior são bastante distantes de Macaé: Natal, Alagoinhas e Salvador.

Há, no entanto, outros municípios de residência dos migrantes pendulares de longa distância que se destacam não pelo volume, mas por sua participação concentrada no setor da indústria extrativa (Tabela 3.15).

Tabela 3.14

Migrantes pendulares de longa distância trabalhando em Macaé ocupados na indústria extrativa segundo principais municípios de origem. 2000.

Municípios de Origem	Migrantes pendulares de longa distância		
	Total	Setor de atividade	
		Indústria extrativa	%
Campos dos Goytacazes - RJ	2954	997	33,75
Rio de Janeiro - RJ	1142	313	27,41
Salvador - BA	190	110	57,89
Vila Velha - ES	347	108	31,12
São Fidélis - RJ	146	84	57,53
Niterói - RJ	298	78	26,17
São Gonçalo - RJ	595	75	12,61
Duque de Caxias - RJ	266	72	27,07
Natal - RN	76	56	73,68
Catu - BA	151	53	35,10
Magé - RJ	103	53	51,46
Cariacica - ES	145	52	35,86
São João de Meriti - RJ	252	46	18,25
Vitória - ES	109	45	41,28
Alagoinhas - BA	66	44	66,67
Cardoso Moreira - RJ	70	38	54,29
São Mateus - ES	153	37	24,18
Cabo Frio - RJ	296	34	11,49
Belém - PA	72	34	47,22
Aracaju - SE	221	27	12,22

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000.

Tabela 3.15

Migrantes pendulares de longa distância trabalhando em Macaé ocupados na indústria extrativa segundo principais municípios de origem. 2000.

Municípios de Origem	Migrantes pendulares de longa distância		
	Total	Setor de atividade	
		Indústria extrativa	%
Cachoeira - BA	20	20	100,00
Ourinhos - SP	12	12	100,00
Campo Belo - MG	11	11	100,00
Cataguases - MG	11	11	100,00
Mariana - MG	11	11	100,00
Olímpia - SP	11	11	100,00
Santos - SP	11	11	100,00
Araraquara - SP	10	10	100,00
Bauru - SP	10	10	100,00
Boituva - SP	10	10	100,00
Camaçari - BA	10	10	100,00
Curitiba - PR	10	10	100,00
Mauá - SP	10	10	100,00
Montes Claros - MG	10	10	100,00
Resende - RJ	10	10	100,00
Brasília - DF	9	9	100,00
Ilhéus - BA	9	9	100,00
Valença - RJ	9	9	100,00
Taquaritinga - SP	8	8	100,00
Vitória da Conquista - BA	8	8	100,00
Mangaratiba - RJ	7	7	100,00
Porto Alegre - RS	7	7	100,00
Camaquã - RS	6	6	100,00
Cambuquira - MG	5	5	100,00
Piúma - ES	5	5	100,00
Rio Novo do Sul - ES	4	4	100,00
Areias - SP	3	3	100,00
São Domingos do Norte - ES	3	3	100,00
Acaiaca - MG	2	2	100,00

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000.

Na Tabela 3.16 estão relacionados os municípios de residência dos maiores volumes de migrantes pendulares de longa distância ocupados com prestação de serviços domésticos. À exceção de Catu, na Bahia e de São Mateus e Apiacá, no Espírito Santo, são todos municípios fluminenses, entre os quais destaca-se Nova Iguaçu, com 220 residentes trabalhando com prestação de serviços domésticos em Macaé.

Tabela 3.16

Migrantes pendulares de longa distância trabalhando em Macaé ocupados no setor de serviços domésticos segundo principais municípios de origem. 2000.

Municípios de Origem	Migrantes pendulares de longa distância		
	Total	Setor de atividade	
		Serviços domésticos	%
Nova Iguaçu - RJ	675	220	32,59
Queimados - RJ	203	83	40,89
Campos dos Goytacazes - RJ	2954	28	0,95
Catu - BA	151	23	15,23
São João de Meriti - RJ	252	18	7,14
Itaboraí - RJ	86	18	20,93
Seropédica - RJ	32	15	46,88
Japeri - RJ	43	12	27,91
Cachoeiras de Macacu - RJ	40	12	30,00
São Gonçalo - RJ	595	11	1,85
Itaguaí - RJ	25	10	40,00
Paracambi - RJ	30	10	33,33
Cabo Frio - RJ	296	9	3,04
Niterói - RJ	298	9	3,02
São Mateus - ES	153	9	5,88
Barra do Piraí - RJ	18	9	50,00
Apiacá - ES	10	7	70,00
Volta Redonda - RJ	43	6	13,95
Trajano de Moraes - RJ	65	6	9,23
Itaperuna - RJ	91	5	5,49

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000.

A distância que separa Macaé da maioria dos municípios onde residem pessoas que trabalham em Macaé indica que seja pouco provável que estes migrantes pendulares de longa distância realizem este movimento diariamente. Assim, os dados sugerem a existência de um fluxo pendular que não só tem ampliada sua escala espacial de deslocamento como também apresenta uma escala temporal de pendularidade estendida.

Entre os trabalhadores do setor de petróleo que trabalham embarcados nas plataformas este deslocamento pendular obedece a escala de trabalho característica desta ocupação. Em entrevista concedida à Revista TN Petróleo n.13 (2000), o engenheiro Carlos Eduardo Sadenberg Bellot, gerente geral de Exploração e Produção da Bacia de Campos, afirmou que dos quase sete mil empregados da Petrobras em Macaé naquele ano, apenas 2410 moravam na cidade. Como o regime de trabalho nas plataformas, onde trabalham cerca de 3500

empregados, é de 14 dias de trabalho por 21 dias de folga, a maior parte deles arca com as próprias despesas de transporte e opta por continuar residindo com suas famílias em algumas capitais do país. Assim, além de não movimentarem diretamente a economia local, sequer são recenseados enquanto migrantes, já que não mantêm residência no município.

Esta pendularidade estendida no espaço e no tempo ajuda a compreender uma característica marcante do mercado imobiliário em Macaé. Segundo Osni Soares, corretor da ZML Imóveis, a maior demanda no mercado imobiliário em Macaé é por apartamentos de apenas um quarto, já que a maioria dos ocupantes fica apenas durante a semana em Macaé, sem a família. Segundo Osni é raro que as construtoras invistam em apartamentos grandes e, como a maioria dos locadores de imóveis está em Macaé a trabalho, contratado temporariamente, é igualmente raro que os contratos de aluguel se estendam por mais de três anos.

Outra peculiaridade dos movimentos pendulares com destino a Macaé diz respeito ao perfil destes migrantes. Enquanto os migrantes pendulares, de forma geral, tendem a desenvolver atividades que exijam baixa qualificação, o mesmo não se observa em Macaé. Jardim (2007), em seu estudo sobre pendularidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro constatou que 72,4% dos migrantes pendulares com destino ao Rio de Janeiro estavam ocupados, em 2000, na prestação de serviços, na administração, na produção e comércio de bens e serviços, evidenciando as condições de pobreza da maioria dos migrantes pendulares no contexto da metrópole fluminense. Em Macaé encaixam-se neste perfil apenas 32,62% dos migrantes pendulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a descoberta de promissores campos petrolíferos na Bacia de Campos e após a decisão da Petrobras de instalar a base operacional das atividades de extração e produção de petróleo em Macaé, a população local, que vivia até então quase exclusivamente da produção agropecuária e da pesca, viu, subitamente, chegar ao seu município uma estrutura moderna que contrastava com o ritmo da pequena cidade de ruas estreitas e comércio incipiente.

Além da Petrobras, diversas outras empresas chegaram a Macaé ainda no início da década de 1980, a exemplo da Halliburton e da Acergy, para prestarem serviços à estatal brasileira, principalmente na perfuração de poços.

Neste contexto, em que era marcante a redução do número de empregos no campo pela intensificação dos processos de mecanização da produção sucroalcooleira e pela concorrência com a agroindústria paulista, a evasão rural e os deslocamentos populacionais em direção à Macaé refletem muito bem os pressupostos teóricos da Escola Neomarxista nos estudos de população, que reafirmava a importância dos fatores de mudança nas áreas de origem. Embora o surgimento de uma nova estrutura econômica na cidade tenha despertado o interesse das populações próximas e motivado seu deslocamento, eram as condições encontradas em suas áreas de origem – o campo – que exerciam maior peso na decisão pela emigração.

Posteriormente, já na década de 1990, com o avanço da exploração do petróleo e especialmente após a quebra do monopólio da Petrobras, em 1997, percebeu-se um processo de intensificação da chegada de empresas ligadas ao setor no município. Majoritariamente de médio e pequeno porte, estas empresas passaram a integrar a complexa rede de terceirizadas que prestam serviços às prestadoras de serviços da Petrobras, oferecendo atividades como pintura e de produção de válvulas e outras pequenas peças, por exemplo.

Nesta nova conjuntura, em que a oferta de empregos sofre significativa expansão e quando os veículos de informação reforçam a imagem de Macaé como um município de forte dinamismo econômico, os pressupostos da Escola Neoclássica nos estudos de população, no que concerne ao maior poder de atração das áreas de destino na decisão de migrar, sustentam com mais firmeza o entendimento da dinâmica migratória regional. Ainda que os fatores associados à repulsão das populações em suas áreas de origem devam ser também considerados, é a condição de “Eldorado de empregos” que condiciona os deslocamentos com destino a Macaé.

Em relação às mudanças ocorridas na estrutura da economia e seus reflexos na estrutura do espaço em Macaé, foi possível observar que desde o final da década de 1970 o município passou por um processo de profundas transformações econômicas e sociais, intensificadas nos últimos anos e marcadas pela expansão das periferias, pelo surgimento de grandes condomínios residenciais exclusivos, pelo intenso aporte migratório e pela dinamização do setor de comércio e serviços. Sobre este último aspecto, nota-se, com bastante nitidez, um processo de amadurecimento e até certa sofisticação do comércio e dos serviços, com a chegada de redes internacionais de hotelaria, unidades de redes varejistas presentes nas principais capitais do país, restaurantes de culinária internacional, centros universitários e a inauguração de um *shopping center*, prevista para abril de 2008.

Em suma, após a consolidação da indústria de base, seguiu-se um período marcado pela terceirização dos serviços no setor de petróleo e, finalmente, notou-se o fortalecimento e a renovação do comércio e dos serviços em geral.

Todo o destaque dado pela mídia, que caracteriza Macaé como uma cidade de oportunidades, um eldorado de empregos, refletiu-se, não surpreendentemente, em uma forte atração de população migrante. Migrantes de todas as partes do país e do mundo passaram a disputar com os munícipes as vagas que se abriam no mercado de trabalho em expansão.

Este mercado de trabalho, entretanto, não se expandiu na mesma proporção para todas as parcelas da população. Altamente seletivo, o setor de petróleo exige profissionais muito qualificados. Para conquistar um lugar ao sol neste restrito mercado é preciso ter formação superior ou cursos técnicos específicos da área, demandando custos elevados de formação.

Dessa forma, foi possível constatar que o perfil educacional de grande parte da população que chegou a Macaé desde a década de 1990, bem como os munícipes de forma geral, não correspondia às necessidades do mercado específico que se desenhou no município. O percentual de migrantes com quinze anos de estudo ou mais, por exemplo, era, em 2000, três vezes maior que o percentual da população não-migrante com a mesma escolaridade (6,48% contra 1,55%, respectivamente).

Desde 2000, apesar da forte expansão do número de postos de trabalho formal (82% entre 2000 e 2005), verificou-se uma elevação da seletividade do mercado de trabalho. Trabalhadores que possuíam apenas o Ensino Fundamental foram substituídos por outros com Ensino Médio ou Superior num curto intervalo de tempo. Em cinco anos, enquanto o número de trabalhadores analfabetos e com Ensino Fundamental Incompleto sofreu redução de 45% e 21%, respectivamente, o número de trabalhadores com Ensino Médio Completo, Superior Incompleto e Superior Completo cresceu 193%, 183% e 162%, nesta ordem. Diante do perfil de qualificação apresentado pelos migrantes, superior ao dos macaenses, fica evidente quem foram os beneficiários diretos da expansão do emprego em Macaé.

Com um mercado de trabalho em expansão e, estando o trabalhador migrante em posição de vantagem na disputa por estas vagas, uma consequência esperada deveria ser a contínua chegada de migrantes e sua fixação em Macaé, resultando em ritmos cada vez mais rápidos de crescimento populacional numa cidade que cresce mais pelo número de pessoas que atrai do que pelo número de pessoas que gera. Não foi o que aconteceu. Entre 2000 e 2007 Macaé voltou a crescer num ritmo semelhante ao apresentado na década de 1980, depois

de um período de crescimento mais intenso na década de 1990. Ainda assim, se é difícil encontrar macaenses em Macaé, ao contrário, é muito fácil ouvir sotaques estrangeiros e de outras regiões do Brasil, além de identificar pessoas pouco acostumadas com a cidade em função do curto tempo de residência.

Alguns fatores ajudam a entender por que se tem a sensação de que a migração em direção ao município continua intensa embora os dados sugiram o contrário: a transitoriedade dos migrantes, os diques populacionais representados pelos municípios do entorno e algumas mudanças recentes na prática de contratação de trabalhadores do setor de petróleo.

Existe, em Macaé, uma notada transitoriedade entre os migrantes. Assim, o contínuo aporte migratório é parcialmente compensado pela saída de população do município por motivos diversos. Em primeiro lugar destaca-se o retorno de parte da população migrante de baixa renda para seus locais de origem, pois, ao não conseguir empregos bem remunerados, encontra grande dificuldade em sustentar o elevado custo de vida em Macaé, especialmente pelo alto valor dos aluguéis. Contribui também para a transitoriedade dos migrantes a prática de licitação de projetos e de contratação temporária, característica do setor de petróleo. Ao término de um projeto de prestação de serviços, parte dos funcionários deslocados por uma empresa terceirizada é realocada em seus postos de origem ou em outro município e, aqueles contratados temporariamente, ao findar seus contratos, costumam, do mesmo modo, deixar Macaé.

Além dos que deixam Macaé em direção aos municípios do seu entorno, há aqueles que nem mesmo chegam a fixar residência na cidade: apesar de chegarem à região atraídos pela possibilidade de conseguirem empregos em Macaé, estabelecem-se em municípios próximos, entre os quais se destaca Rio das Ostras, que apresentou crescimento populacional de 105% entre 2000 e 2007. A escolha por estes municípios, nos dois casos, é motivada não apenas pelo custo de vida mais baixo, mas sobretudo pela busca de uma melhor qualidade de

vida, longe da violência crescente de Macaé, 15ª cidade mais violenta do país, segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, divulgado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, em 2008.

Práticas mais recentes no que diz respeito aos contratos temporários do setor de petróleo também contribuem para o entendimento da redução do ritmo de crescimento populacional. Se antes a Petrobras costumava contratar empresas terceirizadas para Projetos com duração média de dois anos, nos últimos anos tornaram-se cada vez mais comuns os Projetos de cinco anos de duração. Há, assim, uma menor renovação da mão-de-obra contratada temporariamente. Além disso, embora muitas empresas deixem a cidade após o término dos Projetos, tornou-se uma prática da Petrobras indicar funcionários contratados temporariamente em outros projetos e por outras empresas ao contratar uma nova empresa para um novo projeto. Dessa forma, a renovação dos funcionários contratados tende a ser menor do que a renovação das empresas contratadas.

Também foram observados, em Macaé, outros tipos de mobilidade para além da migração. O movimento pendular, muito comum no contexto de áreas metropolitanas, começa a se desenhar no entorno de Macaé, ultrapassando os limites da pendularidade clássica, diária e de curta distância, ganhando novos contornos, com novas escalas temporais e espaciais de deslocamento.

Sobre o movimento pendular clássico, observou-se que já era grande, em 2000, o número de pessoas residentes em municípios vizinhos que realizavam deslocamentos para trabalharem em Macaé. Desde então, o volume de pessoas que realiza o movimento cresceu significativamente, especialmente entre Macaé e Rio das Ostras, o que tem refletido em intensos congestionamentos pela manhã, no sentido Macaé, e no fim da tarde, no sentido Rio das Ostras.

Entre os 205 municípios onde residem pessoas que trabalham em Macaé não há apenas municípios vizinhos: ajudam a engrossar a lista lugares tão distantes quanto Curitiba e Porto Alegre, na região Sul, ou Salvador e Aracaju, no Nordeste. Entre as pessoas que realizam este movimento pendular de longa distância destacam-se os trabalhadores da indústria extrativa, sugerindo que esta forma de mobilidade está intimamente relacionada ao setor de petróleo, onde grande parte dos trabalhadores desenvolve suas atividades em escalas de trabalho características, alternando duas semanas de trabalho com três semanas de folga e permitindo uma média de apenas 10 deslocamentos anuais para Macaé.

Constatou-se, finalmente, que as distintas abordagens teórico-metodológicas relativas aos estudos de migração revisitadas neste estudo contribuem para explicar de diferentes formas a dinâmica socioeconômica e migratória de Macaé quando analisadas nos seus diferentes contextos temporais. Assim, nos anos 80, as mudanças na estrutura da economia sucroalcooleira, originando a saída de considerável contingente de mão-de-obra evidenciariam a importância das transformações nas áreas de evasão (destacadas nos estudos neomarxistas) na explicação dos deslocamentos populacionais. Já no contexto dos anos 90, com o aumento da oferta de emprego em função do avanço da produção petrolífera na Bacia de Campos, evidencia-se a importância das áreas de destino, pressuposto dos estudos neoclássicos. Entretanto, estas duas correntes já não são suficientes para, sozinhas, orientar a compreensão da dinâmica populacional em Macaé e em seu entorno. Um novo paradigma, baseado em “redes”, parece necessário e está se delineando.

A complexificação das redes de infra-estrutura, de pessoas e de empresas em Macaé vem contribuindo para tornar ainda mais multifacetada e multiescalar a dinâmica populacional no município. Não é mais possível entender a dinâmica demográfica regional sem considerar o papel das empresas do setor de petróleo que, organizadas em rede nacional e mundialmente, influenciam local e regionalmente a fixação e a fluidez dos trabalhadores.

Macaé mostrou-se um rico estudo de caso na medida em que proporcionou o diálogo com várias teóricas dos estudos de população. Esta dissertação, certamente, não esgota as possibilidades de apreensão da questão migratória e do mundo do trabalho em Macaé. Pesquisas que se debruçam sobre a importância das redes sociais de migração no contexto dos municípios produtores de petróleo do Norte Fluminense ou ainda sobre os investimentos que têm sido feitos dos royalties milionários que inundam os cofres públicos na região contribuirão, sem dúvida, para preencher lacunas ainda existentes e para auxiliar o planejamento do desenvolvimento do município.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo editorial: São Paulo, 1999.

ARRUZZO, R. C. *Relações entre técnica, trabalho e espaço na agricultura moderna em Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro? Departamento de Geografia. Dissertação de mestrado.

BECKER, O. M. S. “Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos” *In.*: CASTRO, Iná et alli. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

BERNARDES, J. A. *Câmbios técnicos y reorganización del espacio en la región azucarera Norte Fluminense, Brasil (1970-1990)*. Barcelona: Universitat de Barcelona/ Dep.de geografia humana, 1993. Tese de doutorado.

BRAY, S.C. FERREIRA, E.R. RUAS, D.G.G. *As políticas da agroindústria brasileira e o Proalcool no Brasil*. Marília: UNESP/ Marília Publicações, 2000.

CARLEIAL, L.M. “Integração internacional e (I) mobilidade da força de trabalho”. *In.*: LAVINAS, CARLEIAL e NABUCO (orgs). *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

CARVALHO, J. A. M. de & RIGOTTI, J. I. R. “Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise” *In.*: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília: ABEP, v. 15, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 1998.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEFET. “A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: um enfoque sobre Campos e Macaé” *In.*: *Boletim Técnico: Observatório econômico da região Norte Fluminense*, Campos dos Goytacazes/RJ: CEFET, n. 1, mar., 2001. 17 p.

CIDE/RJ. Índice de qualidade dos municípios - carências. Rio de Janeiro: CIDE, 2001.68 p.

CRUZ, J. L. V. da. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, v.18, nº3,p.159-178, set/dez.1992.

_____. Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, v.29, nº1,p.28-39, jan./abr. 2003.

_____. *Projetos Nacionais, Elites Locais e Regionalismo - desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense*. UFRJ/ IPPUR. 2003. Tese de doutoramento.

_____. Trabalho, renda e desenvolvimento local: algumas questões. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, v.27, nº1,p.16-25, jan./abr.2001.

DAMIANI, A. “Concepções sobre população” *In.: População e Geografia*. São Paulo: Contexto, 1991.

DINIZ, C. C. e SANTOS, F. B. Sudeste: Heterogeneidade estrutural e perspectivas. *In.: AFFONSO, R, SILVA, P. (orgs.). Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: UNESP,1995. p.195-223.

FAURÉ, Y. O petróleo como agente transformador socioeconômico, *In.: Revista Macaé Offshore*, n.7, 2002.

FAZITO, D.. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, Minas Gerais, 4 a 8 de novembro de 2002.

FGV/ IBRE/ CPS. *Mapa do Fim da Fome*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, julho, 2001.

GAUDEMAR, J-P de. “Mobilidade do trabalho e economia pura” *In.: Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GEORGE, P. *Geografia da população*. São Paulo: Difel, 1971.

GURAK, D. E CACES, F. “Migration networks and the shaping of migration systems. *In.: KRITZ, M. et alli (org.) International Migration Systems, a global approach*. Clarendon Press: Oxford, 1992.

GUTMAN, J. e LEITE, G. “Aspectos legais da distribuição regional dos royalties” *In.: PIQUET, R. (org.). Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JANNUZZI, P. M. “Inserção ocupacional dos migrantes no mercado de trabalho paulista e metropolitano: uma análise a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 1991” .*Anais do II Encontro Nacional sobre Migração*, Ouro Preto/ MG, ABEP, novembro de 1999.

_____. *Migração e Mobilidade Social - migrantes no mercado de trabalho paulista*. São Paulo: Autores Associados, 1999.

JARDIM, A de P. Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares. *Anais do V Encontro Nacional Sobre Migrações*. ABEP: Campinas/ SP, 15 - 17 de outubro de 2007.

KONINGS, J., et alli. *Migrantes cidadãos*. São Paulo: Loyola, 2001.

MARTINE, G. & PELIANO, J.C. *Migrantes no mercado de trabalho metropolitano*. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. (Série Estudos para o Planejamento n.19).

MASSEY, D. et alli. *Return to Aztlan, the social process of international migration from western México*. University of California Press: Berkeley, 1987.

MATOS, R. BRAGA, F. “Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço” In. MATOS, R. (org.) *Espacialidades em Rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

NASCIMENTO, R. L. P. do. *O Impacto da Petrobrás no município de Macaé: uma análise das mudanças urbanas e na estrutura do emprego*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. 1999. mimeo.

NATAL, J. L. *Revisitando o “Rio de todas as crises” - economia, espaços e classes sociais*. Rio de Janeiro, 2001.p.1-13.mimeo

NEVES, D. P. *Engenho e arte - estudo do processo de subordinação da agricultura à indústria na Região Açucareira de Campos (RJ), a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana*. Vol.I e II. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 1988. Tese de doutoramento.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

OLIVEIRA, A. T. R. et alli. “Deslocamentos populacionais no espaço fluminense: duas décadas de mudanças”. *IV Encontro Nacional de Migração*. Rio de Janeiro, ABEP, novembro, 2005.

OLIVEIRA, A. T. R de. “Dos Movimentos Populacionais à Pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil”. *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP: Caxambu/ MG, de 18 - 22 de Setembro de 2006.

PAGANOTO, F. “Migrantes Ricos e Migrantes Pobres: a herança da economia do petróleo em Macaé/RJ”. *Anais do IV Encontro Nacional sobre Migrações*: Rio de Janeiro, 2005.

_____. “Que rural é esse? Reflexões sobre novas tendências migratórias no Brasil contemporâneo”. *Anais do I Simpósio Nacional Sobre Urbano e Rural no Brasil*: São Paulo, 2006.

_____. “Reflexões Sobre Novas Tendências Migratórias no Brasil Contemporâneo: A Ascensão do Fluxo Urbano-Rural nos Anos 1990”. *Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR*. Belém, 2007.

PAIXÃO, M. *Os vinte anos do proálcool: as controvérsias de um programa energético de biomassa*. Série “Brasil: sustentabilidade e democracia”. FASE/ Rio de Janeiro.s.d.p.1-95.

PECPM - Projeto Especial Cidades de Porte Médio. *Relatório final*. Campos dos Goytacazes. 1985. Mimeo

PEREIRA, R. H. M. Uma proposta de tipologia para mobilidade pendular. *Anais do V Encontro Nacional Sobre Migrações*. ABEP: Campinas/ SP, 15 - 17 de outubro de 2007.

PETROBRAS. *Condições de vida e trabalho em Macaé*. Relatório do grupo de trabalho criado pela O.S.-CCR-Exproper do Sudeste. Macaé, 1986. *mimeo*.

SANT’ANA, A. S. *O sucesso da crise na região de Campos*. Rio de Janeiro: UFRRJ/Dep. de Letras e C. Sociais, 1984. Dissertação de Mestrado. *mimeo*

SANTOS, G. A. “Redes e território: reflexões sobre a migração” In.: *Redes, Sociedades e Territórios*. DIAS, L. C. e SILVEIRA, R.L.L. (orgs). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005

SANTOS, M. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. H. de C. *Política e políticas de uma energia alternativa: o caso do proálcool*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

SERRA, R. e TERRA, D. “Notas sobre a região petro-rentista da Bacia de Campos”. In.: CARVALHO, A. e TOTTI, M. (orgs.) *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SINGER, P. “Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo”. In: MOURA, Hélio A. de. (org.) *Migração Interna: textos escolhidos*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. t 1, p. 211-244.

TERRA, D. e CRUZ, J. L. V. da. *Estudos das tendências de desenvolvimento regional*. Campos dos Goytacazes/RJ: CEFET, 1997, p.1-54.

Jornais e Revistas

FOLHA DA MANHÃ. “Município de Macaé tem PIB de R\$1,3 bi. Macaé especial 191 anos”
In.: Jornal Folha da Manhã, 27 de julho de 2004. Campos dos Goytacazes, 2004.

O GLOBO. Caderno Economia. *Jornal O Globo*, 28 de maio de 2006. Rio de Janeiro, 2006.

REVISTA MACAÉ. “A Capital do Petróleo” *In.: Revista Macaé*, 14 de junho de 2005. Macaé, 2005.1

REVISTA TN PETRÓLEO. “Entrevista Exclusiva” *In.: Revista TN Petróleo*, n.13. Macaé, 2000.

Internet

Site do jornal O Rebate. <www.jornalrebate.com.br> Acesso em 25 de novembro de 2007.

Agência Brasil. <www.agenciabrasil.gov.br> Acesso em 18 de maio de 2007.

APÊNDICE METODOLÓGICO

Das informações e dados estatísticos

As informações qualitativas mencionadas ao longo da dissertação foram obtidas a partir de entrevistas dirigidas a representantes de agentes da dinâmica espacial em Macaé (Secretarias de Planejamento, Assistência Social, Trabalho e Renda e Indústria e Comércio; Sindipetro – NF; Gerência de hotéis, restaurantes, supermercados e lojas em geral; Representantes de Associações de Moradores de Bairros), bem como a personagens da dinâmica migratória no município (Funcionários públicos, empregados do setor de comércio e serviços, empregados no setor privado de petróleo, funcionários da Petrobras e transeuntes abordados aleatoriamente em diversos bairros do município).

No que se referem aos dados quantitativos secundários, estes foram obtidos junto a fontes diversas, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/ MTE), Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Prefeitura Municipal de Macaé e Sindipetro - NF.

Das entrevistas

Foram entrevistados, em Macaé, nos dias 09, 10 e 11 de novembro e 3 e 4 de dezembro de 2007:

1. Alexandre Carneiro, Assessor da Secretaria Municipal de Planejamento.
2. Alberto Paes de Camargo, Assessor Jurídico da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda.
3. Luis Claudio de Mattos Bogado, Secretário Municipal de Trabalho e Renda.
4. Guilherme Mendes Spitzman Jordan, Secretário Municipal de Indústria e Comércio.
5. Ana Dárcia de Barros Palmeira, Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social.
6. Simone Caldeira, Diretora Adjunta da Escola Municipal Maria Isabel Damasceno Simão.
7. Hélio Marques Guerra, Diretor do Departamento de Trabalhadores em Empreiteiras do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense.
8. Regina Jerônimo, Assessora do Departamento de Comunicação do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense.
9. Rosana Almeida, Gerente plantonista do hotel Atlantica Comfort Suítes..
10. Rosalia Campos, Recepcionista do hotel Atlantica Comfort Suítes.
11. Domingo Torres, Recepcionista da Pousada Caravelas.
12. Mario Junqueira, Gerente do restaurante Varandas.
13. Maria Amália Santos, Gerente da Drogaria Pacheco.
14. Yane Matos, Gerente do restaurante Spoleto.
15. Tânia Maria Barreto, Atendente do Quisique Durval Lanches.
16. Rosângela Souza, Presidente da Associação de Moradores do Morro de São Jorge.
17. Sérgio Ferreira, Tesoureiro da Associação de Moradores do Morro de São Jorge.

18. Rogério Santos de Souza, Presidente da Associação de Moradores de Ajuda de Baixo.
19. Jorge Bastos de Lima, Presidente da Associação de Moradores de Balneário Lagomar.
20. Rogério Marques, Gerente regional da rede de supermercados ABC Barateiro.
21. Osni Carvalho, Corretor da Imobiliária ZML Imóveis, Centro.
22. Mariana Beatriz Ferraz, Assistente de Tecnologia da Informação da Petrobras.
23. Alexandre Diniz, Assistente de manutenção de equipamentos da Brastech Petróleo e Gás.
24. Jorge Luiz Borges, Técnico em mecânica industrial da Brastech Petróleo e Gás.
25. Antônio Júlio Silva, Ambulante.
26. Josimar Ferreira Amador, Motorista da Rápido Macaense.
27. Sílvia Teles, Caixa da Casa & Vídeo.
28. João Paulo Rodrigues, Advogado.
29. Clara Mariano Paz, Estudante do Ensino Médio.
30. Ana Cristina Gurgel, Estudante do Ensino Superior do curso de turismo da UFF, em Quissamã.
31. Josué Silva Fonseca, Agente de vigilância do Supermercado Só Ofertas.
32. Guilherme dos Anjos Filho, Professor do Colégio Módulo.
33. Maria Pimentel Pinto, Feirante.
34. Cláudia Frade Rocha, Atendente do Bob's.
35. Bruno Veloso, Engenheiro da Espártacus Engenharia.
36. Augusto Serra, Consultor de Recursos Humanos da Parceria Consultoria Empresarial
37. Joana Amália Matias, Ambulante.

Dos entraves ao desenvolvimento da pesquisa

Algumas dificuldades encontradas durante a pesquisa de campo, bem como as encontradas ao longo do tratamento dos dados secundários, constituíram importantes entraves e merecem ser destacadas.

a) Informações provenientes de empresas do setor de petróleo e gás

A fim de conhecer mais detalhadamente o impacto direto da Petrobras sobre o mercado de trabalho em Macaé, não apenas nos últimos anos, mas desde sua instalação, pretendia-se acessar o cadastro de funcionários da empresa através da diretoria de recursos humanos. O objetivo era traçar o perfil do funcionário da Petrobras ano a ano, desde 1978 até 2008, para verificar se o uso de mão-de-obra migrante ampliou-se e se o perfil de qualificação dos funcionários sofreu grandes transformações nestes 30 anos. Entretanto, alegando ser Macaé uma área de segurança nacional, todo e qualquer tipo de informação que envolvesse seus funcionários foi negado, ainda que fosse ressaltado que não era interessante a pesquisa o acesso à cor, gênero, idade e nomes dos funcionários, ou qualquer outra informação que, de uma forma ou de outra, ao ser divulgada, pudesse interferir na imagem da empresa. É importante destacar que não foram poucas as tentativas e os meios que se buscou chegar a tais informações.

Do mesmo modo, buscou-se traçar o perfil dos trabalhadores das empresas privadas ligadas ao setor de petróleo. Foram visitadas as empresas Halliburton, Schlumberger, Pride, Transocean, Wartsila, Falck Nutec, Acergy, Brasdril, Tetra Technologies, Liebherr, Perbras, Sli, Baker e Smith. Esperava-se maior flexibilidade no caso destas empresas, mas o que se encontrou foi um rigor ainda maior, já que até mesmo informações como o ano de instalação

das empresas em Macaé eram negadas, tendo sido conseguidas apenas a partir de pesquisas em fontes jornalísticas e na Internet. O argumento utilizado para negar as informações era sempre o mesmo: a política de segurança da informação da empresa não permite.

b) Entrevistas em Associações de Moradores

Embora exista uma Federação de Associações de Moradores de Macaé (FAMMA), ela não possui uma sede, telefone para contato ou qualquer representante que pudesse articular um encontro com os diversos presidentes de associações de moradores dos bairros do município.

O acesso ao cadastro de Associações de Moradores na Prefeitura para contactar diretamente as Associações mostrou-se pouco eficaz, uma vez que grande parte delas não havia sido atualizada no cadastro, constando nomes de presidentes que já não mais a representam e telefones que não conferem. Assim, o contato com uma diversidade maior de Associações de Moradores foi severamente prejudicado.

c) Descontinuidade de dados e mudanças de escalas

A cada Censo Demográfico realizado pelo IBGE novas categorias são incluídas e outras, presentes em pesquisas anteriores, são excluídas dos questionários do universo e da amostra. Entre as mais prejudicadas estão as categorias migratórias. Se a partir dos dados do Censo Demográfico 1991 era possível mensurar os migrantes a partir de sua última etapa migratória, em 2000 os dados limitam-se a oferecer os migrantes de data fixa.

De um Censo Demográfico para outro também se constatam descontinuidades escalares no que diz respeito à origem dos migrantes. Em 1991 era possível saber o município

de origem de um migrante, enquanto em 2000 tornou-se possível apenas conhecer a Unidade da Federação de última procedência do migrante.

Estas descontinuidades dificultam ou mesmo impedem a realização de análises históricas sistemáticas.

d) Contagem Rápida da População

Pelo fato de a Contagem Rápida da População não incluir dados sobre migração, a avaliação da dinâmica migratória pós-2000 foi limitada aos dados qualitativos, dificultando a mensuração de fluxos e impedindo a quantificação de resultados.

ANEXO A - IMAGEM DE SATÉLITE. MACAÉ, 1966.



CIDADE DE MACAÉ	
AEROFOTOGRAFIA DE 1966	
	ESCALA PROJEÇÃO 1:10.000

ANEXO B - IMAGEM DE SATÉLITE. MACAÉ, 1976.



ANEXO C - IMAGEM DE SATÉLITE. MACAÉ, 1989.



ANEXO D - IMAGEM DE SATÉLITE. MACAÉ, 1999.



CIDADE DE MACAÉ
MORFOLOGIA DE 1999
EMBRAERO
1:10.000

